



editora
DEVIRES

POLÍTICAS DA VIDA:

COPRODUÇÕES DE SABERES E RESISTÊNCIAS

Bruna Andrade Irineu
Pablo Cardozo Rocon
Moisés Alessandro Lopes
Marcos Aurélio da Silva





No seu X Congresso Internacional, que seria realizado no ano de 2020 e foi transferido para maio de 2021, em decorrência do contexto pandêmico de COVID-19, a ABEH – hoje nomeada ABETH – objetivou fortalecer a indissociabilidade entre produção acadêmica e artístico-cultural, buscando também reunir um número significativo sujeitos e de trabalhos acadêmico-cien- tíficos e experiências, que versassem sobre diferentes áreas do conhecimento em torno das discussões da diversidade sexual e gênero interseccionalizada com as questões étnico-raciais e religiosidades, observando a co-produção de políticas de vida e resistência das pessoas LGBTI+ em um contexto de regressão de direitos e de aprofundamento da crise estrutural do capital. O presente livro reúne um conjunto de textos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras que foram conferencistas e palestrantes no X CINABEH.



POLÍTICAS DA VIDA COPRODUÇÕES DE SABERES E RESISTÊNCIAS

BRUNA ANDRADE IRINEU
PABLO CARDOZO ROCON
MOISÉS ALESSANDRO LOPES
MARCOS AURÉLIO DA SILVA

Editor: Gilmaro Nogueira
Diagramação: Daniel Rebouças
Arte da capa: Gustavo Barrinuevo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Henrique Lucas Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	Prof. Dr. Leandro Colling Universidade Federal da Bahia – UFBA
Prof. Dr. Djalma Thürler Universidade Federal da Bahia – UFBA	Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB
Profa. Dra. Fran Demétrio Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Prof. Dr. Helder Thiago Maia USP - Universidade de São Paulo	Prof. Dr. Marcio Caetano Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Prof. Dr. Hilan Bensusan Universidade de Brasília – UNB	Profa. Dra. Maria de Fatima Lima Santos Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus Instituto Federal Rio de Janeiro – IFRJ	Dr. Pablo Pérez Navarro Universidade de Coimbra - CES/Portugal e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/Brasil
Profa. Dra. Joana Azevedo Lima Devry Brasil – Faculdade Ruy Barbosa	Prof. Dr. Sergio Luiz Baptista da Silva Faculdade de Educação Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Prof. Dr. João Manuel de Oliveira CIS-IUL, Instituto Universitário de Lisboa	
Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

P267 Políticas da vida : coproduções de saberes e
1.ed. resistências / organizadores Bruna Andrade Irineu...[et al]. –
1.ed. – Salvador, BA : Devires, 2023.
264 p.; 16 x 23 cm.

Outros organizadores: Pablo Cardozo Rocon,
Moisés Alessandro Lopes, Marcos Aurélio da Silva.
ISBN 978-65-86481-84-6

1. Diversidade sexual. 2. Gênero e sexualidade. 3. Identidade de
gênero. 4. Políticas públicas – Aspectos sociais. 5. Sexualidade.
I. Rocom, Pablo Cardozo. II. Lopes, Moisés Alessandro. III. Silva,
Marcos Aurélio da.

07-2023/38

CDD 304.62

Índice para Catálogo Sistemático :

1. Gênero e sexualidade : Aspectos sociais : Sociologia 304.62
Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

Qualquer parte dessa obra pode ser reproduzida, desde que
citada a fonte. Direitos para essa edição cedidos à Editora Devires.

 Editora
DEVIRES

Av. Ruy Barbosa, 239, sala 104, Centro – Simões Filho – BA
www.editoradevires.com.br



À memória de Fran Demétrio, que nos ensinou
que a *“transgeneridade é genial, não genital.
É a superação da genitalidade do ser para a
genialidade do ser”*.



AGRADECIMENTOS

Um congresso internacional e uma gestão de associação acadêmica não se faz sem esforço coletivo e muitos apoios políticos. Nosso reconhecimento e gratidão às mais de 1.400 inscritas e inscritos no X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero – X CINABEH.

À Deputada Rosa Neide, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Mato Grosso, por viabilizar os recursos financeiros para essa publicação.

Ao Deputado Estadual Lúdio Cabral e a vereadora Edna Sampaio, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Mato Grosso, pelo apoio político e financeiro para que pudéssemos garantir a presença de artistas locais no X CINABEH.

À Luma Nogueira Andrade, presidente da ABEH entre os anos de 2017 e 2018, pelo apoio financeiro inicial a nossa gestão, com repasse de recursos que possibilitou as primeiras ações da gestão 2019-2020.

Às companheiras e os companheiros que compuseram a suplência de Diretoria e o Conselho Fiscal e Consultivo de nossa gestão: Márcio Alessandro Neman, Gabriel de Oliveira Rodrigues, Marco José Duarte, Guilherme Passamani, Tatiana Lionço, Danie Jesus e Luma Andrade.

As e aos colegas pesquisadoras e pesquisadores que se somaram em ações do CINABEH em uma Comissão Ampliada: Jaqueline Gomes de Jesus, Catarina Dallapicula, Ayrton Amaral, Leana Oliveira Freitas e Luciene Neves.

Ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS e à Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT pela estrutura física e apoio institucional prestado durante nossa gestão na ABEH.

Ao NUEPOM e NAPLUS, grupos de pesquisa da UFMT que receberam a ABEH naquele biênio pandêmico e de cortes.

À Lupita Amorim e Valetim Félix por toparem o convite para serem Mestra e Mestre de Cerimônias do X CINABEH.

Às poderosíssimas Ruth Venceremos, Malayka SN e Petra Péron, que abrilhantaram nosso congresso como host de nossas programações artísticas-culturais.

À nossas artistas locais que “deram o nome” para o Brasil em suas apresentações: Sarah Mitch, Luisa Lamar, Karola Nunes, Hend (*in memoriam*), Sophie, Lucas Padilha e Chris Chaves. E a nossa atração nacional, Diego Moraes, direto do *reality* Canta Comigo para as telas do CINABEH.

A equipe de transcrições das falas do evento: Paula Eduarda, Taise Feiten, Yan Nogueira e Thomas Cantaloupe.

A Igor Torres, João Rausch, Júlia Silva Vidal, Marco Aurélio Máximo Prado e Flávio Tarnoviski pelo apoio nas traduções dos textos de Dean Spade e Sam Bourcier.

A Alexei Padilla e Bruna Irineu pelo apoio nas traduções dos textos de Marisa Ruiz, Mauro Cabral e Pablo Navarro.

A Felipe Fernandes pela articulação e contato com Sam Bourcier para que a palestra de abertura se realizasse.

A Marco Aurélio Máximo Prado pelo apoio durante a gravação da palestra de Dean Spade.

A todas, todos e todes autoras e autores de capítulos nesse livro, por terem nos brindado com discussões fundamentais.

A Realize pelos serviços prestados na organização e administração do Congresso.

A Thiago Oliveira pelo trabalho de formatação e normatização desta obra.

A Giba e a editora Devires, pela disponibilidade irrestrita em transformar nossos textos em livros de circulação nacional.

Desejamos uma excelente leitura!

Organizadores

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE	
APRESENTAÇÃO	17
PARTE I	
CONFERÊNCIAS E PALESTRAS EM MESAS-REDONDAS	
AS POLÍTICAS DO ARQUIVO VIVO	23
SAM BOURCIER	
FECHEM AS PRISÕES! ABRAM AS FRONTEIRAS!	41
DEAN SPADE	
CRIANÇAS (DES)AVISADAS, CONTANDO HISTÓRIAS ADIAM O FIM DO MUNDO	63
ALEXSANDRO RODRIGUES	
DISCURSO SOBRE A INTERSECCIONALIDADE: DE PINDORAMA À PANDEMIA	81
JAQUELINE GOMES DE JESUS	
EPISTEMOLOGIAS TRANSFEMINISTAS: SUJEITOS, PERSPECTIVAS E COMPROMISSOS	93
MARISA RUIZ TREJO	
INTERPANDEMIAS: POR UMA DESLOCALIZAÇÃO QUEER	105
PABLO PÉREZ NAVARRO	

**GÊNERO, RAÇA, ETNIA, SEXUALIDADE E
DESIGUALDADES: DESAFIOS EPISTÊMICOS** 121
MEGG RAYARA GOMES DE OLIVEIRA

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: NOTAS PARA ABEH 131
SÔNIA CORRÊA

**PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: GANHOS,
LIMITES E AMEAÇA** 137
MAURO CABRAL GRINSPAN

**CONSERVADORISMOS E POLÍTICA DE ÓDIO: ATAQUES
FASCISTAS E DESOBEDIÊNCIAS DE GÊNERO** 147
CAROLINA IARA DE OLIVEIRA

**FOGOS AMIGOS E DESOBEDIÊNCIAS: PALESTRA
PROFERIDA NO CINABEH** 155
JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA

PARTE II
PAINEL 20 ANOS DA ABEH
MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS DE
DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

**20 ANOS DA ABEH: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA
OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO** 171
MÁRIO LUGARINHO

**20 ANOS DA ABEH: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA
OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO** 179
DENILSON LOPES

**ABEH: UM PERCURSO AFETIVO POR UM MOMENTO
DE CONSOLIDAÇÃO** 187
BRUNO LEAL

**20 ANOS DA ABEH: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA
OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO** 199
EMERSON INÁCIO

RESISTÊNCIA LEANDRO COLLING	207
SEXUALIDADE E GÊNERO SE APRENDEM ENTRE ESTUDOS, CENAS E ENCENAÇÕES FERNANDO SEFFNER	219
RASTROS, MEMÓRIAS E AMIZADES NOS 20 ANOS DE ABEH ANDERSON FERRARI	233
NOSSO TEMPO É AGORA! ENTRE LUTAS E COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: 20 ANOS DE ABEH BRUNA ANDRADE IRINEU	241
SOBRE A ORGANIZADORA E OS ORGANIZADORES DESSE LIVRO	251
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES DESSE LIVRO	253
SOBRE A EQUIPE DE TRADUÇÃO DE LINGUA ESTRANGEIRA	261



PREFÁCIO

(R)existências e lutas das dissidências em sexualidade, gênero e raça: Para um prefácio

Marco José de Oliveira Duarte¹

Ao receber o convite para prefaciar o livro **Políticas da Vida: Coproduções de Saberes e Resistências**, que foi o tema do X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - ABETH (X CINABEH), ocorrido entre março a maio de 2021, de forma virtual, em decorrência do contexto crítico da pandemia da COVID-19 senti o desafio. Principalmente por afirmar as (r)existências de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI+), interseccionando com raça/etnia, território e geração em um contexto de regressão de direitos, de apro fundamento da crise estrutural do capital e da crise sanitária em tempos pandêmicos com a política de

¹ Professor Doutor da Faculdade de Serviço Social e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Conselho Fiscal da ABEH (2018-2021) e da ABETH (2021-2023). Mestre e Doutor em Serviço Social, Pós-Doutor em Política Social. Pesquisador-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq). Coordenador do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+), programa de extensão da UFJF. Pesquisador do CNPq. E-mail: marco.duarte@uff.br

morte do Estado brasileiro que vivemos e que precisávamos coproduzir políticas de vida e de democracia.

Portanto, é neste contexto que o presente livro reúne um conjunto de textos produzidos por pesquisadores/as nacionais e internacionais que fizeram conferências e que foram palestrantes em mesas-redondas no X CINABEH. Assim, como primeira parte da coletânea, temos as duas grandes conferências, a primeiro, que se torna aqui o capítulo um, temos o belo texto do professor Sam Bourcier, da Université de Lille III, França, apresentado na Conferência de Abertura, intitulada, *As Políticas do Arquivo Vivo*. Na Conferência de Encerramento do nosso evento, temos agora o capítulo dois, *Fechem as Prisões! Abram as Fronteiras: Como o abolicionismo está moldando políticas Trans e Queer*, conferência proferida pelo professor Dean Spade, da Seattle University, Estados Unidos da América.

Da primeira mesa redonda, intitulada, *Alianças, Coproduções e Resistências Para Forjar Novos Mundos*, temos aqui o capítulo três, de autoria do professor Alexandro Rodrigues, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o título, *Crianças (Des)Avisadas, Contando Histórias Adiam o Fim do Mundo*.

Na segunda mesa redonda, a professora Jaqueline Gomes de Jesus, do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), nos brinda com o capítulo quatro, *Discurso Sobre a Interseccionalidade: De Pindorama à Pandemia*. Na sequência, no capítulo cinco, *Epistemologias Transfeministas: Sujeitos, Perspectivas e Compromissos*, a docente Marisa G. Ruiz Trejo, da Universidad Autónoma de Chiapas, México, problematiza como o pensamento transfeminista irrompeu nas Ciências Sociais, em particular na Antropologia e quais foram alguns dos debates que emergiram neste cenário. No capítulo seis, *Interpandemias: Por uma Deslocalização Queer*, o atual professor visitante na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Investigador da Universidade de Coimbra, Portugal, Pablo Pérez Navarro, nos instiga a pensar a partir de uma provocação de Judith Butler, que todos nós perdermos alguém por causa da AIDS. Contudo, é a professora Megg Ra-

yara Gomes de Oliveira, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que trata do título da referida mesa, *Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Desigualdades: Desafios Epistêmicos*, a partir de uma epistemologia transativista negra para um saber trans, como o capítulo sete desta coletânea

Representando a quarta mesa redonda do X CINABEH, intitulada, *Princípios de Yogyakarta: ganhos, limites e ameaças*, temos o capítulo oito, da Sônia Correa (SPW/ABIA), cujo título, *Princípios de Yogyakarta: Notas para ABEH*, é um convite para reflexão sobre os marcos internacionais sobre os direitos humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Dando continuidade a este debate, temos o capítulo nove, *Princípios de Yogyakarta: Ganhos, Limites e Ameaça*, de Mauro Cabral Grinspan (GATE).

Na última mesa do congresso, *Conservadorismos e política de ódio: ataques fascistas e desobediências de gênero*, temos, a contribuição no capítulo dez, de Carolina Iara de Oliveira, da Bancada feminista do PSOL na Câmara Municipal de São Paulo. O professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina, João Manuel de Oliveira, e docente no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), de Portugal, no capítulo onze, intitulado, *Fogos Amigos e Desobediências: Palestra Proferida No CINABEH*, alarga o debate das resistências queer e trans, ao tratar de epistemicídios, necropolíticas e extermínios de populações existentes, negras e indígenas.

A segunda parte da coletânea trata do Painel sobre os “20 anos da ABEH: Memórias e Perspectivas para os Estudos de Diversidade Sexual e de Gênero”. Assim, contribuindo para o debate, temos o professor Mário César Lugarinho, da Universidade de São Paulo (USP), como o capítulo doze. Na sequência, no capítulo treze, o professor Denilson Lopes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O professor Bruno Leal, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos brinca com o capítulo quatorze, *ABEH: Um Percurso Afetivo por um Momento de Consolidação*. Em seguida, no capítulo quinze, é o docente

da USP, Emerson Inácio, que dá continuidade a reflexão sobre a existência da entidade. O professor Leandro Colling, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), trata de *Resistência*, título do capítulo dezesseis. *Sexualidade e Gênero se Aprendem entre Estudos, Cenas e Encenações - em Rio Grande uma Grande ABEH latino-americana*, é o capítulo dezessete, do docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fernando Seffner. Da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o professor Anderson Ferrari nos oferece o capítulo dezoito, *Rastros, Memórias e Amizades nos 20 Anos de ABEH*. Para encerrar o referido Painel, temos o capítulo 19, intitulado, *Nosso Tempo É Agora! Entre Lutas e Coprodução de Conhecimento: 20 Anos de ABEH*, da docente da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Bruna Andrade Irineu.

Do começo ao fim do X CINABEH, em 2021, de forma virtual, mas nesta coletânea, em 2023, de capa a capa, trata-se de diversos sujeitos, de suas memórias, trajetórias, lutas e resistências, tomando a universidade e a produção de conhecimento no campo das dissidências sexuais, de gênero e de raça-etnia. Aposta-se, portanto, em outro registro epistêmico e que desafia os padrões normativos e hegemônicos acadêmicos. Para tanto, aliança-se com outros ativismos e saberes para fortalecer a democracia e construir possibilidades para que a ABETH e seu congresso sejam, de fato, espaços que coproduzam vida não fascista. Que esperar seja o legado, assim como as narrativas trans-escritas-vivências desta coletânea.

Outono, maio de 2023.

APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH) é uma entidade sem fins lucrativos que tem como principal proposta fomentar e realizar intercâmbios e pesquisas sobre a diversidade sexual de gênero e suas interseccionalidades. Até o período de organização desta obra, a associação ainda era nomeada de Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), porém no final do ano de 2022, resultando do acúmulo do debate trans e reconhecendo a importância política dessa transição, a ABEH passou a ser ABETH. Ainda assim, ela continua sendo oficialmente sediada em Belo Horizonte – MG, porém, a cada dois anos sua diretoria circula por outras regiões do país, e seu próximo congresso, em 2023, será no Rio de Janeiro.

A ABETH congrega professores/as, alunos/as de graduação e pós-graduação, profissionais, pesquisadores/as, ativistas e demais interessados/as nas temáticas das questões de sexualidades e gêneros. De 1999 a 2001, Mario César Lugarinho, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) até 2007 e, atualmente, professor de Carlos Barcellos, à época professor de Literatura Portuguesa da Universidade Federal Fluminense (UFF), organizaram, em Niterói/RJ, três encontros científicos anuais em torno do tema “Literatura e Homoerotismo”, a partir dos quais, em 2001, foi fundada a ABEH. Os encontros de Niterói congregaram cerca de 70 pesquisadores doutores, brasileiros e estrangeiros, com o objetivo de promover e difundir pensamentos críticos sobre a diversidade sexual e de gênero.

A partir daquele primeiro encontro entre os pesquisadores da área de Letras, na UFF (Universidade Federal Fluminense),

os incentivos aos estudos e as pesquisas da temática tiveram ascensão em diferentes áreas de conhecimento, dando visibilidade às expressões e discursos sobre as sexualidades e gêneros não normativas/os no Brasil e no exterior. Todavia, a cada Congresso realizado o caráter interdisciplinar da Associação foi ficando mais explícito, de modo que passaram pela sua presidência docentes da área de Educação, Comunicação Social, Psicologia e atualmente, temos uma primeira presidência vinculada a uma pesquisadora da área de Serviço Social.

Assim, destaca-se que ABETH tem ampliado o número de filiadas/os através de seus congressos bianuais. A cada dois anos realiza-se o Congresso Internacional da ABEH (CINABEH), que vem congregando pesquisadores(as) brasileiros(as) e de outras nacionalidades, concretizando-se como oportunidade de intercâmbios e enriquecimentos para o trabalho científico. Constituída por profissionais associados a instituições públicas de ensino e pesquisa, a ABEH esteve por seis (06) anos no Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD), conhecido como Conselho Nacional LGBT, protagonizando o espaço de formulação das políticas públicas LGBT brasileiras até a atual gestão do governo federal destituir todos os conselhos de direitos humanos no país em julho de 2019.

No seu X Congresso Internacional, que seria realizado no ano de 2020 e foi transferido para maio de 2021, em decorrência do contexto pandêmico de COVID-19, a ABEH objetivou fortalecer este compromisso através da indissociabilidade entre produção acadêmica e artístico-cultural, buscando também reunir um número significativo sujeitos e de trabalhos acadêmico-científicos e experiências, que versem sobre diferentes áreas do conhecimento em torno das discussões da diversidade sexual e gênero interseccionalizada com as questões étnico-raciais e religiosidades, observando a co-produção de políticas de vida e resistência das pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) em um contexto atual de regressão de direitos e de aprofundamento da crise estrutural do capital. Pretendemos assim, demarcar o debate em torno

das categorias trabalho e classe social, a partir das contribuições da Teoria Social Crítica, para este evento que possui um forte impacto no debate LGBTI+ no Brasil e na América Latina.

O ano de 2021, foi de extrema importância para ABEH, pois completamos 20 anos de existência, embora tenhamos registrado a associação somente em 2006. Neste sentido, o X CINABEH se constituiu num espaço para discussão e deliberação sobre o novo Estatuto da associação, que não tem dado conta da abrangência de seu trabalho em nível nacional neste seu tempo de existência.

O evento teve como objetivos: Disseminar a produção de conhecimento em diversidade sexual e de gênero brasileira, a partir da intersecção com raça/etnia e classe social, a partir de uma perspectiva crítica; Difundir conteúdos sobre diversidades de gênero, étnico-racial e sexualidades através mesas, conferências, grupos de trabalho, pôsteres, teatro, dança, música e cinema; Sistematizar em livros, dossiês em periódicos, programas audiovisuais e catálogos a produção de gênero, raça, etnia, sexualidade e diversidades compartilhada no X CINABEH, com vistas a circulação internacional e Fortalecer grupos de pesquisa e redes acadêmicas, especialmente vinculadas ao debate da Política Social imbricadas com a produção acadêmica e política LGBTI+.

Nessa direção, o presente livro reúne um conjunto de textos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras que foram conferencistas e palestrantes no X CINABEH. Alguns desses textos foram falas transcritas, revisadas por quem proferiu a palestra.

Em suma, o livro se divide em duas (2) partes, sendo a primeira intitulada **“CONFERÊNCIAS E PALESTRAS EM MESA-REDONDAS”**, que reúne dez capítulos; e a segunda nomeada **“PAINEL 20 ANOS DA ABEH - MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO”**, que reúne nove capítulos.

Desejamos uma excelente leitura!





PARTE I

CONFERÊNCIAS E PALESTRAS EM MESAS-REDONDAS



1

AS POLÍTICAS DO ARQUIVO VIVO²

Sam Bourcier

Tradução: Igor Leonardo de Santana Torres (UFBA)

Revisão: Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)

A questão que gostaria de tratar hoje é a da política dos arquivos. Por que os/nossos arquivos são políticos? Como nós podemos criá-los e fazer deles um instrumento de luta, resistência e subjetivação na era autoritária neoliberal, na era do capitalismo digital e do bioarquivo? Esta é toda a questão ou questões respondidas pelo arquivo vivo, o arquivo *kuir* e transfeminista. E para falar nisso, partirei, como sempre faço, de uma experiência pessoal e política: isto é, meu compromisso de mais de 20 anos com a criação de um centro de arquivos LGBTQI em Paris. Seria muito longo e desinteressante contar essa novela não muito elogiosa à Prefeitura do PS (Partido

² Primeira versão da tradução do texto produzido para Conferência ministrada na abertura do X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero (X CINABEH), exibida online em 26 de março de 2021.

Socialista) de Paris, mas que é muito instrutiva para perceber o que são os centros de arquivos LGBTQI autônomos e comunitários e o que fazem as capitais mundiais para as culturas LGBTQI, como se tornaram empresas de memória LGBTQI.

Para ser rápido, verifica-se que a mobilização para a criação desse centro de arquivos foi retomada em 2017 por iniciativa do *Act-Up*, com a criação do Coletivo de Arquivos LGBTQI, e que acabamos de vencer essa batalha com um voto unânime do Conselho de Paris em fevereiro passado. Essa votação marca o nosso projeto de centro que é comunitário e autônomo: 1) comunitário, o que significa que o centro será um centro cultural administrado por e para a comunidade LGBTQI; 2) autônomo, isso significa que a prefeitura ou os arquivos nacionais não poderão controlar nossa política científica e cultural ou nossa filosofia de arquivo. Tampouco poderão interferir em nossa governança ou fazer do centro um instrumento de *pinkwashing* e extrativismo a serviço do turismo LG (Lésbico e Gay) global e da “Paris Capital do Amor”. Nesse sentido, a política parisiense de sinalização de ruas e jardins para mulheres é significativa. A prefeitura inaugura um jardim de Marielle Franco em 2019, após ter exposto por meses seu retrato na fachada da prefeitura central; as relações internacionais da Prefeitura de Paris obrigam o Coletivo de Arquivos LGBTQI a expor um retrato de Marielle Franco pintado de preto durante uma jornada de reflexão sobre os arquivos organizada pelo coletivo em maio de 2018, com uma biografia que não menciona o fato de ela ter sido uma ativista lésbica, mas quando pedimos ajuda na tradução de seu livro, UPP, não há ninguém e nem dinheiro.

O que tiro dessa longa luta coletiva é que, para fazer o que temos que fazer, para não nos deixarmos ser despossuídos da nossa força arquivística, que é real e original, cultural e epistemopolítica, generosa, inteligente e justa, verdadeiramente democrática, nossa visão sobre os arquivos deve mudar, ela deve se tornar política. Devemos também mudar a forma como os arquivos institucionais nos olham, nos opor à vio-

lência arquivística que eles geram, forçá-los a nos respeitar e prescindir deles.

A primeira coisa a fazer talvez para mudar nossa visão sobre o arquivo é perceber sua dimensão biopolítica e vê-la como um *continuum*. Se não partimos da onipresença do arquivo em nossas vidas, não entendemos seu alcance, a divisão de seu fluxo, a vontade de controle que ele alimenta e sua fibra biopolítica.

Porque estamos arquivados, o tempo todo, toda a nossa vida e desde os primeiros dias. Nosso primeiro arquivo é a declaração performativa ao registro civil: ou “é uma menina, “é um menino” ou “outra coisa”. E depois, somos arquivados pelos órgãos administrativos, instituições médicas, militares, policiais e jurídicas. E depois, seremos trabalhados como arquivos pelos pesquisadores.

A função administrativa do arquivo é primária, mas esquecemos disso, é preciso dizer que tudo é feito para que nossa visão do arquivo se reduza a um remanescente empoeirado ou precioso, bem guardado em algum lugar e antes reservado aos historiadores que saberiam o que fazer com ele para o nosso bem maior, no entanto, o arquivo não deve ser reservado aos historiadores ou ao passado, o arquivo não pode ser prisioneiro da história, de uma única disciplina e, *a fortiori*, da escrita, da escrita da história, eu voltarei a isso.

O arquivo, portanto, é uma máquina. São os arquivos em funcionamento antes de serem depositados em centros de arquivos institucionais: como os arquivos nacionais da França, fundados no século 18, na esteira da Revolução Francesa, ou os arquivos nacionais do Brasil, fundados no século 19. Existe uma relação arquivística circular entre o Estado centralizador ou federal e suas administrações: o exército, as colônias, a polícia, o judiciário *etc.*, eles trabalham nos registros porque governam por meio deles.

O arquivamento é, portanto, inicialmente, um princípio de produção e gestão do arquivo para fins de organização

e controle, este arquivo administrativo, burocrático, maciço, enorme, ativo 24 horas, esta gestão arquivística é o oposto da representação corrente que torna o arquivo algo residual, incompleto, inerte, que viria a ser ressuscitado pelo historiador que vai consultá-lo num centro de arquivo.

É verdade que o argumento temporal do arquivo dos historiadores, naturalizante e biologizante, é poderoso: as pessoas vivem e deixam arquivos depois de morrer, o arquivo é coisa do passado, *post-mortem* para os corpos que os produziram, a ponto de fazer esquecer que os arquivos funcionam e governam os corpos vivos. Os arquivos são, inicialmente, relações de poder. É uma máquina epistemológica movida a conhecimento. O Estado e as instituições não podem exercer seu poder sem todo o conhecimento gerado por sua massa arquivística.

As gestões arquivísticas, portanto, não produzem apenas o cidadão e o historiador, a isso se soma a produção e o controle de populações, subjetividades, corpos e identidades nacionalizadas e subalternizadas. Obviamente, pensamos na *scientia sexualis*, na *scientia racialise* nas administrações coloniais do século 19, essa é a efervescência que se vê quando nos situamos no início da cadeia arquivística.

Arquivar é governar, inclusive controlando nosso desejo de arquivo, e é isso, o que nos deixaram claro durante os últimos 3 anos de lutas pelo centro de arquivos. Vivenciamos muito concretamente o que Derrida chamou de “a violência dos arcontes” em seu famoso *Mal de arquivo: uma Impressão Freudiana* publicado nos anos 90, os arcontes eram os magistrados gregos que mantinham e faziam os arquivos administrativos e jurídicos em casa.

Para Derrida, eles são, cito “a ilusão do começo e da chegada do comando”, e eu acrescento, em uma construção, tão logo ocorra o que Derrida chama de “*rassemblement*”, ou seja, esse reagrupamento de arquivos em um lugar institucional dedicado, essa fase de concentração material vai desencadear, em um pano de fundo de intensa cumplicidade com o Estado,

supressões de arquivos, desapropriações, restrições, codificações de acesso, seleções em benefício de documentos escritos, tipologizações: por exemplo, as minorias sexuais e de gênero são geralmente os chamados arquivos “sensíveis”, porque são médicos ou políticos.

Mas esse “*rassemblement*” se traduz sobretudo por uma separação com os corpos que os produzem, que podem utilizá-los ou colocá-los de volta à circulação durante sua vida, uma separação dos suportes (vamos distinguir entre documentos, livros e objetos), a separação entre os/as produtores/as de arquivos e os/as arquivistas responsáveis pelo inventário, indexação e descrições. E se você pedir um lugar autônomo para fazer isso, eles recusam a você, pelo menos na França, com o fundamento de que você deve integrar os arquivos nacionais e que será bem-vindo e bem tratado lá, o que é obviamente estrutural e politicamente falso, por toda uma série de razões às quais podemos voltar.

O princípio arcôntico é, portanto, um princípio de separação, de dissociação, precisamente porque os arquivos contêm o poder de aproximar pessoas e corpos numa temporalidade que não é a aquela do passado, mas a do presente e do futuro anterior. O arquivo é uma força coletiva e política, é essa força do arquivo que é capturada e reservada, mas podemos nos opor a violência arquivística dos arcontes e a violência administrativa dos arquivos, podemos quebrar nossas cadeias de arquivamento. E esta é a segunda coisa importante a fazer para mudar nossa perspectiva e nossos usos do arquivo. Como? Aproveitando o que chamo de a iterabilidade do arquivo.

A iterabilidade do arquivo é tudo o que se relaciona com a sua produção, a sua reprodução, a sua repetição, a sua reativação e a sua circulação, e, especialmente, quando ela é o ato de outros atores que não os atores tradicionais do arquivo. O ato dos/as arquivadores/as vivos/as. A iterabilidade é tanto a *iteratio* (repetição) quanto o *itinerarius* (a jornada) do arquivo, ela também é assegurada – e como! – pelas minorias e seus

centros de arquivos comunitários, cuja primeira preocupação é precisamente não separar ou deslocar, mas mostrar e fazer recircular os arquivos.

Elas multiplicam os ciclos de arquivos, circuitos curtos em resumo, onde as instituições transformam os arquivos em cadeias e multiplicam os obstáculos à sua consulta e divulgação, é essa iterabilidade que é restringida pelos controladores dos arquivos dos quais os *gatekeepers* das ciências sociais fazem parte, porque não são apenas os historiadores que metem a mão nos arquivos! A iterabilidade do arquivo é o seu potencial de não separação dos corpos produtores de arquivos dos arquivos e de seu poder unificador, coletivo e político em uma temporalidade e projetos comuns.

Os arcontes não podem competir com um *site*, *podcast*, grupo do *Facebook*, performance, histórias orais infundáveis, cartografia, ateliê de arquivo, feitos pelos arquivados que se tornam arquivadores/as, lares de arquivos mais do que fontes de arquivos. Em suma, é possível e necessário opor a iterabilidade do arquivo ao princípio, à violência arcôntica.

A terceira coisa a ver e fazer os arquivos de forma diferente é perceber que a grande força do arquivo vivo é sua dimensão performativa e em muitos níveis, os arquivistas profissionais – finalmente aqueles que perderam a virada arquivística dos anos 90 – pretendem organizar os restos e os vestígios *a posteriori* com toda a objetividade. Eles negam a dimensão performativa do arquivo no sentido de que sempre há alguém ou algo que decide sobre a divisão do arquivo. Sua incompletude não é natural, as minorias estão muito conscientes dessa incompletude, ela é grande e muitas vezes cruel, mas ela nos pertence.

O arquivo está sempre incompleto, mas essa incompletude assume formas específicas para as minorias, incluindo LGBTQI's, elas foram excluídas dos arquivos oficiais e da cultura em geral, mas também maltratadas e mal representadas por eles. A censura contra elas não foi exercida de forma meramente negativa, por rasura, mas também de forma positiva, todo o século

19 e boa parte do 20 visibilizou-criou-arquivou os invertidos, os homossexuais, os racializados, os débeis, os indigentes, os indígenas, os miseráveis, as identidades sexuais e racializadas, medicalizando e criminalizando-os, essa história de violência se confunde com o grande arquivo do sexo e da raça.

É difícil e muitas vezes sisífico arquivar os buracos da história e os silêncios da representação, mesmo que seja um reflexo compreensível, esse é todo o problema do arquivo das minorias, dos sem voz e dos subalternos, os buracos são tão amplos que poderíamos dar uma resposta com a ficção, o que também nos lembra a dimensão performática do arquivo e o afasta do regime de verdade que os historiadores reivindicam.

É o que Wittig diz em *Les Guerillères* para contornar o apagamento de lésbicas e mulheres na memória: “Você diz que não há palavras para descrever este tempo, você diz que não existe, mas lembre-se, faça um esforço para lembrar, ou, na falta disso, invente”. Encontramos a mesma estratégia ficcional com o filme *The Watermelon Woman* de Cheryl Dyune, lançado em 1996, a diretora lésbica negra do filme conta a história de uma atriz lésbica negra em Hollywood na década de 1930. No final do filme, que utiliza os códigos realistas do documentário, entendemos que os arquivos e as fotos que ali vemos foram todos inventados, o filme ilustra a impossível restituição e apagamento das mulheres negras no cinema, mas também as virtudes da ficção performativa mais do que corretiva ou restaurativa.

O outro nível performativo é aquele que consiste em reintroduzir massivamente o arquivo oral na produção dos arquivos das minorias, é ainda o parentesco fraco dos arquivos e da história, este arquivo oral, mas não se trata de opor à escrita e a oralidade, é uma questão de distinguir modos de produção e distribuição do arquivo muito diferentes e de ver qual deles é extremamente dominante. O dispositivo de história-escritura está saturado de colonialidade, foi construído contra a oralidade e em detrimento do que Diana Taylor chama de arquivo-repertório.

O arquivo-repertório não suporta a separação entre o escrito, o oral e o corpo. Encontramos nele rituais, eventos, performances no sentido corrente do termo, gestos, coisas imateriais, textos e inscrições, não há apenas formas orais, e é arquivável, como bem compreendeu a UNESCO, que se comprometeu a salvar-arquivar o patrimônio imaterial da humanidade, a performance, no sentido mais amplo do termo, é um meio de transmissão da memória e da cultura.

A ditadura da escrita e do texto serve precisamente para desqualificar a transmissão arquivística performativa, a força da iterabilidade desse arquivo contrasta com o sistema de transferência bloqueado, preso, e até elitista, que é aquele do arquivo-história, do arquivo-escritura, dos arquivos descorporalizados e descoletivizados, a performance é uma força de transmissão e sincronização, pois aproxima os corpos em um tempo comum ou mesmo em um espaço comum.

A solução cultural comunitária é, portanto, permitir às pessoas interessadas em garantir a conservação e a transmissão desse tipo de arquivo e desse modo de transmissão. Colateralmente, a questão é: *como culturalizar o arquivo retirando-o das garras da história?* Isto equivale a dizer que devemos romper com a abordagem mono-disciplinar do arquivo que o torna o campo da história ou das ciências sociais como a Antropologia, a Etnologia ou a Sociologia.

Esta tensão entre história e culturas, as minorias e os sub-culturalistas conhecem-na bem, porque eles/as não correm tanto atrás de seu “patri-mônio” ou de seu “matri-mônio”, mas sim de seu repertório, seus arquivos-ferramentas, os meios de fazer viver pelo arquivo, suas culturas, suas subjetividades, formas de vida e suas lutas, porque oferecem uma visão crítica e diferente do mundo que lhes é necessária, a performance no sentido corrente do termo, cuja proximidade com o arquivo-repertório é conhecida, é, portanto, um dos grandes recursos compartilhado com este arquivo vivo, e darei um exemplo disso

com a atuação de Juan da Silva e Koriangelis Brawns no festival de putas do SNAP (*S.ex workers N.arratives A.rts & P.olitics*).

Então, em 3 de novembro de 2018, vi a apresentação de Juan e Kori, em uma noite do festival, foi quando soube que Juan também era Marica, ali em *drag*, ao entrevistá-la no dia seguinte para a primeira coleta de arquivos orais realizada pelo coletivo Arquivos LGBTQI+, fiquei sabendo que Marica fazia parte de um coletivo na Colômbia, os Miau, que produzia performances, vídeos no *YouTube* e organizava desfiles e concursos de beleza trans.

Isso foi antes de Juan deixar Bogotá, pois se tivesse ficado na Colômbia provavelmente teria morrido assassinado, por ter sido um ativista LGBT visível ou por não ter recebido o tratamento mais recente para o HIV. Tudo isso, eu também aprendi, vi, olhando as imagens e as legendas que rolavam pela tela do palco do festival, eles se/nos contaram suas vidas enquanto Kori maquiava Marica, esses encontros entre autonarrativa, performance e história oral me fez questionar-me sobre a relação entre performance, história oral e autoarquivo. Como recircula, em vez de “se escreve”, a história coletiva por meio da performance?

Com a apresentação no SNAP, a história de Juan e Kori foi divulgada e vimos a criação de uma memória pública. A performance no palco produz em vez de “preservar”, a memória ou um arquivo, oferecendo uma forma de lembrança ativa e engajada, isso também se aplica a qualquer coleção de histórias orais, se não for reduzida a uma coleção de histórias ou informações, e tudo depende das políticas de conhecimento praticadas.

Do ponto de vista epistemopolítico, sabemos que existem disciplinas designadas para se apoiar em arquivos ou fazer História Oral, História, Antropologia ou Etnologia, por exemplo. A História vê a entrevista principalmente como uma informação a ser avaliada, a ser cruzada com outras (é seu lado policial científico), ou mesmo como uma prova, uma ilustração da tese ou da cronologia que muitas vezes inventa apenas o

historiador, também podemos considerar histórias de vida, entrevistas como saberes a serem disseminados, saberes produtivos e performáticos, é isso que separa antropólogos e historiadores clássicos dos produtores de arquivos feministas, *queer*, transfeministas e comunitários, eles/as não têm as mesmas políticas e ética de entrevista, eles não têm a mesma visão das relações de saber/poder que decorrem da realização de entrevistas, consideram a narrativa, a história de vida como uma performance e desenvolvem dispositivos performativos para a geração e circulação de arquivos, levam em consideração o corpo, a entonação, os gestos, as expressões faciais, a linguagem, tudo que faz de uma entrevista uma performance encarnada, tudo que geralmente desaparece na transcrição da entrevista que reduz a pessoa e a entrevista a um texto.

Esses usos da performance são diferentes do reencenar histórias de vida ou eventos como uma ferramenta para a valorização de arquivos em museus que experimentaram um *boom* desde a virada arquivística nos anos 1980 e 1990. A virada arquivística cobre essencialmente o uso de arquivos na arte e o uso de metáforas ou conceitos oriundos da arquivística nas práticas artísticas, aqui, trata-se de espetáculos performáticos baseados em histórias ou narrativas de vida que dependem do autoarquivo, como a performance de Juan e Kori, e do dispositivo mais geral de um festival, essas práticas performativas fazem parte do que Della Pollock chama de *remembering* como um processo ativo em vez de memória: “O que estamos falando é da tradução de eventos subjetivamente rememorados em atos incarnados de memória, de passar a memória na lembrança (...) É isso que faz a representação da memória viva, isso faz coisas”, o *remembering* é um processo encarnado, performático e coletivo.

O arquivo performativo permite que o arquivo seja produzido em *loops* sucessivos e a criação de circuitos, permite não se contentar com a cadeia de produção do arquivo tradicional, que é a dos arquivos institucionais, mas também a das ciências humanas. Nessa economia dos arquivos muitas vezes elitista,

os/as pesquisadores/as constituem reservatórios de arquivos orais que morrem uma vez que seu “campo” esteja concluído, visto que os protocolos de consentimento não preveem a utilização de arquivos posteriormente de maneira mais ampla ou outra que não seja “científica”, os/as primeiros/as a serem despojados/as dessa riqueza são os/as entrevistados/as, é por essa razão que a reativação dos campos dos pesquisadores das ciências sociais e uma nova ética da entrevista são objetivos importantes para os praticantes do arquivo vivo.

Os dispositivos performativos do arquivo vivo se contrapõem a esses fenômenos de desapropriação, é o caso, por exemplo, de *Like a Family*, a peça de Della Pollock, de 1988, sobre a história dos catadores de algodão na Carolina do Norte com base em histórias orais, a peça foi encenada nas cidades onde os entrevistados viveram ou viviam, isso gerou *retelling* com o público e os moradores locais, outras histórias e outras peças teatrais, esse também é o caso do *Sexshunned Project*, um projeto colaborativo de *Ourstory Scotland* baseado em uma coleção de narrativas de vida e arquivos orais LGBT que foram colocados no palco com o teatro 7.84, o projeto gerou oficinas de performance e teatro para trabalhar coletivamente os depoimentos orais a serem incorporados ao espetáculo.

Podemos ver, então, que uma entrevista para história oral não está destinada a acabar como um arquivo em um centro de arquivos, em um *site* ou em uma tese. Nós medimos a vitalidade do arquivo pela sua capacidade de sair de armários, sótãos, caixas, de gerar outros acervos, outros centros de arquivo e não simplesmente de ser disponibilizado em instituições.

A entrevista de arquivo oral, as narrativas orais também são feitas para a divulgação pública numa performance coletiva que se realiza em público, que divulga as entrevistas, histórias de vida e suscita outras, o que permite uma apropriação da produção dos arquivos. Em contrapartida, os usos tradicionais do arquivo que sancionam a reprivatização ou o confisco para um uso elitista, científico ou reservado não podem ser os únicos,

essa desprivatização, esse agrupamento que os arquivos dos arcontes restringem, essa (des)armarização desindividualiza a memória e a torna comunitária, disponibiliza e difunde.

A performance exhibe e difunde um dispositivo, uma força arquivística comunicativa que pode ser facilmente reproduzida e gerar outras tantas práticas arquivísticas, isso vai contra a despolitização dos arquivos provocada pela individualização da memória ou sua transformação em uma injunção ao “dever de memória”.

A proximidade desse modelo de autoarquivo coletivo facilmente reproduzível mantém uma proximidade óbvia com as reivindicações epistemológicas feministas e autônomas dos anos 1970 e mais: autoinvestigação, DIY, autonomia e ancoragem na experiência, não é por acaso que estamos testemunhando uma proliferação da forma de oficina no campo dos arquivos *queer* e transfeministas. Os “*happy hour* de papelão” organizados pela *Mémoire des Sexualités* em Marselha são um bom exemplo disso. Também não é por acaso que as coleções de arquivos orais do Coletivo Arquivos LGBTQI acabam em *podcast* (40.000 ouvintes).

Para terminar, gostaria de voltar rapidamente, por falta de tempo, ao bioarquivo digital que mencionei no início, trata-se de uma variação do bioarquivo, da dimensão biopolítica do arquivo e acho bom falar disso porque a tecnologia digital atua um pouco como uma solução mágica quando falamos de arquivos, vamos digitalizar tudo, então guardar tudo, e bastaria colocar tudo na rede, as coisas não são tão simples, colocar arquivos na internet é caro e, sem design digital e sem indexação comunitária, não é útil e não permite que você encontre o que procura para fins de pesquisa científica, como dizem, mas também e principalmente para fins pessoais e políticos, para se construir e atuar como LGBTQI no mundo, em uma palavra, para ter acesso ao arquivo-ferramenta.

Não tenho tempo para fazer isso aqui, e é algo que farei em meu livro sobre os arquivos, mas devemos voltar à riqueza das

práticas arquivísticas e renomeá-las ao lado do arquivo-história em seu pedestal e do arquivo de saber/poder, está o arquivo-pesquisa no sentido acadêmico do termo, essas práticas de arquivos se aproximam do arquivo-prova do Estado, juízes e policiais, mas há também o arquivo-cultura do qual falei um pouco, o arquivo-luta e esse arquivo-Pesquisa precisamente com um grande P maiúsculo desta vez, aquele que permite a subjetivação pessoal e política.

Essas práticas arquivísticas, menos conhecidas, nunca celebradas, também produzem e transmitem saberes, mas não têm a mesma função dos saberes-poderes, o arquivo-luta e o arquivo-Pesquisa com um grande P maiúsculo são o reservatório de lutas e subjetivações políticas, em particular, permitem a transmissão de cenários e culturas militantes na atualidade (ex. *Act Up*).

Quanto ao bioarquivo digital, é aquele que produzimos constantemente na rede, nas redes sociais, deixando vestígios digitais que são explorados pelos GAFAs. Somos nós, desta vez, que estamos constantemente gerando nosso controle e nossa arquitetura panóptica com nosso corpo e nosso espaço doméstico conectados, o panóptico de Bentham era o modelo de vigilância e regulação da sociedade capitalista moderna, o arquivo nativo, o cyberarquivo virtual, é o modelo de controle da sociedade do capitalismo neoliberal digital atual.

O bioarquivo digital também é um autoarquivo, mas o autoarquivo do capitalismo digital se afasta do autoarquivo autônomo e comunitário praticado por minorias nos locais de arquivo que eles/as criam, e essa máquina de arquivo, o que chamo de *blob* do arquivo biodigital, que vai me produzir como sujeito consumidor e cidadão votando em Trump, no Brexit ou em Bolsonaro, tem muitos pontos em comum com a máquina da administração colonial, do arquivo do sexo e da raça.

O *blob* do bioarquivo digital é uma realização perversa e total da prática arquivística básica: a pesquisa nos dois significados que acabo de atribuir a este termo, Pesquisa com P maiúsculo

e pesquisa. Com a captura unilateral de nossos dados pelos GAFAs, o pesquisador, em todos os sentidos do termo, dos arquivos, tornou-se uma matriz arquivística involuntariamente por sua própria vontade, constantemente sugada pela *blob* do capitalismo digital neoliberal, cujo objetivo é explorar o valor comportamental deduzido de nossos traços digitais residuais: o que somos, traduzidos pelo que gostamos, o que procuramos, o que compramos, como nos movemos, como trepamos, como respiramos, *etc.*, o *blob* do bioarquivo digital depende do mesmo tipo de espaço epistemopolítico que o arquivo antes de ser colocado em uma instituição: a máquina arquivo de que estava falando inicialmente, onde são maquinados fluxos e saberes-poderes.

Como a máquina de arquivo, o objetivo do *blob* é saber tudo sobre nossos desejos e nossos comportamentos, quem do nativo, do bom brasileiro ou do bom francês, do consumidor, do ativista ou do cidadão que vota. Sabendo que o arqui-poder/saber do *blob*, seu direito de saber tudo não tem limite, pois se baseia na evitação de qualquer codificação pelo direito, esta saída do direito foi teorizada como estratégia pelo *Google* assim que a empresa rompeu com a sua vocação inicial que era, passo a citar, “a disponibilização universal, global e gratuita da informação”, para vender dados a anunciantes e empresas de consultoria, essa estratégia é chamada de “inovação sem permissão”, é pós-liberal e autoritária como qualquer bom empreendimento neoliberal.

O que isso muda para nós como usuários de arquivos e arquivadores? O que pode ser mudado sobre isso? Quais são as práticas e os usos dos arquivos que podem responder à questão de qual talvez seja o papel dos arquivos na era neoliberal? Pode-se dizer que é útil restaurar a história e o passado, a consciência histórica ou a historicidade, porque o neoliberalismo não liga e impõe outra relação ao arquivo com seu *blob* digital, mas talvez se trate de impor uma recusa ao que o neoliberalismo esteja tramando com a história e a cultura, incluindo a nossa.

Não é correto dizer que o capitalismo neoliberal autoritário abandonou a história, a narrativa e a consciência minoritária, ele está apenas fazendo uso instrumental disso junto com sua incursão em alvos biopolíticos e moleculares, hiperfragmentados e transindividuais que ele faz de nós. Na verdade, com o arquivo vivo e o tipo de reativação, de recirculação que ele permite, trata-se de impedir a reterritorialização do devir minoritário imposto pelo capitalismo digital neoliberal.

A simultaneidade do processamento dos arquivos pelo *blob*, o processamento do nós-bio-arquivo instantâneo não deve nos fazer perder de vista a forma como o neoliberalismo mobiliza nossa história, nossas subjetividades, a tomada de consciência e as emoções, a raiva, o ressentimento e o medo, por exemplo, não para reescrever a história, mas para iniciar guerras culturais e com sucesso, se julgarmos pelas vitórias eleitorais de um Trump ou de um Bolsonaro ou do voto de Brexit, entre outros.

E é irônico ver o papel desempenhado pelos gays e sua *expertise* em termos de vivência e de retórica minoritária nas empresas de tratamento dos mega dados criminosos, de um gay liberal e vegano, conhecedor da moda, ex-diretor de pesquisa da agência de consultoria política *Cambridge Analytica* como Christopher Wyle. Wyle trabalhou com Steve Bannon nas campanhas de Trump, mas também de Obama em 2008, onde descobriu a microsegmentação eleitoral.

De analista de dados, Wyle se tornou um *designer* de narrativas eficazes e promotor de políticas de identidade em campo para vencer a guerra cultural de Trump. O muro, o *marais*, é ele, ele colocou sua cultura da política das minorias, aquela da política das identidades LGBT, a serviço da campanha de Trump, ele a explora ao contrário, jogando com as fontes da identificação e da vitimização.

O Branco é uma vítima, ele perdeu seus privilégios, Wyle traça analogias explicativas entre a marcha do orgulho e as demandas de racistas ou *incels*, os solteiros involuntários mi-

sóginos e supremacistas, transpondo a retórica minoritária gay, lésbica e trans: eles sofrem por estar, cito, “no armário”, eles sentem o fato de terem que “passar” no sentido de “*passing*” por homens que não são ou não querem ser, como uma opressão, isso é tudo o que Wyle explicou a Bannon e Trump.

Essa exploração do bioarquivo digital e das possibilidades que ele oferece em termos de política da narrativa e de subjetivação é bastante representativa do que acontece quando se conjugam várias formas de excepcionalismo: excepcionalismo empresarial, quando o Estado se torna neoliberal, quando o Estado assume a forma de empresa que se apodera da forma do estado com Trump, Macron e Bolsonaro, tudo num pano de fundo de excepcionalismo racista.

Se o excepcionalismo do Estado e o excepcionalismo dos GAFAs são no fundo a mesma coisa, não é surpreendente que os arquivos institucionais e o *blob* arquivístico digital tenham em comum uma cultura do sigilo, da não disponibilização de nossos arquivos e uma propensão a se colocar fora da lei sobre o pano de fundo do autoritarismo, trata-se de fazer exatamente o contrário da missão democrática manifestada que promete transparência e circulação de informação para todos, quer seja a missão do Arquivo Nacional desde a Revolução Francesa, do Arquivo Nacional do Brasil ou do *Google* em seus primórdios.

O *blob* digital incita o roubo e a expropriação da mesma forma que os Arquivos Nacionais com reviravoltas na forma, estes últimos recusam a resincronização dos produtores de arquivos com os seus e os arquivos, instalando uma temporalidade desumana com o alongamento dos prazos de comunicabilidade, a qualificação cambiante dos arquivos, a tipologia de leitores e usuários: profissionais e outros, estudiosos e amadores.

Por sua vez, o *blob* nos nega a restituição e, portanto, a resincronização com nossos vestígios digitais e seus subprodutos, embora nos mergulhe em uma inscrição/exploração arquivística e indelével, é uma falsa hipsincronização, se assim podemos dizer, já que a fonte real dos arquivos, ou seja, nos é

cortada, aparada, separada e silenciada, o circuito arquivístico é queimado e, mais uma vez, a comunicação é dificultada.

O nosso giro arquivístico que está por vir talvez seja este: a ressincronização para todos/as que se traduz no encurtamento ou mesmo na recusa dos atrasos de comunicação dos arquivos institucionais e a remuneração dos nossos cliques, a recuperação dos nossos dados, os nossos biodados e a recusa da sua exploração. Por enquanto, cabe ao arquivo vivo proceder à ressincronização nos centros de arquivos autônomos e comunitários.

Eu agradeço a vocês!

2

FECHEM AS PRISÕES! ABRAM AS FRONTEIRAS!

Como o abolicionismo está moldando políticas Trans e *Queer*³

Dean Spade

Tradução: Antônio Augusto Lemos Rausch (UFMG)

Revisão: Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG) e Júlia Silva Vidal (UNB)

Obrigado por me convidarem a participar desta conferência, eu gostaria de que pudéssemos nos reunir pessoalmente, mas ainda estou grato por conversar com vocês através do vídeo. Gostaria de focar no tema do abolicionismo nesta conversa sobre ajuda mútua, porque, para mim, estas duas coisas se relacionam de maneira bastante próxima, esta conferência é sobre como eu compreendo as políticas e resistências trans e queer a partir do enquadramento do abolicionismo.

³ Esta é uma primeira versão da tradução da Conferência de Encerramento de Dean Spade no X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (X CINABEH).

Quero retomar aqui portanto parte do trabalho que realizei em meu primeiro livro – “Normal Life”, gostaria de compartilhar algumas destas ideias, e apresentar aqui sobre o que me faz pensar profundamente sobre os movimentos de ajuda mútua neste momento, sou muito grato por este encontro especialmente em um momento no qual é muito difícil para as pessoas se encontrarem.

Caso alguns não saibam, estou gravando este vídeo de *Seattle*, no estado de Washington, terra dos povos *Duwamish*, estou compartilhando ideias que estão baseadas em minhas experiências de trabalho em movimentos sociais nos Estados Unidos, e estou muito curioso para saber quais aproximações e diferenciações podem ser desenhadas em diferentes contextos, obviamente, eu estudo movimentos sociais ao redor do mundo para ter novas ideias sobre como as pessoas resistem, mas meu trabalho é baseado em grande parte nas minhas próprias experiências.

Uma ideia que é importante para meu trabalho é de que as tentativas de inclusão e reconhecimento são limitadas e problemáticas, eu me tornei adulto nos anos de 1990, nos Estados Unidos da América, onde havia um enquadramento conservador, emergente dos direitos *gays*, que eventualmente incluíram pessoas trans em alguma medida, que era centralizado na ideia de inclusão nas instituições dominantes.

Uma das coisas que entendi, em parte estudando Teorias Raciais Críticas – que são uma tradição intelectual importante nos EUA, particularmente para aqueles que estudam Direito e sistemas legais – é que, quando inclusão e reconhecimento acontecem (quando uma instituição ou governo diz “Vocês deveriam ser reconhecidos!”, ou dizem “Vamos proteger as pessoas, ao invés de mirá-las”), elas ocorrem pela pressão dos grupos marginalizados, estas mudanças não surgem da bondade dos governos e instituições, e são desenhadas para manterem as coisas da mesma maneira. Há uma grande pressão, os movimentos expõem as contradições e injustiças, e os

sistemas respondem dizendo que “estão cuidando disto”, “te apoiam” e “gostam de você”.

Esta ideia é chamada por teóricas críticas de raça, como Reva Siegel e Angela Harris, de “Preservação através da Transformação”, em suma, significa que os sistemas se alteram das maneiras mais literais possíveis, para manter-se iguais. Um dos aspectos centrais disto, é de que ocorre em campos extremamente violentos e injuriosos, como a polícia, ela é uma grande fonte de violência na vida das pessoas trans e *queer* nos Estados Unidos, desde seu início, a criminalização das diferenças de sexo e gênero é central para o campo policial.

Em frente às resistências à homofobia, transfobia, violência anti-trans, etc., a resposta do sistema será “Vamos contratar policiais gays!”. Este tipo de movimento diz que a “polícia é um lado maravilhoso da libertação”, ele pega emprestado as ideias libertárias de nossos movimentos, e aplica à um campo que é, na verdade, fonte de injúria e opressão, então, legitima esta instituição, e o sistema, utilizando nossos símbolos e corpos, enquanto isso, o dano produzido continua intacto, permanecendo a violência policial e criminalização constante contra pessoas trans e *queer*.

Um outro grande aspecto também é a aprovação de leis contra crimes de ódio, leis que dizem que, ao atacar pessoas em função de serem trans ou *queer*, as pessoas estarão sujeitas a punições mais severas, este é um tipo de reformulação que tenta dizer que “o Estado não é um agente de punição para pessoas *queer* e trans, mas um protetor”, não há nenhuma evidência de que estas leis reduzam a violência contra nós, elas não têm nenhum valor coercitivo, mas aumentam a capacidade de acusação de promotores para colocar mais pessoas dentro das prisões e cadeias, algo que eles sempre estão buscando, expandem um sistema o qual estaríamos mais a salvo se fosse encolhido ou extinguido.

Há uma grande história de defesa da inclusão de pessoas gays, lésbicas e agora trans dentro do serviço militar, nova-

mente, as forças armadas norte-americanas são a maior fonte de violência no mundo, é o maior poluente do mundo, uma força de trabalho na qual as violências de gênero e sexuais são endêmicas, tanto nos lugares onde as bases estão instaladas, em direção aos civis daquela região.

Como dentro das próprias forças armadas há uma quantidade exorbitante de situações de violência de gênero e sexual contra mulheres, pessoas *queer* e trans, neste espaço dizem *"Pessoas gays são cidadãos iguais a todos, uma vez que podem servir neste exército brutal, e estarem sujeitas à exploração e violência no trabalho"*, isto cria um senso de liberação, e eu acredito que seja um tipo de apropriação emocional que privilegia pessoas cisheterossexuais, para que consigam ver o exército a partir de uma nova ótica de inclusão, o que não é, de maneira alguma a função desta instituição.

Obviamente, outro exemplo é o casamento igualitário, que há séculos as feministas estão tentando desmantelar o casamento e compreendê-lo como uma instituição que o Estado premia determinadas formas de constituição sexual e familiar, enquanto pune outras. Nos EUA, há diversos benefícios que podem ser obtidos a partir do casamento, você pode fazer seu parceiro imigrar, compartilhar seu seguro de saúde e etc., todas estas coisas, muito importantes, são garantidas de acordo com a maneira através da qual você vive a sua vida sexual e familiar de forma "correta", o que é profundamente injusto, feministas lutaram duramente para tornar mais fácil o divórcio, e para reduzir a significância do casamento legalmente através da ideia de que as pessoas não deveriam ser punidas ou premiadas de acordo com suas preferências sexuais ou constituições familiares.

A defesa que emergiu para o casamento igualitário esteve centrada nas pessoas brancas das classes altas nos EUA, quem mais se beneficia do casamento, uma vez que ele é, no fim das contas, sobre compartilhar propriedade, esta defesa recuperou o casamento como um lugar maravilhoso de amor

e dignidade, depois de anos de ativismos feministas, antirracistas e anticolonialistas dizendo “Não! O casamento é uma parte da exploração, extração de trabalho forçado, violência sexual e controle social”.

Estamos vendo este movimento e tentando nomear as demandas, ou concessões, de inclusão e reconhecimento dos governos e instituições majoritárias, na verdade, beneficiam a estes próprios, e não àqueles e aquelas as quais as mudanças serão feitas em nome de, por exemplo, o casamento igualitário. As pessoas em nossas comunidades que são mais pobres, as mais excluídas, têm pouquíssimos benefícios obtidos através do casamento, nos EUA, as pessoas pobres têm menor probabilidade de se casarem, porque, no fim, se trata de compartilhar bens materiais com um parceiro/a.

Se você é uma pessoa com documentação irregular, e seus parceiros também são pessoas com documentações irregulares, você não ganha absolutamente nada ao se casar, não tenho seguro saúde, nem meu namorado, não há razão nenhuma para me casar, portanto, a ideia de que o casamento resolve os problemas está limitada ao escalão mais alto da sociedade, se estiver reservada a alguém.

Estes são alguns exemplos de como este movimento se apresenta, há alguns anos, o Departamento de Polícia de Nova Iorque (NYPD) plotou seus carros com bandeiras de arco-íris, o NYPD é, possivelmente, a maior força de violência anti-*queer* no mundo, no sentido de que é a razão para os levantes de *Stonewall*, que geraram nossas celebrações de orgulho no final de junho, em muitos lugares, sua violência anti-*queer*/anti-trans é incessante, e continua acontecendo, é ainda mais brutal que eles coloquem bandeiras arco-íris em seus carros para manter uma boa imagem pública.

Em Seattle, o departamento de polícia estava sob investigação do governo federal em função de quão racista e violento é, durante este período, o Departamento iniciou uma campanha onde foram distribuídos adesivos com distintivos de policiais

em arco-íris nas janelas de todos os restaurantes e negócios na cidade, no geral, a ideia é de que se você estiver sob ataque, e entrar num destes estabelecimentos, os funcionários irão chamar a polícia para você, “Este é um lugar seguro”.

Obviamente, pessoas *queer* e trans são aterrorizadas pela polícia, não a vemos como um espaço de segurança, particularmente se você, além de *queer* e trans, for morador de rua, negro, indígena ou com algum tipo de deficiência, esta é uma estratégia de estabelecimento de imagem pública por parte da polícia, e se baseia numa retórica de segurança pública que justifica o policiamento, como se a violência primariamente acontecesse entre dois estranhos na rua.

Na realidade, as principais fontes de violência em nossas vidas são conhecidas, como parceiros, colegas de classe, de trabalho, mas especialmente familiares, no entanto, estas histórias de violência, de pessoas ruins nas ruas, justificam a existência de um exército de policiais espalhados pelas cidades, isto é, um tipo de estratégia de propaganda para a polícia, é *cop-aganda*.

Há algumas respostas produzidas por ativistas, como por exemplo, um adesivo que diz “*Seguro Para Quem? Policiais matam e violam pessoas queer. Não falem com policiais*”, eles estavam dizendo que esta campanha era horrorosa, há outra resposta a esta mesma campanha que diz “*Cuidado Seattle: Este arco-íris foi roubado por ladrões e dado aos policiais! Continuem alertas contra proclamações falaciosas de que o aumento do policiamento torna qualquer bairro um ESPAÇO SEGURO*”, eu acho muito divertido ver estes ativistas retribuindo os esforços, há também um quadrinho ótimo que diz que “se tivermos mulheres no exército”, de alguma maneira isto faz que as ações promovidas pelas forças armadas contra as pessoas sejam normalizadas.

Estas outras imagens também são muito populares entre diferentes movimentos de defesa pela inclusão dentro das instituições militares, nelas, você vê várias cenas “patriotas”, com grandes bandeiras Americanas interligadas à um beijo gay, que

deveria representar um símbolo de liberação, já que um grande tabu, este é o tipo de “empréstimo” que citei anteriormente.

Estamos num período que precisamos de muito discernimento como todos sabemos, estamos num período de crises globais, pandêmicas, climáticas e de habitação, as crises continuam sendo causadas pelo colonialismo e as políticas econômicas neoliberais que são brutais.

Algo que está acontecendo, no momento, é uma crise de legitimidade, por exemplo, nos Estados Unidos, e acredito que em outros países também, o sistema de punição criminal está enfrentando uma crise de legitimidade, as pessoas nas ruas estão dizendo “Isto é racismo! Isto é caro! Não precisamos disto!”. O problema é, quando provocamos crises de legitimidade através de trabalhos dos movimentos sociais – devemos celebrar, é algo incrível, no entanto, isto não leva a um desmantelamento deste sistema, frequentemente, isto leva à recuperação do sistema.

Há um artigo⁴ que eu amo, escrito por Ruth Gilmore e Greg Gilmore em um livro chamado *“Policing the Planet”*, que é uma ótima antologia, elas falam sobre como em momentos muito importantes nos Estados Unidos, quando houve crises de legitimidade ao redor do policiamento, foram os momentos de maior expansão da polícia. Nos anos entre 1960 e 1970 houve grandes levantes contra os supremacistas brancos, o colonialismo, a guerra e o sexismo nos Estados Unidos, estas foram crises de legitimidade nas quais as pessoas estavam nomeando a polícia como uma força de ocupação nas comunidades negras, e evidenciavam as formas de violência policial de maneira profunda.

Em resposta a isso, a polícia fez algo no sentido de contratar novos policiais não-brancos, e expandir as funções de atuação policial para as escolas, “ajudar os sem-teto”, e outras formas de

⁴ GILMORE, R. GILMORE, G. Beyond Bratton. In: CAMP, J.; HEARTHERTON, Chistina. Policing the Planet. New York: Verso. 2016.

propaganda que reafirmam que a polícia existe para “ajudar”, o orçamento das polícias cresceu de maneira estabilizada desde esta crise de legitimidade, junto à ideia de que a polícia existe para cuidar de todo e qualquer problema social.

Isto nos diz que, ao provocar uma crise de legitimidade, o trabalho não acaba, este é o momento em que temos que trabalhar, ainda mais profundamente, para certificarmos de que o desmantelamento é o resultado de nossas ações, agora, nos Estados Unidos, no chamado dos movimentos de 2020 contra o policiamento antinegro, vemos, em todos os estados, projetos para reformar as polícias que são, na realidade, as mesmas reformas inúteis.

Por exemplo, “Vamos banir a chave de braço”, “Vamos estabelecer que a polícia deve avisar antes de agir”, ou coisas que nunca funcionaram anteriormente, ao mesmo tempo, vemos legislações na maior parte dos estados que buscam tornar os protestos ilegais, ou descriminalizar o atropelamento de pessoas em protestos, vemos um reforço do policiamento através de políticas de aumento orçamentário das polícias e criminalização dos levantes.

Também estamos num período, particular das políticas *queer* e trans nos últimos 20 anos, que é chamado “*mainstreaming*” ou “*pinkwashing*”, através das quais estes temas se tornaram grandes assuntos na mídia, há pessoas *queer* e trans na TV, há um sentido de visibilidade, e vemos a eleição de representantes *queer* e trans em alguns lugares.

A ideia, agora, é de que “as pessoas são livres, e já cuidamos deste assunto”, as instituições podem se promover como progressivas quando incorporam bandeiras arco-íris, participar numa parada, entre outras situações, estes são momentos de recuperação, nota-se que as Políticas *Queer* e Trans estão fazendo, particularmente, um papel recuperativo nesta era onde as instituições se reivindicam como espaços de liberação, e se enrolam nas bandeiras do orgulho, literalmente, embrulham camburões com a bandeira do orgulho, isto é muito significativo

para nós dentro das Políticas Trans e *Queer*, como podemos fazer políticas que são antipoliciais, antimilitares, anticapitalistas, antiextrativistas e antiexploração⁵?

Estes momentos de crise também são oportunidades para mobilização, idealmente, mais e mais pessoas dirão “este sistema não funciona, estou aterrorizado e com raiva do que está acontecendo, quero juntar forças”, mas também é um período onde há vários esforços sofisticados de desmobilização que nos dizem: “espere e vote na próxima vez”, “apenas poste algumas coisas online”, ou “vá numa marcha uma vez ao ano”, há distorções significantes sobre como o processo de mudança social ocorre, que foram feitas para manter as pessoas passivas e apenas absorvendo a política.

É curioso sobre como é em outros lugares, mas nos Estados Unidos outra parte disso é um grande foco nas eleições presidenciais e a política em nível federal, com as quais grande parte das pessoas nos EUA tem pouquíssimas relações ou impactos diretos e nenhum foco nas políticas locais, onde por exemplo seria realmente possível desmonetizar as polícias nos condados a partir do planejamento orçamentário, somos arrastados para uma política de celebridades em nível federal, e nos dizem para ignorar os níveis locais (de nossos estados e cidades), em que mudanças nas políticas de energia ou habitação são possíveis, temos pouquíssimo impacto nas políticas de nível federal, já que este é dominado pelas elites econômicas e a indústria do petróleo.

O abolicionismo tem sido um enquadramento central para eu compreender estes fenômenos que mencionei, o abolicionismo, afinal, é um chamado para abolir as formas de enjaular pessoas, que incluem fronteiras, o policiamento, as prisões e o encarceramento de deficiências, também vemos as maneiras

⁵ No texto original, o termo “extraction” é usado para se referir tanto ao contexto de exploração das terras pelas indústrias de petróleo e mineração, assim como às formas de extração da mão-de-obra nos sistemas capitalistas.

pelas quais as pessoas são encarceradas medicamente em hospitais que são prisões em seu funcionamento.

O abolicionismo é um grande chamado que, acredito eu, transforma nossas relações com o Estado, nós abolicionistas temos de constantemente nos perguntar se as reformas propostas irão nos fazer caminhar em direção a nos livrar das fronteiras, polícia, prisões, etc., ou se vão recuperar exatamente aquilo que queremos nos ver livres, para mim, aprendi esta forma de discernir a partir do trabalho como abolicionista que acredito ser muito importante em meu trabalho.

No caso disso ser novidade para alguém, há respostas muito comuns usadas quando a abolição é mencionada, que iremos abordar aqui, algumas pessoas se perguntam “Se não tivermos cárceres, onde ficarão as pessoas perigosas?”, e há grandes elementos ao redor desse pensamento.

Eu vivo no país de maior encarceramento no mundo, temos 5% da população mundial, e 25% da população de prisioneiros do planeta, nossas prisões estão lotadas de pessoas negras, indígenas, não-brancas, imigrantes, pessoas com deficiências e pessoas pobres, estas pessoas são o alvo deste sistema, e a história dita é de que estão na prisão por serem perigosas, na realidade, as pessoas mais perigosas na terra talvez sejam os representantes eleitos, presidentes de corporações que envenenam nossas águas e terra, alimentos, os exércitos, as pessoas dentro e que organizam ele, e a polícia, estas são as pessoas mais perigosas, que estão realmente ameaçando nossas vidas, nos machucando e nos exterminando, as pessoas na prisão, em sua maioria, estão lá por serem pobres.

Elas fizeram aquilo que todos fazemos, usaram drogas, atravessaram as ruas de maneira “errada”, etc., e foram criminalizadas por serem quem são, ou por terem feito o que fizeram em razão de sua pobreza, por exemplo, dormir e urinar em público são crimes onde eu moro, e muitas pessoas são criminalizadas por isto, é claro, pessoas *queer* e trans são desproporcionalmente criminalizadas uma vez que várias ve-

zes nos falta apoio familiar, enfrentamos barreiras nos lugares onde vamos, e porque os policiais estão constantemente nos monitorando, como por exemplo no caso de trabalhadoras e trabalhadores sexuais.

Sempre retorna aquela ideia das “pessoas perigosas” que as propagandas usam o tempo todo, os programas de televisão exibidos 24h por dia que mostram policiais prendendo criminosos, “seriais killers” ou “maníacos sexuais”, eles querem com isso nos dizer que as pessoas na prisão são estas pessoas, ao invés daquelas que estão criminalizadas por serem negras, trans, etc. em público, também nos é dito, por meio dessa propaganda, que aquelas pessoas nas prisões são sociopatas ou psicopatas, diagnósticos que significam algum tipo de monstruosidade na linguagem contemporânea, temos de nos perguntar: o que esta linguagem médica descreve? A quem está sendo direcionada? E claro, o que está na TV não tem absolutamente nada a ver com a realidade daqueles que urinam e dormem nas ruas, ou usam drogas. Há uma grande indústria que nos diz que devemos temer àqueles que estão presos.

Eu argumento que estar preso não tem nada a ver com ser uma pessoa perigosa, há pessoas perigosas dentro e fora das prisões, temos de nos perguntar o que significa ser uma pessoa perigosa, as pessoas mais perigosas, em nossas vidas, como mencionei anteriormente, são nossos parceiros sexuais e amorosos, e membros de nossas famílias.

Estas são as pessoas que normalmente nos vitimam, se pensarmos nisso, temos de nos perguntar sobre os níveis de violência sexual nas nossas famílias, ou entre parceiros, e o que nos ajudaria a enfrentá-los, colocar pessoas na prisão não reduz estes níveis, de nenhuma maneira, eu quero questionar a ideia de pessoas perigosas porque é um obstáculo central para muitas pessoas ao pensar sobre o abolicionismo.

Muitas pessoas, ao ouvirem sobre o abolicionismo, dizem que “Isto é impossível!”, escuto isso especialmente nos Estados Unidos, onde há uma lógica profunda daquilo que Beth Richie

chama de uma “Prisão-Nação” – a lógica prisional está por detrás de todas as coisas, é muito útil nos lembrar de que, durante um grande período da história, não colocamos pessoas em jaulas, e certamente não colocaríamos milhões de pessoas atrás de grades, é a pior maneira de se enfrentar conflitos, estresse e dificuldades de uma sociedade, especialmente, este tipo de encarceramento é uma prática nova, portanto é importante que não pensemos que não pode ser descartada.

Entre abolicionistas mencionariam como durante os períodos da escravidão moderna⁶ as pessoas acreditariam que seria impossível se livrar deste sistema se era impossível nos livrar da escravidão racializada, então é útil pensar “porque eu acredito que é impossível imaginar uma realidade diferente?”, e “Como eu vivo numa sociedade com uma abordagem de encarceramento racializado, que diz ser a única realidade possível?”, esta é uma peça chave para nos afastar de tudo aquilo que nos dizem ser impossível. Para aqueles que vivem nos EUA, não é impossível imaginar outra realidade porque em todos os outros lugares do mundo, em todos os outros períodos da história, isto não aconteceu, este é o maior projeto de encarceramento na história do planeta.

A próxima pergunta é realmente muito boa: se as prisões, fronteiras e hospitais psiquiátricos não garantem a segurança de ninguém – na verdade, estas instituições são formas de violência, não formas de redução da violência –, o que então garantiria nossa segurança? Eu acredito que pessoas *queer* e trans, especialmente feministas, são lideranças nas formas de pensar sobre esta pergunta, por que há tanta violência doméstica e sexual na nossa sociedade? Por que as pessoas atacam pessoas *queer* e trans? Por que estas coisas acontecem?

Eu acredito que há várias respostas à estas perguntas, há um número enorme de assassinatos de mulheres trans não-

⁶ No texto original, “chattel slavery” remete à uma forma de escravidão onde as pessoas escravizadas são entendidas como propriedade privada, ou mercadoria.

-brancas nos Estados Unidos, e é evidente que se estas pessoas tivessem habitação, isto iria reduzir drasticamente sua vulnerabilidade à violência, outro exemplo, é quando pessoas pobres estão desesperadas e são colocadas em situações de perigo.

A resposta mais simples que os abolicionistas dariam a estes questionamentos é que poderíamos suprir as necessidades humanas básicas destas pessoas, ao invés de gastar todo o dinheiro no policiamento, poderíamos gastar em habitações, políticas de cuidado infantil, alimentação e necessidades básicas, e as pessoas estariam mais seguras e teríamos menores índices de violência.

Além disso, quais são as ideias de gênero e sexualidade que circulam em nossas sociedades que fazem parecer normais os ataques às pessoas trans? Quais as ideias racistas e xenofóbicas justificam os ataques que vemos direcionados às pessoas não-brancas? O que realmente é necessário para a construção da segurança não tem absolutamente nada a ver com o Estado policial, já que este apenas adiciona mais violência e não provém nenhuma segurança. Nós, na verdade, sabemos muito sobre o que nos deixaria mais seguros.

Este tipo de pensamento abolicionista me ajuda a pensar em como discernir entre a recuperação e o desmantelamento, e eu quero mostrar alguns dos princípios que acredito serem úteis para essa diferenciação, se tem algo que eu acredito que o abolicionismo é bom em fazer, é em questionar as conquistas históricas, os momentos em que as elites nos dizem ter resolvido os problemas.

“É isto! Os Estados Unidos eram racistas, agora somos antirracistas por causa destas novas leis!”. Este tipo de narrativa é construído para esconder e recuperar o funcionamento de sistemas injuriosos, por exemplo, nos EUA, teóricos críticos de raça e abolicionistas dizem como mencionei que a política atual de encarceramento é uma extensão do sistema de escravidão moderna ao invés de acreditar que a escravidão acabou na proclamação da emancipação, os abolicionistas dizem que An-

gela Davis é famosa por sua teoria sobre isto e que o sistema continuou, mas tomou uma nova forma.

Similarmente, Dorothy Roberts nos conta que, nos sistemas escravocratas, quando pessoas escravizadas tinham filhos, estes não “pertenciam” a eles, mas aos seus “donos”, eles poderiam ser separados a qualquer momento, e esta característica do sistema de escravidão moderna é chamada alienação natal, que consiste na retirada da guarda dos filhos, alienando mães e pais ao cuidado parental.

Este sistema é continuado, hoje, no sistema de bem-estar infantil nos Estados Unidos, que destrói famílias indígenas e negras mais que qualquer outras, ao notar isso, quando nos é dito que algo foi consertado ou resolvido, na maioria das vezes apenas foram feitas mudanças sutis para a sustentação dos sistemas, este é um enquadramento muito útil.

Abolicionistas também evitam as narrativas sobre os direitos individuais e a culpabilidade individual, porque os sistemas de criminalização e de direitos são dois enquadramentos que encobrem as realidades de despossessão coletiva, eles nos pedem para pensar em como os sistemas controlam as populações, ao invés de pensá-los como um agrupamento de indivíduos, é um ponto de vista vital, particularmente num sistema legal muito individualizante que evita nomear as experiências coletivas de despossessão, eles também recusam as ideias de que há pessoas que merecedoras ou não-merecedoras de cuidado, a forma mais comum de reformismo.

Por exemplo, no enquadramento da justiça de migração, nos Estados Unidos há uma reforma migratória em que somente pessoas que não tiveram conflitos com a polícia, têm filhos, que são exemplos morais de suas turmas de faculdade ou se juntaram às forças armadas serão beneficiados, enquanto as outras pessoas que tiveram contato com a polícia, acessaram serviços de assistência social ou não concluíram a educação formal serão entendidas como más, estes são momentos de recuperação, nos quais as instituições nos dizem “Estamos

corretos em excluir, ferir e matar a estas pessoas, porque iremos beneficiar e exaltar uma pequena parcela de pessoas 'boas' entre elas".

Isto divide movimentos, mina o empoderamento e as construções deles, nos últimos anos vimos uma popularização de ideais de reforma no sistema de justiça criminal dos Estados Unidos direcionado às pessoas que não têm "acusações violentas", obviamente, já sabemos que a maneira pelas quais as acusações são feitas é racista, transfóbica e homofóbica. Os promotores de justiça têm maior facilidade em adicionar acusações violentas para grupos particulares de pessoas, se dividirmos entre os que merecem e não merecem, então concordaremos com o governo dizendo quem é ou não é violento, nós não queremos entrar neste enquadramento de mérito, aqueles que merecem ou não.

Muito disso é um trabalho de não acreditar naquilo que os sistemas dizem de si mesmos, muitos estão dizendo "Amamos pessoas trans!", mas ao invés disso, vamos olhar para aquilo que eles fazem, é fundamental perguntar quem está sendo privilegiado dentro destes sistemas. É importante também, não limitar as críticas ao aparelho estatal, mas direcioná-la também ao setor privado e as relações estabelecidas entre estes, não estamos somente observando as polícias, mas também as companhias de segurança privada, não estamos apenas observando o exército estadunidense, mas também seus empreiteiros, estamos olhando para as formas pelas quais Estado e iniciativa privada interagem e operam juntos.

Grande parte disto, que falaremos mais à frente, é realizar um trabalho de cuidado mútuo, de alívio imediato, às vezes, quando as pessoas escutam críticas sobre as reformas do sistema de justiça, elas pensam que iremos abandonar todos aqueles sofrendo dentro destes sistemas, não é o que estamos propondo, o abolicionismo é sobre como podemos prover e apoiar imediatamente as pessoas dentro do sistema de justiça, mas sem aderir às reformas que buscam sua expansão.

Frequentemente, nos Estados Unidos, em resposta às críticas feitas às prisões femininas, a resposta será “vamos construir prisões femininas melhores”, ou “vamos construir presídios para pessoas trans”, o que estamos dizendo é que construir presídios para mulheres e pessoas trans não vai aliviar nenhum sofrimento, queremos diretamente apoiar estas pessoas, pressionar para que saiam da prisão, defender às pessoas que tiveram cuidado médico negado, queremos parar a entrada das pessoas no sistema, e não queremos fazer nada que ajude na expansão deste.

Isto é o que as vezes chamaremos de reformas não-reformistas, porque o reformismo expande os sistemas legitimados, enquanto buscamos seu encurtamento, estamos dizendo “vamos descriminalizar”, “vamos parar de construir presídios”, não significa que não fazemos trabalhos de reforma, mas que estamos criando e acessando formas inovadoras das reformas.

Nesse tipo de trabalho, abolicionistas dizem sobre a importância das horizontalidades e da mutualidade, enquanto fazemos trabalhos nos movimentos sociais, sempre nos perguntamos como fazemos estes operarem de maneiras abolicionistas, como nos recusamos a nos descartar, como resolvemos os conflitos de maneiras não punitivistas, e como podemos tomar decisões de maneiras horizontais.

Algumas estratégias importantes, aqui, são o Trabalho de Sobrevivência Politizado, que falaremos mais tarde nos termos de cuidado mútuo; e o Trabalho de Desmantelamento, todas as maneiras de parar a expansão do sistema, os orçamentos policiais, a construção de presídios, e a criminalização das pessoas, tudo isto é sobre construir um mundo que queremos e precisamos, é sobre como podemos praticar relações sociais que precisamos no mundo em que vivemos, que não baseadas na extração, punição e controle enquanto trabalhamos, algumas pessoas chamarão isto de políticas prefigurativas.

Algumas coisas sobre o cuidado mútuo, para resumir, cuidado mútuo é um trabalho que fazemos quando providencia-

mos apoio material para sobreviver aos sistemas existentes, mas direcionados à construção de um movimento, ao convite às pessoas para participarem de ações coletivas sobre aquilo que estão passando, ao invés de dizer “venha aqui, pegue um pouco de água nesta tenda, e vá embora”, estamos dizendo “Venha aqui, pegue um pouco de água nesta tenda, e vamos conversar sobre porque tantas pessoas estão nas ruas, você gostaria de participar deste comício?”.

É sobre a construção de um movimento social, isto nos dá uma maneira de engajar em formas de participação política focadas no cuidado e ação, o que é importante no contexto de desmobilização que citamos anteriormente, onde espera-se que as pessoas simbolicamente se rotulem (como marcas) como “indignadas com o que acontece nas fronteiras”, mas sem necessariamente participar em suas comunidades.

Cuidado mútuo é sobre construir participação robusta, e não engajamentos capilares não disruptivos, é também sobre construir, verdadeiramente, segurança e bem-estar neste momento em que vivemos inúmeros desastres, que viveremos ainda mais no futuro, o que podemos ter organizado, em nossas comunidades, para nos preparar para o que vem adiante.

Uma ideia fundamental é de que o sistema, não as pessoas que sofrem dentro dele, é o que cria a pobreza, as crises e a vulnerabilidade, isso importa porque os modelos de caridade têm enquadramentos opostos a esse, os enquadramentos da caridade dizem que se você estiver numa crise, provavelmente há algo errado contigo, você precisa ser acessado, uma vez que sua pobreza é uma questão moral, você deveria ser mais dedicado, deveria estar sóbrio, deveria estar sob cuidados médicos e medicação psiquiátrica, o trabalho caritativo é sobre celebrar os ricos, enquanto culpam e controlam os pobres, é sempre sobre identificar o “pobre merecedor”, “Você não pode acessar este abrigo por que você tem acusações criminais”, ou “você usa drogas”.

O cuidado mútuo é o oposto disto: vamos garantir que as pessoas tenham o que precisam neste momento, e vamos parar de culpá-las por sua pobreza, porque, obviamente, se há alguém a se culpar pela pobreza, são os ricos.

Ultimamente, a caridade mantém as relações de exploração, dando à algumas pessoas algo esporadicamente, para construir boas imagens públicas aos ricos, e fazer o sistema parecer se importar, é também usada para reduzir levantes, enquanto dá o mínimo possível, e não de maneiras a mudar e cessar a produção de vulnerabilidades.

Alguns exemplos de trabalho de Cuidado Mútuo, que são muito significantes para mim, serão descritos a seguir: o *Oakland Power Projects*, em particular, me impressiona, este é um projeto abolicionista quando você liga para o número de emergência 911 para conseguir cuidado médico, especialmente em comunidades negras, sempre são enviadas, juntas às ambulâncias, viaturas policiais, nestas comunidades, há várias experiências em que na chegada da polícia, muitas pessoas são feridas e mortas, as pessoas sabem que isto não funciona, e sabem que não podem ligar para o 911.

O *Oakland Power Projects* treina uma grande quantidade de pessoas nestas comunidades para prestar cuidados médicos imediatos para condições agudas, como perfurações de armas de fogo, e para condições crônicas como diabetes e crises de saúde mental, para que as pessoas possam evitar a chegada da polícia, eles estão, literalmente, criando um sistema alternativo para lidar com uma necessidade de sobrevivência imediata enquanto constroem toneladas de capacidade comunitária.

Outro exemplo significativo é quando houve levantes populares em Baltimore, depois do assassinato de *Freddie Grey* pela polícia, ativistas começaram um trabalho de cuidado mútuo onde eles prestam apoio às pessoas nos presídios, esperam do lado de fora das cadeias, e quando alguém sai irão perguntar se precisam de ligações, uma carona, ou roupas, caso esteja frio, oferecem apoio porque muito frequentemente as pessoas são

liberadas da prisão e imediatamente são presas novamente, porque não têm nenhum pertence, ou formas de voltar para casa e se comunicar com as suas famílias, não há critérios de elegibilidade, não há nada como perguntar “pelo que você foi preso?”, “você é uma pessoa correta?”, a ajuda está disponível à todos, e as pessoas se voluntariam para fazer turnos do lado de fora das cadeias.

Um grupo que admiro, profundamente, são os *Black and Pink*, que tem células espalhadas pelos Estados Unidos, e fazem trabalho de escrita de cartas para pessoas *queer* e trans presas, muitas destas pessoas, dentro das prisões, não têm familiares, ou nenhuma forma de apoio externo, elas sofrem assédio, e várias formas de violação dentro dos presídios, especialmente porque sabem de seu abandono, ter alguém te esperando do lado de fora, algum tipo de apoio, alguém que procure quando você será solto na internet, te auxilie a encontrar um lugar para morar ao sair da cadeia, que te ajude com apoio financeiro que te permita comprar sabão e alimentos é uma forma muito bela de projeto abolicionista.

Os “médicos da rua” são uma forma de cuidado mútuo que estamos vendo com muita frequência, por causa da grande quantidade de protestos acontecendo neste momento, as pessoas treinam a si mesmas para prover ajuda médica imediata para as outras durante grandes manifestações, o que é muito importante para manter as pessoas seguras, e para lidar com gases lacrimogêneos frequentemente usados pelas polícias, por exemplo. É muito poderoso e empoderador que as pessoas façam isto, ao invés de irem às instituições onde seriam criminalizadas por pedirem apoio médico.

Quero citar este grupo, *Survived and Punished*, que provê campanhas de defesa ao redor dos EUA para mulheres, pessoas *queer* e trans que foram criminalizadas por defender a si mesmas contra os ataques, pessoas que lutaram contra seus abusadores, contra aqueles que às estupraram, e foram criminalizadas, este grupo chama a atenção para estes casos, lutam

para tirar estas pessoas das cadeias e tiveram casos incrivelmente bem-sucedidos, esta é também uma forma de trabalho de cuidado mútuo, de sobrevivência imediata aos contextos de luta pela abolição das prisões e da polícia, enquanto as polícias e prisões ainda existirem, as pessoas serão criminalizadas por tentarem sobreviver.

Eu não sei se estas imagens chegaram a vocês, mas eu me sinto profundamente tocado pelas pessoas que cercam às outras para impedir os oficiais de controle de migração de chegarem à elas para prendê-las, elas cercam seus vizinhos, e se recusam a permitir que o Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE) se aproximem deles, outro exemplo nos Estados Unidos, é a crise de habitação onde há diversos acampamentos em nossos parques ao redor do país, e quando os policiais chegam para patrulhá-los, destruí-los e se livrarem dos itens pessoais, as pessoas os cercam e impedem sua entrada, formando barricadas humanas, este tipo de trabalho, de se colocar entre a aplicação da lei e as pessoas vulneráveis, enquanto lutam, é uma forma de cuidado mútuo, de sobrevivência imediata.

Finalmente, no contexto de crise climática e pandêmica em que vivemos, há muito trabalho de alívio dos desastres, na minha experiência, os governos não aparecem nos desastres, ou aparecem atrasados, trazendo ajuda apenas aos mais ricos, e donos de imóveis, enquanto a grande maioria das pessoas não recebe nenhum auxílio, o que vemos, repetidamente, é que as pessoas nestas comunidades estão fazendo trabalho de alívio real dos desastres, além disso, elas lutam contra as formas pelas quais os governos tentam despossuí-las ainda mais, apreender terras e torná-las permanentemente deslocadas, é um trabalho muito importante que acredito que veremos muito mais daqui para frente.

Para concluir, a ajuda mútua nos dá várias formas de compreensão que precisamos no momento, para mim, mais que tudo, é uma forma de construir movimentos com participação profunda, para que aprendamos a co-governar nossas vidas,

ao invés de deixar que as corporações e seus representantes eleitos decidam tudo por si próprios, é sobre como podemos nos tornar envolvidos em nossas comunidades de maneiras profundas, construindo nossas capacidades para nos tornarmos pessoas diferentes.

Neste momento, tendemos em direção à passividade, ao julgamento e isolamento, e estas são as maneiras pelas quais as pessoas lidam com o capitalismo, a ideologia da supremacia branca e o colonialismo, o que precisamos é de laços profundos de interdependência, e estes são um conjunto de habilidades que são obtidos ao praticarmos juntos, tomando decisões, compartilhando e fazendo coisas juntos.

Eu termino com esta imagem do artista Seth Tobocman - "O governo não se importa. Nós, o povo, precisamos nos ajudar!", para mim, isso parece muito real no contexto pandêmico, e nas crises climáticas, depende de nós mesmos, acredito que nossa maior ajuda está nas formas de apoio mútuo profundas, e, agradecidamente, tenho modelos profundos disto na comunidade *queer* e trans já há um longo tempo.

Muito obrigado por me ouvir!

3

CRIANÇAS (DES)AVISADAS, CONTANDO HISTÓRIAS ADIAM O FIM DO MUNDO

Alexsandro Rodrigues⁷

■ INTRODUÇÃO

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então pregam o fim do mundo como possibilidade de

⁷ Professor do Centro de Educação e do programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade NEPS/UFES e GEPSs/Ufes.

fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação para adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazermos isso, estaremos adiando o fim do mundo. (KRENAK, 2020, p. 25, 26)

A aliança que busco aqui estabelecer afetivamente para seguir em prosa, aprendente com as crianças em dissidências que nada querem ensinar, me faz seguir (des)caminhos de pesquisas feito de vida, alinhavando-os com fios de memórias e histórias entrecruzadas por tempos e territórios interseccionados com um mundo afeito à vida acriançada, e por nada quererem ensinar, ensinam, tecidas que estão por uma pedagogia própria de rememoração e contação de histórias, suas aprendizagens são efeitos de uma atenção acriançada no e com o mundo.

Por vida acriançada busco afirmar com Ailton Krenak (2020), o desejo de poder narrar experiências de crianças em dissidências, essas que em lampejos de presenças, embolando a língua, cantando, dançando e sonhando com suas existências (re)fazem a vida e os sentidos de uma vida, narrar histórias das crianças em dissidências, longe de ser apenas uma tentativa de realçar seus processos investigativos/criativos/aprendentes diante do intolerável, é também a possibilidade de nos mantermos em/na e com vida. Contando histórias não permitimos suas mortes e seu esquecimentos, esquecer é um convite entregue com laços de fitas aos que nos apregoam e pregam o fim do mundo, vidas zumbis enfrentando-as em caminho, delas desviamos.

O direito de narrar nas dissidências se faz acontecer quando uma vida acriançada, desde onde se encontra, pode seguir em caminho deslizante do centro do mundo sendo uma vida, não estão em busca de forma, muito menos a de ser herdeiros de uma história sempre igual, as crianças em dissidências, hackeando o sistema sexo-gênero, aos modos de Gayle Rubin (2017), produzindo curtos-circuitos na maquinaria desse sistema, amando a vida de todo dia, nunca sozinhas, pois sozinhas

não se criam, picam a terra, espalham sementes, plantam árvores milenares narrando suas vidas e o desejo de mais vida.

Numa vida acriançada, o tempo relógio, não importa e, se importa, se faz acontecer no tempo da experiência, por não buscarem o marco zero, o envelhecer do corpo não é condição para o morrer e o matar da criança no corpo, as crianças em dissidências, acacurando-se de tanto viver tem nos ensinado que no tempo em que pode se manter em vida atemporal, refrescam experiências vividas, fabuladas e ficcionadas por crianças que são e pelas quais nunca foram.

Contar histórias é uma boa maneira de fazer aparecer diante de nós, insurgências, insubmissões, comparecendo como efeitos de desejos e prazer, por viver em dissidências, fabular, ficcionar e inventar histórias é força de uma vida feito obra de arte. O que importa a quem pode contar uma história é o tempo presente e o quê, neste presente nos permite contar, lembrar e inventar, a memória praticada é uma forma de invenção de mundos, em cada história contada e escrita, personagens, tempos, espaços e acontecimentos são remexidos, só conta/planta histórias quem pôde viver uma vida e se mantém em vida em práticas de narração.

Por esta via, o sujeito da experiência, narrando, se mantém na vida contando e plantando histórias no além de uma vida, alguns narradores, para além de contar histórias, feito vento e passarinhos, tem nos ensinado a plantar histórias na arte do escrever, plantar histórias, contando-as e escrevendo pode ser uma bela aliança para nos ajudar a adiar o fim do mundo, contar e plantar histórias, aliançando parcerias apassarinhadas com colhedores de histórias daqui, dali e acolá, é possibilidade aberta por desejos de mais vida e mais mundo, na atenção e cuidado com o que se passa e nos acontece, contando e colhendo histórias, efetivando presença insubmissas no mundo, num aqui com os que se importam, as alianças apassarinhadas efetivam ação política de ampliação da vida e de mundo na urgência e emergência da presença.

Precisamos na feitura do acriançar acreditar no amanhecer e numa estrada que acolha caminhada, rastros e sementes do que não se sabe, por isso, recolher rastros de experiências de crianças em dissidências é pura boniteza, é compromisso com a vida de sujeitos encarnados. Jorge Larrosa Bondia (2014) afeito a criança, vai nos dizer que experiência acriançada é um “modo de habitar o mundo de um ser que existe, de um ser que não tem outro ser, outra essência, além da sua própria existência corporal, finita, encarnada, no tempo e no espaço, com outros” (LARROSA, 2014, p.43), e com isso, uma certa atenção nos acompanha! Ainda que seja possível processos criativos de modos de viver com mais vida, não se pode esquecer que estas vidas, não podem ser traduzidas em práticas de tabulação e quantificação, são vidas que amam, choram, riem, caminham, cantam, dançam e desejam viver uma vida vivível.

Nas histórias que contamos das crianças em dissidência, feita em constelações de muitas vidas, as artistagens, as in-submissões, os processos criativos, ganham centralidade, não somos afeitos ao ranger de dentes, por isso, esse alguém com que falamos, escrevemos, narramos, ainda que sem nome, ficcionada e ou fabulada é vida de um corpo marcado por seu território e seu tempo, não precisar de um nome não significa invisibilidade. Invisíveis, isso, as crianças em dissidências não são, a polícia de plantão das normas precisam de nossa existência para se dar a existir.

Criativas que são, farejando carneiros que vem de longe, vivem heterotopias em si, seus corpos serão sempre o primeiro território praticado a lhes ensinar que podem ser mais que um, as crianças que tomamos por companhia, experiências heterotópicas de um corpo singular como nos ensina Michel Foucault (2013), saltitantes, malabaristas, andantes na corda bamba, hackeadoras, não estão em busca de ruas pavimentadas com ‘pedrinhas de brilhantes, para seu amor passar’, atrevidas que são, arrancam as pedrinhas da rua bem pavimentada do cancionero romântico feito para embalar o sono de algumas crianças e adultos e se montam para a festa e para a luta. A luta das

crianças em dissidências, essas que arrancam pedras das calçadas para não serem feridas pelos defensores e inventores de ausências é uma luta de todo dia, luta sem fim, elas não podem dormir o sono da beleza, buracos abertos, atenção no mundo.

As crianças em dissidências não têm sossego, uma vida que é impedida de seguir sua fruição, como diz Krenak (2020) é uma vida a meio caminho, por isso, acriançar é ação no mundo com o outro, é um convite para que possamos nos desprender de nossas certezas, do desejo de norma, de medida e infância. A criança, a presença acriançada como acontecimento em seu direito de aparecer em nossas histórias é convite ao esperançar.

Não podemos esquecer que o acontecimento não é nem substância nem acidente; nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito, ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (...) Não se trata, bem entendido, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis. (FOUCAULT, 2009, p.56-57).

As crianças em dissidências, efeitos de acontecimentos e dispersões, as que me fazem companhia nessa escrita, saltitantes que são, puxando o tapete dos saberes arrogantes de um mundo que se fez adulto, arrobam a norma da infância em boas gargalhadas. Elas, as crianças em dissidências, fazendo heterotopias de uma vida, sendo o que podem ser e não sendo nada, pois não são devotas ao Deus identidade da infância, adoram ver a nossa cara de espanto diante dos acon-

tecimentos acriançados, heterotópicas, fazendo de sua vida um eterno recomeço em práticas de contação de histórias e rememoração, não nos permitem endurecer, elas, as crianças em dissidências podem ser/viver/desejar e sonhar com muitas coisas! O endurecer do corpo, mas não da criança no corpo, faz a memória assumir contornos que reascendem lampejos de vidas que exigem passagens, para pensar e também problematizar a ação política do aprender-ensinar.

A aliança que me interessa sustentar em conversa para pensar a coprodução de saberes nesse artigo é com as crianças que vivem em mim com os outros, vivendo como podem, exigem de nós, aparecendo entre memórias e histórias, respostas sobre o que temos permitido que façam e digam sobre nós, crianças saracoteando seus corpos e até sem eles, em movimentos vivazes e irrequietos nos tiram da calma e da soberba autoritária de vidas zumbis, uma força criança não precisa de uma forma corpo! Seus corpos, por não assumir uma forma, tem cheiro de histórias, e é contando histórias, colocando o bicho papão de cima do telhado para correr, que elas insurgem diante de nós.

Na emergência do presente, onde nossas bundas são alvo de destruição, uma criança-Professor, armado para a luta, numa rede social, perplexo com a hora do dia, em desabafo, narra sua experiência em vestir seu corpo com uma peça destinado aos corpos vaginados, seu grito de vida e por mais mundo, a cada visualização, curtida, compartilhamento, cria mundos na aliança da indignação, nas redes sociais, acontece de tudo, gritos, desabafos, cancelamentos e mortes, na narrativa da criança professor podia se ouvir:

Vou tentar segurar a minha emoção porque estou muito nervoso. Uma pessoa veio falar comigo que tem um pai que veio reclamar por eu estar usando saia e ia fazer um motim para me tirar da escola, algo desse tipo. E aí, eu falei, gente, porque a minha vestimenta incomoda o pai. Eu sou gay,

todo mundo sabe disso e eu nunca fiz questão de esconder isso. Eu gosto de usar saias sim. Vou continuar usando porque elas são partes de mim. Sou. Assim. Gostem ou não. Mais o que mais me incomodou, é que o pai não quis saber sobre a escola... se o filho está aprendendo, se eu estou dando aula, se não estou, se eu falto... Não, ele só veio falar da minha vestimenta. Em nenhum momento ele perguntou sobre a merenda escolar, se o filho está satisfeito com a merenda escolar. Se os ônibus, o transporte escolar estão completos para transportar os alunos. Não, ele veio criticar a minha saia. E aí a pessoa ainda falou: Tome cuidado professor, essa gente anda com embornal e dentro dele pode ter uma arma. Mais perplexo fiquei. Gente, as pessoas LGBT morrem todo dia apenas por existir. Elas não podem existir. Elas não podem existir do jeito que elas são. Eu digo: eu não vou deixar de existir, vou continuar a existir dentro da minha individualidade, dentro da minha subjetividade. Eu vou continuar existindo do jeito que eu quero existir e ninguém vai me tirar disso. Porque senão eu serei infeliz e eu não quero ser infeliz. Eu precisava desabafar. Eu precisava dizer isso. Esse é o lugar em que eu posso falar isso abertamente. Eu gostaria muito que este pai analisasse, colocasse a mão na consciência e compreendesse que é na escola que o filho vai aprender a lidar com as outras pessoas, com diversidade, é onde ele vai socializar, vai lidar com o diferente e, é ali, que ele vai aprender a respeitar. (NARRATIVA DE UMA CRIANÇA-PROFESSOR).

Se dispostos estivermos a acolhida da novidade no mundo, podendo ser ela a saia de um professor que não se conforma com a norma das roupas generificadas, com a ausências dos corpos LGBT na escola e com a denúncia da morte do corpo, mas não de sua história, contribuiremos para o adiamento do fim do mundo, a criança professor que comparece na insurgência desse acontecimento sabe da importância de poder

contar mais uma história que não é só dele. Somos, ainda que inomináveis muitos os corpos de saias dentro e fora da escola, vidas sem nomes, impedidas de viver na alegria, inomináveis, mas, não invisíveis. Carlos Skliar (2003), compreende que,

Os inomináveis são os que não são nem isto nem aquilo. Aquilo que não se presta ao jogo da oposição nem de sua lógica. Aquilo que deixa a ordem sem efeito, que desordena. Os inomináveis fragilizam todo conhecimento, toda determinação. São, por isso mesmo, a indeterminação, o adiamento do conhecimento, o deixar para depois – e sempre para depois – toda classificação, toda definição, toda catalogação. E ao chegar esse depois, deixar outra vez de lado a certeza de todo nome para continuar órfão do malefício da ordem (SKLIAR, 2003, p. 55).

Inominável, esta criança professor, dispensando um nome, vivendo como pode entre isto e aquilo, diz de muitos de nós. Sua aposta na vida é de viver uma vida alegre. Onde a tristeza permanece o fim do mundo nos encosta. E as crianças em dissidências, as que aparecem na condição de professores, não suportam por muito tempo a tristeza. Tristes, impedidos de aprender-ensinar, desaparecem...

COM AS CRIANÇAS QUE PESQUISAM A CURIOSIDADE PARI UM AGORA

Não sei precisar, até mesmo porque não preciso, pois convivo com memórias ancestrais de tempos dentro tempo, onde a criança, dissidentes da norma, as que dançam de salto alto e rebolam batendo a bunda no chão é pura atenção de pesquisa. As crianças que coabitam esse mundo de memórias, vivem a me alertar das arrogâncias de nossa produção de conhecimento e alertam-me sussurrando em meus ouvidos que não se pode

fazer pesquisa sem um compromisso público, ético e político de adiamento do fim do mundo.

Saltitando entre nós, como memória, nas telas dos computadores como o fez a criança professor no fragmento acima, cantando, dançando, sonhando com a possibilidade do esperar, aparecendo na emergência do presente, se fazem pesquisadoras. Em um artigo, publicado na Revista dos Estudos da Homocultura em 2019, “Crianças em pesquisas que se arriscam, riscam e dão passagem a abordagens metodológicas brincantes”, de minha autoria com outras crianças que se pesquisam, dissemos ali, que:

A ciência não brotou com o sol, com água, com o vegetal, com o animal. A ciência não brotou de um Deus, nem com a ausência de um Deus, nem com a sua multiplicidade. A ciência não brotou de uma igreja, nem de uma escola. As ciências brotaram e brotam todos os dias com as crianças, com homens e mulheres crianceiros. As ciências híbridas, no plural, brotaram com nossa humanidade e com o que dela fazemos e fizeram de nós. Somos todos pesquisadores. (RODRIGUES, *et. al.*, 2019, p.129).

Dizer que as ciências brotaram com as crianças, é antes de tudo, dizer que as ciências, com as quais buscamos estabelecer conversas aprendentes, brotam do desejo de respostas que adiam, no agora, o fim do mundo. E, as respostas com as crianças, indo, assume a dúvida e o desejo de saber de um outro jeito, certezas, as crianças em pesquisa, não conhecem, muito menos a toma por questão, por isso, fazer pergunta é a melhor maneira de nos tornarmos e nos mantermos na condição de pesquisadores acriançados, logo, as crianças, insatisfeitas com o que dela já dissemos, são para lá de longe, especialistas na tarefa de perguntar de novo.

As ciências crianceiras por não fazer da produção de conhecimento mercadoria, não se faz por acumulação, a arte política da pesquisa acriançada, acontece no (des)fazer, para começar de novo, sabem elas, na mais íntima relação com a curiosidade que permitem deslocamentos, que uma pergunta, nos remetem a diferentes aqui-agora. Assim, curiosidade e o desejo de melhor compreender o que temos feito de nós, é o que permite, quando ainda estamos fora da forma e da fôrma identitária da racionalidade adultocêntrica, acriançar diante de nossas perguntas.

A curiosidade, como experiência de vida e o acriançar diante da força da vida, podem ajudar na ação pedagógica do encontro com o não sabido a adiar o fim do mundo. A curiosidade acriançada, plano comum de forças insurgentes com desejos de mais vida, podem nos ajudar a “[...] desfazermos de nossas familiaridades e de olhar de maneira diferente as mesmas coisas; uma paixão de aprender o que se passa e aquilo que passa: uma desenvoltura, em relação às hierarquias tradicionais, entre o importante e o essencial” (FOUCAULT, 2005, p. 304).

No agora em que a vida de muitos de nós, diz valer também pouco, as crianças que pesquisam seu território existencial, inconformadas com o que temos feitos de nós, estão atentas ao que se passa e aquilo que passa, assumindo aqui com Foucault (2005) a curiosidade como ação crianceira no mundo, na condição de pesquisadores de nossas vidas, acriançando-nos na curiosidade do desejo de vida e o no exercício de fazer perguntas para adiar o fim do mundo, encontramos em Carlo Ginzburg (1989), uma ponderação que muito nos importa para seguirmos alinhavando esperanças e experiências com as crianças. Crianceiramente, arrobando uma certa concepção de ciência e nos convocando ao pensar o que já nos parecia familiar, atento aos indícios, Ginzburg, diz

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as

formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. (GINZBURG, 1989, p.151).

As crianças em dissidências, caça e caçadoras, mas não invisíveis, rastejando, sentido cheiros, sabores e odores, manipulando saberes ancestrais que se desconhecem diante da complexidade que é fazer de si uma vida, exercitando em si o bicho na bicha, sabem intuindo, atenta que estão aos sinais a se desviar de seus predadores e carniceiros.

Os donos dos embornais com o que se guarda dentro deles nos observam de perto. Sinto o cheiro de seu fungado no cangote, não me acostumo com seu cheiro, ainda que me seja familiar. Ah, as crianças, essas também podem ser atraídas por seus predadores, facilmente localizados nas instituições de sequestros e nos embornais, ser atraídos por seus mundos, não significa viver na sua ordem e comer de sua comida. Por dentro, valendo de suas unhas afiadas, fazem furos nos embornais e vazam.

Em tempos onde as crianças que vivem em nós estão sendo presas nas instituições de sequestros, ouço mais história de uma criança professora que precisa ser contada.

Dizem que minha prática docente faz des-serviço à educação. Me mandaram tomar cuidado, pois falar de criança dissidente é um perigo. É ideologia de gênero. Gera processo disciplinar, você pode ficar sem seu cargo e até prisão. Os vereadores estão de olho. Querem

a todo custo nos entristecer na escola. Estão doidos para confundir a população. Diante disso gritei: Podem me prender. Lá no presídio continuarei sendo professora. Farei uma má educação por dentro desta instituição. (NARRATIVA DE UMA CRIANÇA-PROFESSORA).

A fala/história da criança professora, em seu desejo em adiar o fim do mundo nos faz recorrer mais uma vez a Krenak (2020, p. 26), quando não nos deixa esquecer que entre nós “está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta faz chover”. Nestas constelações, pertinho da gente, em experiências desperdiçadas, por que não foram contadas, narradas e escritas, mundos dentro do mundo se ampliam pelas bordas no profundo do mundo.

Um mundo novo, como nos convoca a desejar as crianças dissidentes não é da ordem do porvir, as crianças em dissidências, não o buscam, elas não almejam existir na ilha da fantasia, inventam seus mundos com os cacos das histórias do mundo que temos e somos, existir estes mundos acriançados não significa se dar a conhecer. Conhecer estes mundos é da ordem da atenção ao presente, as vidas em dissidências, aos desperdícios das experiências e ao desejo de ouvir histórias dos inomináveis, que vivendo como podem, não abrem mão de viver.

■ A CRIANÇA (DES)AVISADA CHEGA SEM AVISAR

Se para adiar o fim do mundo, podemos fazê-lo contando mais história, sou interpelado por uma criança que sem querer nada ensinar, aparecendo em memórias e histórias de família, cantando, dançando e sonhando fazia, porque podia, a boa pedagogia de seu pequeno mundo ruir. Artistas que são, performando possibilidades de viver heterotopias, sou surpreendido por uma criança brincalhona, início dos 70, saindo de um banho, depois de um dia de muita arte com seu primo.

Essa criança, desavisada, enrolada em uma toalha, correndo pela casa a fora, chega na sala da família onde todos assistiam televisão, se não me engano, naquele momento, o telejornalismo “Fantástico” era o programa que fechava a semana das famílias trabalhadoras. Rodopiando nas pontas dos pés, acelerada em sua máxima potência, faz sair por debaixo da toalha, sua versão de mulher maravilha, ainda consigo sentir e ouvir entre risos e espantos, faíscas homofóbicas saindo dos olhos dos adultos que assistiam Tv e foram presenteados com aquele espetáculo.

Entre o susto e o castigo, uma criança, essas que não tem tapas na língua, de um canto qualquer da sala escancara a sentença, vai ser “viado” ou artista! Para apimentar o acidente e retirar os adultos de seu mundo calmo de domingo, em família, aparece diante de nós o Grupo Secos e Molhadas, e aquelas crianças, existindo atrás das máscaras, mostrando seus corpos e dentes, cantavam a música.

O gato preto cruzou a estrada
Passou por debaixo da escada
E lá no fundo azul, na noite da floresta
A lua iluminou a dança, a roda, a festa
Vira, vira,
Vira, vira, vira homem,
Vira, vira
Vira, vira, lobisomem
Vira, vira,
Vira, vira homem,
Vira, Vira
Bailam corujas e pirilampos
Entre os sacis e as fadas
E lá no fundo azul, na noite da floresta
(...)

Entre a irreverência e ampliação de mundos, diante da possibilidade de ser mulher maravilha, “viado” e artista, as duas crianças foram castigadas, a primeira por ousar ser mulher maravilha e a segunda por rogar praga. Mas, este aconteci-

mento, não fica por aqui, essas crianças continuam, quando podem a contar essa história nas rodas familiares, o que fazem disso: riem.

Um sussurro acriançado me faz encontrar aqui e agora com uma criança, que encantada com a beleza de um ator, atrevidamente, porque sabia de muitas coisas, diz ao seu pai – Pai como este homem é bonito! Quando crescer quero namorar com ele, e o pai, num já saindo de cena, responde a criança: é feio menino achar homem bonito, homem acha mulher bonita e namora mulheres, Deus castiga os meninos que namoram meninos. A criança que ouvia, já sendo ela mulher maravilha, “viado” e artista, fez-se de desentendida e segue, as crianças em dissidências adoram abrir vácuos para ver o adulto roer suas unhas diante de seus não saberes diante do inominável.

Me lembro da história de uma criança dançante, que numa brincadeira entre crianças, concurso da melhor Gretchen da rua, atrevidamente se faz candidata, algumas crianças, estas que estão próximas dos privilégios do sistema sexo-gênero, não queriam aceitar sua inscrição. De longe, sabendo o que se passava no tumulto que não se tinha um fim, a mãe daquela criança grita: “Se ele que participar do concurso, deixem ele participar. Que mal tem em dançar!” Rebolativa, a própria encarnação mirim da Gretchen, lá estava ela no palco.

Como presente do concurso, dali em diante não parou de rebolar naquela rua e em outras encruzas, famosinha do concurso, a ela foi permitido naquela rua e em seu entrono *ad* eterno rebolar, como gosta de viver na encruza, aquela rua só lhe serviu de primeiros passos, já teve a bunda e cintura interditada, mas ela, por não ser afeita a forma, não se cansa, rebola entre nós.

Me lembro da história de uma criança que entre retalhos de tecidos e bonecas, com sua mãe aprendia a arte de transformar restos em roupas de festas. Na companhia da mãe costureira, em alianças afetivas, juntos, cada uma ocupando a sua posição, faziam as instituições de sequestro vazar por dentro, aquela

mulher, aliançando com as dissidências da criança diante de si, perdia aliançando ao seu afeto sua condição de mulher de família, perdendo a condição de mulher de família fazia seu caminho percorrendo um caminho de maternidade que não conhecia. Aquela mulher, desaparecendo, topava a aliança, fazer roupinhas com sua mãe costureira a livrava de muita coisa, mas, não de tudo.

Foi ali, manipulando agulhas de mão, retalhos e imaginação que comparecia diante de si a força do belo, esta criança, como sabia, ampliava seu mundo e convivia com outras tantas crianças que contribuíam para o arrancar de pedrinhas das ruas bem pavimentadas e não permitiam xingamentos e outras violências.

Me lembro de uma criança que nas brincadeiras de circo no quintal de sua casa, treinava os primeiros passos para andar na corda bamba, entre o medo e a coragem essa criança hoje é professora de equilíbrio, fico sabendo, através do tempo, de uma criança, que aos 10 anos de idade, furou suas orelhas e as enfeitou com brincos de pedrinhas, tenho uma ligeira sensação de que as pedras de seus brincos, são os cacos arrancados da música “se esta rua fosse minha”.

Me lembro de uma criança que na escola, se fazia de estudante que aprende, com muita dificuldade a regra do jogo escolar, prendeu tendo suas asas cortadas a fazer a brincadeira boca do forno, por dentro da escola, atraía olhares e companhias de crianças e professoras. Mas, esta mesma criança, ainda que se tornando um corpo-escolar exemplar, se recusava a guardar a escola na mochila, para ela, andar com os cadernos abraçados junto aos peitos era libertador, abraçada em seus cadernos, sacudia seu corpo em gestos rebotativos, rebolando, seguia.

Me lembro da história de uma criança que morria de medo da polícia e da arrogância de alguns adultos que buscava interditar seu caminho, ela não tinha como parar, lembro de uma criança vivendo como podia no meio de seu mundo. No seu mundo, criando mundos imaginados para ela e seus/suas

amigos/amigas desviados, brincava de casinha, de bonecas e de jardinagem.

Me lembro de uma criança, que amava lápis de cor, sua função naquele tempo de vida era juntar lápis de cor, todo pedacinho de lápis por ela era guardado, aquela criança não desperdiçava os caquinhos de lápis, para ela, uma poeirinha de grafite colorido poderia permitir novas misturas, guardava estes caquinhos numa lata de alumínio, dessas que chegam em algumas casas de leite em pó, seus cadernos eram decorados com flores, passarinhos e arco-íris.

A artista “viado”, para além de marcar as páginas de seus cadernos com as mesmas cores marcava suas professoras e seus colegas de escola, seus cadernos coloridos potencializava tanto o deboche como as recompensas, por dentro dos cadernos decorados algumas crianças, desejosos das recompensas da escola e da professora, aprenderam também a arte de decorar as folhas de cadernos, decorando as folhas, decoravam suas vidas também.

Me lembro de uma criança que aprendendo o código escolar, se fazia professora. Suas tardes era sempre continuidade do trabalho das professoras, o quintal da casa se enchia com crianças que precisavam aprender os códigos e conhecimentos que importam a escola, por ali uma certa política da amizade, feita de alianças temporárias constituía as redes de solidariedades e afetos, me lembro de uma criança que se fazendo professora é erguida a condição de professora, me lembro de uma criança que numa tarefa de casa, ousou a escrever um conto de fada, onde na condição de personagem principal, fora raptada pelo príncipe encantado, me lembro da cara da professora ao ler a tarefa de casa, me lembro de sua mãe chegando na escola – interpelada pela história e pelo olhar ajuizador da professora responde: “Não sei o que fazer”... e por não saber, seguiram não sabendo. Alargando mundos, essas histórias, volta e meia são recontadas porque as viveu e delas ficaram sabendo, me lembro de uma criança que farejando, tateando, sentido cheiro

e sabores seguia fazendo mundos, amigos e pesquisa, são com estas crianças, dissidentes que aprendo que contar mais uma história é o que nos permite adiar o fim do mundo.



PARA NÃO CONCLUIR, APENAS SEGUIR ACRIANÇANDO MUNDOS SEM FIM

As crianças em dissidências, essas que nada buscam ensinar, mas que ensinam aparecendo, tem oferecido a mim, companhia de pesquisa durante uma vida sem fim, dizer isso, é assumir desde aqui, que vivendo as práticas acriançadas na formação de professores, tenho plantado sementes de histórias, para adiar o fim do mundo, além de cantar, dançar e sonhar, estamos aprendendo com outras crianças a plantar sementes de histórias e a fazer educação, essas histórias plantadas na alegria da docência, germinam, uma criança professora passou por aqui, seguimos.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, J. I. **Tremores: escritos sobre experiências**. Belo Horizonte: Autêntica. 2014

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

____. (2013). **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições. 2013.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RODRIGUES, A.; ROCON, P. C.; ROSEIRO, S.Z.; NODARI, V. A, F. **Crianças em pesquisas que se arriscam, riscam e dão passagem a abordagens metodológicas brincantes**. REBEH, UFMT v.2, p, 123-138, 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/issue/view/575>>

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora. 2017.

4

DISCURSO SOBRE A INTERSECCIONALIDADE: DE PINDORAMA À PANDEMIA

Jaqueline Gomes de Jesus

"[Madame] Satã foi o primeiro [SIC] travesti malandro de que se tem notícia. Só não admitia ser chamado de bicha" (QUIMBANDA DUDU, 2001, p. 5)⁸.

Conferência realizada em 27 de março de 2021, sábado, na Mesa "Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Desigualdades: Desafios Epistêmicos", durante o X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero, realizado virtualmente⁹.

Bom dia a todes!

⁸ QUIMBANDA DUDU – Grupo Gay Negro da Bahia. *Boletim do Quimbanda-Dudu*, n. 3. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

⁹ Com correções e adaptações para fins de leitura.

Vamos acordando com um cafezinho, começando este fim de semana de trabalhos, aqui no Rio de Janeiro nós estamos em *lockdown*, espero que a maioria da população esteja de fato isolada fisicamente (o que é diferente de estar isolado socialmente, consideradas as oportunidades de interação disponibilizadas pela internet), em casa, porque é um momento drástico, porém conhecemos as condições precárias e de extrema desigualdade que vive o nosso povo, de tal modo que, na realidade, poucos dispõem do privilégio de trabalharem remotamente como nós.

Ocorreram somente ontem, 26 de março de 2021, mais de 3.650 óbitos oficialmente registrados no Brasil, decorrentes exclusivamente da pandemia da COVID-19, inclusive, alguns governos tentaram modificar esses números, porque sabem que é uma propaganda negativa que a eles segue. Porém, mesmo com esse reiterado *marketing* da morte, seguimos com esses mesmos governos, o que me instiga continuadas reflexões, e o debate desta mesa tem a ver com isso, ela me inspirou, muito em função da proposta que lhe encerra o título: “Pensar desafios epistêmicos, quando se articulam várias dimensões de interseccionalidade”.

De qual interseccionalidade estamos falando? A questão inicial, que perpassa o debate é, a o que as pessoas se referem quando falam sobre interseccionalidade e quais são as suas expectativas quando salientamos que iremos dissertar a respeito dela? Seria uma concepção integrativa acerca da formação de identidades, das configurações do sujeito humano que, por definição, é interseccional?

Eu alerta para os riscos de se repetir irrefletidamente o hábito, decorrente da tradição eurocêntrica, de se tentar compreender o ser humano em categorias isoladas e estanques, compartimentalizando nossos diversos lugares de fala, como se a mulher fosse apenas mulher, a pessoa negra só negra, LGBT somente LGBT, de tal modo que seus conhecimentos abrangeriam tão-somente a descrição de suas realidades par-

ticulares, em uma forma deturpada de aplicar o conceito de lugar de fala, lugar de fala não é prisão de fala.

Na verdade, esse recurso ontologicamente decorre dos objetivos da Ciência praticada a partir desse viés etnocêntrico acaba tendo repercussões reducionistas. Tal síntese pode auxiliar a compreender a complexidade do mundo, por recortá-la, mas justamente por isso traz um problema de ordem epistêmica, que é o da disciplinaridade, da disciplina enquanto sujeição de alguém a algo, o que leva às grades disciplinares, linguagem que remete à estrutura das instituições totais, à constituição das instituições de ensino na perspectiva ocidentalizada colonizadora que se organiza a partir da Revolução Industrial.

Repito, de que interseccionalidade estamos falando? Quando as pessoas articulam as dimensões de gênero e raça já é um avanço! Em geral não fazem isso. Eu retorno, sempre quando se discute esse tema, à nossa grande referência nacional, Lélia Gonzales, que refletiu sobre essa temática, ainda nos anos 80 do século XX, sem nomear enquanto interseccionalidade¹⁰, e quem veio a fazer essa nomeação foi Kimberlé Crenshaw¹¹, articulando as questões das mulheres negras, na perspectiva do feminismo negro, como fizera Lélia.

Kimberlé compreende a interseccionalidade mais como um princípio orientador do que como um conceito, apontando para a necessidade de concebermos e realizarmos de forma interseccional as iniciativas organizacionais e as políticas públicas, a fim de evitarmos repetir a dinâmica da opressão que se expressam por meio da exclusão de certos grupos invisibilizados, mesmo em contextos onde ocorre a inclusão de outros grupos¹².

¹⁰ GONZALES, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

¹¹ CRENSHAW, K. W. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188, 2002.

¹² CRENSHAW, K. W. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum*, 139-167, 1989.

DESMARGINALIZANDO AS MARGENS DO DISCURSO HEGEMÔNICO

Crenshaw escreve a partir do contexto norte-americano, investigando o problema de uma indústria que tem políticas de raça, entretanto, não inclui mulheres negras por não considerar políticas de gênero¹³, o que gera um paradoxo, além do contexto particular norte-americano, considero relevante trazer outra dimensão da interseccionalidade à baila, que é a região, em termos de diferenças conjunturais.

Certamente os problemas de Estados Unidos da América são diferentes da República Federativa do Brasil, quando Lélia analisou os desafios epistêmicos de racismo e sexismo na cultura brasileira, ela parte do lugar das mulheres negras como chave interpretativa para se analisar esta sociedade machista e racista, ela aplicou um olhar societal sobre o problema, que acima de tudo é situado – como intelectual negra, Lélia tem um lugar privilegiado para observar o cenário, e a partir dele dialogou com autores clássicos da nossa literatura sobre a nacionalidade, como Caio Prado Júnior, para questionar por que os autores canônicos, apesar de conhecerem o lugar do negro na sociedade brasileira, desde o processo colonial, escravocrata, que foi um processo global, ainda assim não conseguiam explicar o lugar imposto às mulheres negras em nossa realidade.

Esse processo fundador da civilização que ora vivemos alimentou a diáspora africana, o genocídio de povos nativos americanos, os povos ameríndios, indígenas, que destruiu a configuração social que havia no que era chamada *Abya Yala*, “Terra Viva”, as Américas, na língua do povo Kuna, ou especificamente aqui em *Pindorama*, “Terra das Palmeiras”, no dizer do povo Tupi-Guarani, que passou a ser nomeada, após a invasão europeia, de Brasil.

¹³ CRENSHAW, K. W. “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor”. Tradução de Paula Granato e Gregório Benevides. In: MARTINS, A. C. A.; VERAS, E. F. (Orgs.), *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade* (pp. 23-98). Curitiba: Appris, 2020.

Na perspectiva neoliberal (utilizando-me aqui de uma leitura sociológica da conjuntura econômica), quando abordamos esse tema, sói a muitos resumir o problema e a sua solução a indivíduos. Eu estou aqui me remetendo acima de tudo, à construção de uma identidade coletiva, nacional, constituinte das Américas, quiçá das relações internacionais no contexto da globalização, como outrora apontou Milton Santos¹⁴.

Eventos como o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas em África ainda repercutem não somente na vida e na economia africana, mas igualmente na constituição das nossas identidades americanas e na formação das fortunas de pouquíssimos, desde as capitânicas hereditárias, cujos herdeiros seguem sendo beneficiados, em detrimento da maioria da população.

O racismo serviu de recurso discursivo para tentar-se justificar o extermínio dos povos ameríndios, para fins de tomada de suas terras, recursos naturais e matérias-primas, a fim de fomentar o capitalismo, sistema que nos abrange há mais de 500 anos, o racismo é eixo estrutural da nossa cultura¹⁵, como a categoria “gênero”.

As nossas elites, classes dominantes de hoje, são herdeiras desse tumor de outrora, a nossa resposta enquanto os explorados historicamente foi a de constituirmo-nos às margens dos privilégios delas a nossa forma própria de lidar com a intersecção de várias identidades. De identidades globais, como explicou Stuart Hall¹⁶, e nossas identidades atlânticas. Nós somos, Atlânticos! Lembrando aqui Beatriz Nascimento¹⁷.

Em nossa diversidade impuseram hierarquias – étnico-raciais, de gênero e sexuais, que se interseccionam enquanto questões de classe. O classismo no Brasil marcado pelos fa-

¹⁴ SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

¹⁵ ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

¹⁶ HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

¹⁷ RATTIS, A. *Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006.

tores identitários, em prejuízo da população indígena, negra, feminina, LGBT, o Brasil é como um cadinho, um objeto que se usa na química para macerar e misturar substâncias, em termos culinários, poderíamos falar de um caldeirão que imiscui as identidades.

Apesar de sermos essa mistura, permanecem as hierarquias, e elas estruturam o próprio Brasil, a América, o mundo contemporâneo, elas organizaram os fios que formam o tecido da modernidade como uma tautologia, uma reiteração, uma redundância da sociedade do espetáculo e do instinto de plateia expressos correntemente na virtualidade.

Quando eu relaciono o termo “instinto” a plateia, entendam como um aspecto da construção evolutiva da nossa espécie, a relação espetáculo-plateia que não se restringe aos palcos artísticos, que não é recente na história da humanidade, mas participou da construção do humano, de quando, há 300 mil anos, nossos ancestrais se concentrava na savana africana e se reuniam para contar histórias em volta de uma fogueira, no escuro de uma caverna ou enquanto se moviam pelo território, ali já havia a plateia, o cenário e o espetáculo.

Os vestígios arqueológicos do período neolítico nos apontam que naquele momento histórico a gênese da divisão generificada do trabalho que, ao longo de milênios tem marcado a própria construção da categoria trabalho, associando-a a estereótipos de gênero, o que nos permite pensar em seu papel para a construção da heteronormatividade¹⁸ ¹⁹ e da cisnormatividade²⁰, nos últimos séculos, sob o impacto do projeto imperialista do colonialismo europeu.

¹⁸ RICH, A. “Compulsory heterosexuality and lesbian existence”. In: RICH, A. (Org.), *Blood, bread and poetry: Selected prose, 1979-1985* (pp. 23-75). Nova Iorque: Norton, 1986.

¹⁹ JESUS, J. G. “O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência”. *Psico-USF*, v. 18, n. 3, p. 363-372, set/dez 2013.

²⁰ SIMAKAWA, V. V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

A criação mesma das categorias “masculinidade” e “feminilidade”, como entendidas pelo pensamento social, está alinhada diretamente à “hetero-cisnormatividade”, a este “cistema” com “c” que nós vivemos²¹. Centenas de milhares de anos depois, vivenciamos a hierarquização interna de nacionalidades com base em marcações identitárias de cunho racista, machista e LGBTfóbico.

Portanto, antes da discriminação, há uma opressão estrutural que os novíssimos movimentos sociais (por vezes marcados por uma expressão egocentrada do ativismo autoral que tenho chamado de “eutivismo”), geralmente costumam esquecer, focam no problema da discriminação, que é dado, que é real, porém ignoram a lógica da opressão. Destarte, o nosso desafio é lembrar-lhes que as opressões são interseccionadas para que possamos mais eficientemente planejar como nós podemos transformá-las.

■ OS DESAFIOS SÃO GLOBAIS

Eu adoto um princípio militante, tomada pelo meu viés marxista, de que os problemas decorrentes do capitalismo não serão superados apenas com ações localizadas. É preciso uma movimentação internacional, ainda assim precisamos, enquanto pesquisadoras e pesquisadores, intervir em nossos contextos locais, interpretando nossos problemas nacionais, porque, senão, não conseguimos produzir.

Isso, inclusive, é um problema crucial da consciência pesada de tantos intelectuais brasileiros *mainstream*. Faz parte da lógica colonial, eles olham para a Europa ou para os Estados Unidos, de costas para a Latino-América e para o próprio Brasil, diagnóstico esse desenvolvido por autores como Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos, em especial destrinchando o nosso contexto acadêmico.

²¹ GASPODINI, I. B.; JESUS, J. G. “Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero”. *Revista Universo Psi*, 1(2), 33-51, 2020.

Eis outro desafio epistêmico – subverter a própria academia que nos formou, em cada um dos nossos contextos locais, pensar globalmente, trabalhar a partir de encontros com a Sul-América, América Latina, e sim, de América! Articulando com a diáspora africana, que faz fronteira com o Brasil com um oceano no meio, por meio de nossa ancestralidade. O Brasil é Iorubá, o Brasil é Banto e de tantos outros povos! Nós também somos África, quando a intelectualidade brasileira dá as costas para a Latino-América e a África, ela também dá as costas para si mesma.

Nossa identidade brasileira é necessariamente um mosaico, a nossa língua, a nossa personalidade, a constituição de nossas identidades pessoal e social por mais que o homem branco, cisgênero, supostamente heterossexual, seja educado desde a mais tenra infância a pensar a si mesmo como um modelo de “humanidade” superior, e reiteradamente posto no comando, nas chefias e nos governos repitam os modos da supremacia branca.

Os nossos desafios como pensadores e necessários agentes de transformação, tenho em mente uma das teses sobre *Feuerbach*, compostas por Marx, de que temos que mudar o mundo, são enormes, mas eu penso que nós que trabalhamos principalmente com a categoria gênero e as questões étnico-raciais, temos alguma vantagem frente aos outros colegas que não articulam esses elementos estruturais e ainda os compreendem como variáveis independentes, o que nos permitem ter uma visão mais “escurecida” da nossa realidade nacional e buscar soluções com conhecimento situado, esse é o primeiro passo.

O segundo é lutar para nossa integração intercontinental como tecido, na *Abya Yala*, nessas Américas, na Pindorama, neste Brasil-continente, este debate conecta a todos nós, nesta mesa e quem nos acompanha virtualmente.

Concluindo esse apanhado, temos a questão da mudança de paradigma, como ensinado por Thomas Kuhn, para quem não basta pensarmos de forma diferente para termos uma

revolução científica²², para além da revolta que nos move, há um desafio institucional que inclui a mudança também daqueles que atualmente constroem o currículo que traduz o paradigma, o que inclui os colegas docentes que se formaram e reproduzem uma perspectiva colonizada.

Estrategicamente, eu me conecto ao pensamento de Angela Davis para identificar frestas²³, e me recordo de quando ela falou, certa feita, que os estudos das relações étnico-raciais foram inseridos nas universidades norte-americanas pelos estudantes organizados, por meio dos Centros Acadêmicos, que promoviam leituras e debatiam quando os docentes se calavam.

Conhecendo o contexto brasileiro, estou certa que necessitamos de ações afirmativas nas seleções docentes, para que tenhamos mais professores negros, trans, e mulheres nas Ciências Exatas, para que além de nos tratarem como objetos de estudo, sejam forçados a reconhecer a nossa produção de conhecimento enquanto acadêmicos.

Desafio de estratégia, em meio ao contexto pandêmico que enfrentamos, marcado pela “infodemia”, onde o olhar interseccional nos revela uma sindemia, conjugação dos problemas conjunturais que nos perseguem a séculos e que a pandemia expôs mais ainda aos olhos desatentos da classe média acomodada.

A vida nos exige a ousadia de, parafraseando Jota Mombaça, desejar que o mundo colonial, como nos foi dado, acabe²⁴.

Muito obrigada!

Axé e Até.

²² KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

²³ DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁴ MOMBAÇA, J. “Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!”. In: PEDROSA, A.; MESQUISTA, A. (Orgs.), *Histórias da sexualidade: antologia* (pp. 301-310). São Paulo: MASP, 2017.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- CRENSHAW, K. W. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum*, 139-167, 1989.
- _____. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188, 2002.
- _____. "Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor". Tradução de Paula Granato e Gregório Benevides. In: DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GASPODINI, I. B.; JESUS, J. G. "Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero". *Revista Universo Psi*, 1(2), 33-51, 2020.
- GONZALES, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- JESUS, J. G. "O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças envidadas e sua permanência". *Psico-USF*, v. 18, n. 3, p. 363-372, set/dez 2013.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MARTINS, A. C. A.; VERAS, E. F. (Orgs.), *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade* (pp. 23-98). Curitiba: Appris, 2020.
- MOMBAÇA, J. "Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!". In: PEDROSA, A.; MESQUISTA, A. (Orgs.), *Histórias da sexualidade: antologia* (pp. 301-310). São Paulo: MASP, 2017.
- QUIMBANDA DUDU – Grupo Gay Negro da Bahia. *Boletim do Quimbanda-Dudu*, n. 3. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.
- RATTS, A. *Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006.
- RICH, A. "Compulsory heterosexuality and lesbian existence". In: RICH, A. (Org.), *Blood, bread and poetry: Selected prose, 1979-1985* (pp. 23-75). New York: Norton, 1986.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SIMAKAWA, V. V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

5

EPISTEMOLOGIAS TRANSFEMINISTAS: SUJEITOS, PERSPECTIVAS E COMPROMISSOS

Marisa Ruiz Trejo

Tradução: Alexei Padilla Herrera (UFMG)

Revisão: Bruna Andrade Irineu (UFMT)

Neste trabalho procuro responder às seguintes questões de pesquisa: como o pensamento transfeminista irrompeu nas Ciências Sociais, em particular na antropologia? Quais foram alguns dos debates que surgiram desde essa irrupção? Fazer pesquisa a partir da perspectiva da vida das lésbicas, das pessoas não cis-heteronormativas e pessoas não binárias, muda de alguma forma o modo de construir conhecimento? A luta política das lésbicas e dos dissidentes sexuais tem sido geradora de conhecimento nas Ciências Sociais? Neste artigo, volto a uma das vertentes da pesquisa científico-social atual, relacionado ao pensamento transfeminista de “construir e não destruir”.

■ INTRODUÇÃO

Os feminismos na América Latina e no Caribe têm sido referentes críticos em diferentes campos científico-sociais e, também, têm oferecido ferramentas para refletir criticamente sobre quem, como, de onde e para que se produz conhecimento, a partir destes questionamentos críticos à produção epistêmica, este trabalho de pesquisa focou nas contribuições das mulheres, e também de outros sujeitos, para as Ciências Sociais, em particular para a antropologia, em várias etapas e períodos do século XX e XXI, no México e na América Central, desde as primeiras contribuições das pioneiras da antropologia (1940-1964); a participação de pensadores marxistas e gramscianos em contextos de repressão na América Central (1964-1989); as investigações de feministas indígenas, afrodescendentes, lésbicas, trans e dissidências diversas das novas gerações com diferentes desafios (1990-2020), analisei mais extensivamente algumas das particularidades dos períodos mencionados em outros artigos (RUIZ TREJO, 2016; 2020; RUIZ TREJO, 2020b).

Na América Latina e no Caribe, distintos conflitos políticos do século XX (o genocídio na Guatemala, os conflitos internos armados da América Central, as ditaduras no Cone Sul, entre outros) impediram abruptamente o acesso das mulheres aos espaços universitários e campos acadêmicos e científicos, outros sujeitos com identidades e experiências genéricas de sexo diversas têm enfrentado ainda mais obstáculos para acessar espaços acadêmicos e passam da categoria de “objetos de conhecimento científico” a sujeitos de pesquisa e conhecimento, por isso, no meu trabalho me interessei em analisar as contribuições de mulheres, feministas e dissidentes sexuais que produziram pesquisas, teorizações e conceituações não só nas universidades, mas em diferentes espaços como as organizações políticas e sociais, independentemente do contexto de violências exacerbadas.

Neste capítulo, tento responder às seguintes questões de pesquisa: como o pensamento transfeministas entrou nas

Ciências Sociais, particularmente na antropologia? Quais foram alguns dos debates que surgiram desde essa irrupção? Fazer pesquisas a partir da perspectiva de vida de lésbicas, pessoas não cis-heteronormativas e pessoas não binárias muda de algum modo a forma de construir conhecimento? A luta política de lésbicas e dissidentes sexuais tem sido geradora de conhecimento nas Ciências Sociais?

■ AS LÉSBICAS COMO SUJEITOS DE PESQUISA

Um dos primeiros passos desta pesquisa consistiu em revisar o que havia sido produzido dentro da antropologia no México e na América Central em relação às questões mencionadas, o que me chamou a atenção é que existia apenas um artigo de Ángela Alfarache (2003) que tratava da relação entre as identidades lésbicas e a produção antropológica. O artigo de Alfarache (2003) foi muito importante ao revelar que, desde a década de 1970, no México, os estudos com mulheres possibilitaram conceber as lésbicas não apenas como sujeitos culturais, mas também como sujeitos de pesquisa.

Na década de 1990, Sandra Harding (1991) escreveu um texto intitulado *"Thinking from the Perspective of Lesbian Lives"*. Segundo Harding (1991), a pesquisa desde a perspectiva da vida lésbica sugere que as mulheres podem ser observadas em relação às outras mulheres ou, pelo menos, não apenas em relação aos homens e com a família, ele também explica que através desse ponto de vista é possível ver e imaginar comunidades que não precisam ou não querem conviver com os cis-homens.

Além disso, esse ponto de vista também revela que as mulheres heterossexuais não nascem, mas são feitas, e essa perspectiva enfoca o fato de que a sexualidade feminina também é construída pelas próprias mulheres, além do anterior, esse ponto de vista revela a ligação entre a opressão das mulheres e a opressão das sexualidades dissidentes, a mesma autora

também explica como a vida de lésbicas tem sido desvalorizada e negligenciada como objeto de pesquisa científica e como geradora de evidências a favor ou contra de certas demandas de conhecimento (HARDING, 1991, p. 264).

A perspectiva da vida das lésbicas, das pessoas não heteronormativas e não binárias pode revelar as formas distorcidas sobre o sexo e o gênero que ocorreram até mesmo nos escritos feministas, fazer análise científica a partir da perspectiva das vidas das pessoas da dissidência sexual significa mostrar as tendências causais subjacentes que a perspectiva das vidas heterossexuais torna invisíveis e, portanto, aumentar a objetividade na pesquisa científico-social, desse modo, abrem-se outras possibilidades e modos de escrita não binários e não heteronormativos.

SUBJETIVIDADES E SUJEITO DA ETNOGRAFIA TRANSFEMINISTA

Em 1990, o México começou a vivenciar a emergência mais visível de feminicídios, mas também de transfeminicídios, que atualmente são contabilizados como 13 assassinatos diários de mulheres, das quais 4 são mulheres trans, nessa conjuntura, começaram a surgir publicações que contemplavam o pensamento transfeministas no México, mobilizado por um ambiente de violência sexo-genérica, sexismo, misoginia, racismo, homofobia e heteronormatividade (VALENCIA, 2013).

Assim, o pensamento transfeministas tornou-se um mobilizador teórico e político a partir das interseções entre gênero, orientação sexual, raça, etnia e classe. Se questionou com mais força como os estudos feministas haviam construído uma categoria homogeneizante e universalizante do sujeito “mulher”, entendida como sinônimo de mulher branca, educada, de classe média, cis-heterossexual etc. O pensamento transfeministas nas ciências sociais criticou fortemente essa ideia e contribuiu

para pensar de forma mais ampla essas formas rígidas em que o tema do feminismo tem sido conceituado.

Nessa linha, busquei trabalhos de reflexão epistemológica que resgatassem a importância das subjetividades e do sujeito da pesquisa e que não se voltassem apenas para a mulher como sujeito privilegiado da pesquisa feminista (Harding, 2006; Castañeda, 2010). No entanto, poucos trabalhos apontavam para sujeitos epistêmicos que não se sujeitassem a ditos agenciamentos propostos pela pesquisa feminista tradicional, o pensamento transfeministas na pesquisa científica também permitiu que lésbicas, pessoas trans, dissidentes sexuais, pessoas não cis-heteronormativas e não binárias fossem consideradas sujeitos de pesquisa, não apenas como participantes e colaboradores, mas também como pesquisadores.

Dessa forma, a pesquisa transfeministas tem contribuído para conceituar, estudar, fabular, imaginar e aprender a narrar a história de uma maneira diferente e construir outros gêneros, outras sexualidades, assim como se relacionar de outra forma não antropocêntrica com os animais, a terra, os rios, as montanhas, as pedras, o ar, as espécies companheiras e com outros mundos possíveis e visíveis.

■ **DESMONTAR AS IDEIAS DOMINANTES DE GÊNERO E SEXO**

As epistemologias transfeministas são teorizações sobre a produção de conhecimento alimentadas por teorias transfeministas que permitem desmontar a ideia dominante de que gênero e sexo são categorias opostas e nos ajudam a pensar que a o vínculo entre os imaginários cisgêneros e as políticas de controle do sexo, equivale a relação entre as políticas de controle da raça diante dos imaginários coloniais racistas.

O trabalho de Oyewùmí Oyèrónké (2007) foi muito importante nesse sentido, ao apontar que durante séculos a ideia de que “a biologia é destino” foi essencial no pensamento ocidental, assim como o imaginário de que sexo e raça são categorias natu-

rais, por isso, desde o pensamento transfeministas, se observa a insistência em desconstruir esses imaginários dominantes.

Outra das questões que a pesquisa transfeministas nos convida a refletir de forma retumbante é aquela noção universalizante do “ser mulher” que tem permeado e tido grande presença nos últimos anos nos feminismos acadêmicos, tanto no México como no Brasil, e em muitas outras partes do mundo, as teorizações de algumas pensadoras do movimento feminista radical e lésbico-feminista estão aderindo à ideia de que o “sexo biológico” é algo natural, por isso não reconhecem a experiência das mulheres trans, nem quem não nos reconhecemos nessa experiência universal de ser mulher, mas na desobediência do cisgenerismo, nesse sentido, a ideia de que existe um “sexo biológico” por natureza reproduz noções homogeneizantes e monolíticas do pensamento sobre as mulheres, bem como reafirma a ideia dominante de “raça biológica”, o que resulta um grande problema.

Nas sociedades pós-coloniais contemporâneas, a diversidade de maneiras de compreender essa experiência é muito ampla e interseccional, ao mesmo tempo, a ideia de “LGBT” foi cooptada e utilizada como uma bandeira que muitas vezes reafirma as formas de uma “civilização sexual” (BOUTEDJA, 2013). Para Jasbir Puar (2007), o homonacionalismo e o pink-washing predominam como lógicas nas relações sociais, por isso, as teorizações que a pesquisa transfeministas tem feito são importantes porque desconstroem as ideias dominantes das ciências sociais e da antropologia, onde as mulheres e os homens ainda são pensados como “o natural”, como uma biologia destinada e resulta necessário descolonizar ditas narrativas de gênero.

Descolonizar narrativas de gênero significa não assumir que as sociedades pós-coloniais da América Latina e do Caribe incluíram o princípio da organização social de gênero antes da colônia. Autoras como Aura Cumes (2019), antropóloga maia-*Kaqchikel*, explica que, ao assumir essa ideia, é possível que se

reincida na lógica da dominação ocidental sobre a forma de entender o mundo e é uma dominação orientada no domínio histórico do Ocidente, para ela, a única certeza é o “patriarcado colonial” e o “colonialismo patriarcal”.

Na mesma linha, Marisa Ruiz Trejo e Tito Mitjans Alayón (2021) realizaram uma investigação sobre dissidentes genéricos sexuais indígenas e afrodescendentes, além dos discursos de LGBT+ no campo político branco com suas limitações, já que frequentemente esses rótulos reproduzem formas universalizantes que homogeneizam os territórios numa narrativa uniforme e colonial, que não considera os povos indígenas e afrodescendentes.

Além disso, seguindo Ruiz Trejo e Mitjans Alayón (2021), o projeto de mestiçagem cis-heterossexual tem caracterizado os mandatos dos países latino-americanos e caribenhos como uma forma de negar a heterogeneidade das experiências culturais, linguísticas e sexuais não hegemônicas, portanto, memórias, corpos, experiências e identidades indígenas não binárias, como *Antsilon*, *Antswinik* e *Winikants* em Los Altos de Chiapas, *Muxe* e *Bi-za’ah* em Oaxaca, e afrodescendentes como *Masisis* e *Madivins*, *Matis* e *Zamis*, Aleijados, Migrantes, Lésbicas e Não binários, Trans afrodiaspóricos, bem como todas as identidades que não estão sujeitas a formas binárias de gênero e sexualidade são expressões descolonizadoras não binárias de gênero (RUIZ-TREJO E MITJANS, 2021).

Em consequência, há uma urgência em produzir mais pesquisas desde uma perspectiva não heteronormativa para reconhecer essas formas não binárias e não ocidentais-moderinizantes de pensar sobre gênero e sexualidade, uma busca dos trabalhos produzidos no México e na América Central em relação a essas discussões nos mostra uma lacuna teórica e analítica, no entanto, existem alguns trabalhos, como o trabalho de Amaranta Gómez Regalado (2004), a primeira antropóloga *Muxe* no México, que se formou e obteve o diploma de antropóloga, que são fundamentais para compreender as relações

afetivas eróticas dos povos *Muxes* nas comunidades zapotecas no Istmo de Tehuantepec em Oaxaca.

Em seus trabalhos, Amaranta nos mostra como a palavra "*muxe*" provém da palavra mulher na língua espanhola do século XVI, *mujer, muller, muxhe*" (GÓMEZ REGALADO, 2004, p.199). Seu trabalho constitui uma aposta nas experiências sexo-genéricas que são atravessadas por identidades culturais diversas, ultrapassando as formas binárias e heteronormativas, bem como os pronomes binários do espanhol "*él*" ou "*ella*", nesse sentido, a obra dela contribui para descolonizar as narrativas coloniais de gênero, pois nos faz pensar nas formas imperiais e coloniais do espanhol (ou mesmo do português) em detrimento de outras línguas indígenas que nas que não se pensa apenas em termos de mulher, homem ou trans, mas como *Muxe*, uma forma que vai além e rompe completamente os esquemas binários da colonialidade-modernidade.

Além disso, o trabalho de Lucas Avendaño (2017), um antropólogo *Muxe*, tem desenvolvido uma investigação autoetnográfica feminista experimental, combinando poesia, performance, o drag, bem como diferentes formas artísticas e dramáticas. Avendaño (2017) nos mostra em suas obras como a antropologia clássica e as ciências sociais sempre se dedicaram a investigar o outro, a observar os estudados, os olhados, os exóticos, nesse sentido, o autor faz uma crítica muito forte às Ciências Sociais em geral, e nos mostra outros tipos de ferramentas que podem ser utilizadas para pesquisar, para ele, a autoetnografia nos permite "falar por nós mesmos" e falar por meio do drag e da performance.

Outros trabalhos importantes são os de Daniel Coleman Chávez (2017) e Tito Mitjans Alayón, pesquisadores trans-afrodescendentes, que analisam feminismos afrodiaspóricos e as dissidências sexo-genéricas desde outras narrativas, outras metodologias, combinando ferramentas de pesquisa e espiritualidades como Santeria ou a Regla de Ocha para imaginar radicalmente as ciências sociais.

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, com a pandemia, que não é apenas uma crise temporária, mas uma crise civilizacional, os problemas de longa duração que temos herdado tornaram-se muito mais evidentes, a pandemia está nos mostrando o racismo, o sexismo, o clasismo e a cis-heteronormatividade em sua expressão máxima, por isso é necessário considerar novas práticas de pensamento e ação dentro das ciências sociais para transformá-las, problemas, metodologias, assim como perspectivas devem mudar também dentro dos espaços acadêmicos e dentro dos espaços científicos, mas também dentro dos próprios feminismos, que muitas vezes reproduzem formas hegemônicas de pensar sobre as mulheres, os homens ou o que sejamos.

Xóchitl Leyva (2019) tem conceituado a nossa época como uma guerra epistêmico-política contra a qual devemos lutar nos espaços científicos e nos articular com os movimentos sociais mais amplos em do mundo, pois somente em articulação e tecendo as cordas, podemos especular outros desdobramentos possíveis, somente desta forma, como Haraway (2019) conjurou, podemos ter outros futuros diferentes, criar outros mundos e cultivar outros parentescos para a antropologia e as ciências sociais no México e em toda a América Latina.

REFERÊNCIAS

ALFARACHE LORENZO, A. **Identidades lésbicas y cultura feminista: una investigación antropológica**. México: CEIICH-UNAM, 2013.

AVENDAÑO, L. **La cultura mariposa de Lukas Avendaño en Oaxaca**. Entrevista por Scarlett Linderero. Yaconic, 29 mar. 2017. Disponível em: < <https://www.yaconic.com/lukas-avendano-mariposa/>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

BOUTELDJA, H. **“Universalismo gay, homoracialismo y ‘matrimonio para todos’**”. Grupo Decolonial de Tradução, 12 fev. 2013. Disponível em: < <https://cutt.ly/8nbMgF4>>. Acesso: 26 fev. 2021.

CASTAÑEDA SALGADO, M. P. **Etnografía feminista**. In: BLAZQUEZ GRAF, N.; FLORES PALACIOS, F; RÍOS EVERARDO, M. (coords.). *Investigación feminista. Epistemología metodología y representaciones sociales*. México: UNAM-CEIICH- Facultad de Psicología, 2010, p. 217-239.

COLEMAN, D. **Intimacies of Un-becoming: Mujeres Afrodes-cendientes**. In San Cristóbal de las Casas, Chiapas, México. Tesis de doutorado (inédita). University of North Carolina at Chapel Hill, 2017.

GÓMEZ, Amaranta. (2014). **Trascendiendo. Desacatos**. *Revista De Ciencias Sociales*, núm. 16, p. 199–208. Disponível em:<<https://doi.org/10.29340/16.1078>>. Acesso en: 26 de fev. 2021

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**. *Generar parentesco en el Chthuluceno*. San Francisco: Consonni, 2019, p. 365.

HARDING, Sandra. **Thinking from the Perspective of Lesbian Lives**. In *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women’s Lives*. New York: Cornell University Press, 1991, p. 249-267

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 2006.

LEYVA SOLANO, Xochitl. **“Poner el cuerpo” para des(colonizar)patriarcalizar nuestro conocimiento, la academia, nuestra vida**. In: LEYVA, X.; ICAZA, R. (coords.), *En tiempos de muerte: cuerpos, rebeldías y resistencias*. Buenos Aires; La Haya: Cooperativa Editorial Retos, CLACSO, International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, 2019, p. 339-63.

MITJANS, T. **“La Puente Prieta”: feminismos disidentes y afro-diaspóricos en San Cristóbal de las Casas**. Tesis de Doctorado en Estudios e Intervención Feministas. Chiapas: Centro de Estudios Superiores de México y Centroamérica (CESMECA), Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, 2020.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **La invención de las mujeres**. *Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: Editorial en la frontera, 2007, p. 312.

Puar, Jasbir. **Ensamblajes terroristas: el homonacionalismo en tiempos queer**. Barcelona: Bellaterra Editorial, 2007.

RUIZ TREJO, Marisa; MITJANS, Tito. **Contra despojos y violencias coloniales, las disidencias sexo-genéricas indígenas y afrodiaspóricas com Chiapas, Centroamérica y el Caribe**. In: Leyva Solano, X. *et al. De despojos y luchas por la vida*. Planeta Tierra, 2021.

RUIZ TREJO, Marisa. **Antropologías feministas frente al terricidio y pensamiento transfeminista en México**. Boletín Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales, A. C., marzo 2021, p. 13-23. Disponible em: <<https://cutt.ly/Mnb1R11>>. Acceso em:

RUIZ TREJO, Marisa. **Acercamientos a las antropologías feministas en Chiapas y Centroamérica**. In: BERRIO, *et al. Antropologías feministas en México: epistemologías, éticas, prácticas y miradas diversas*. México: UNAM, UAM-X y UAM-I, 2020.

RUIZ TREJO, Marisa. **“Aproximaciones a los estudios críticos feministas de las ciencias sociales en México y Centroamérica”**. *Revista Clepsydra: Revista de Estudios de Género y Teoría Feminista*, vol. 15. ISSN: 1579-7902. Universidad de La Laguna, 2016, p. 11-34

VALENCIA TRIANA, Sayak. **Trasfeminismo(s) y capitalismo gore**. In: SOLA, Miriam; URKO, Elena (coords.) *Tranfeminismos. Epistemes, fricciones y flujos*. Navarra: Txalaparta, 2013, p. 109-126.

6

INTERPANDEMIAS: POR UMA DESLOCALIZAÇÃO QUEER

Pablo Pérez Navarro

Tradução: Alexei Padilla Herrera (UFMG)

Revisão: Bruna Andrade Irineu (UFMT)

Tenho raiva. Tenho raiva por ser condenado à morte por estranhos dizendo “você merece morrer” ou “a AIDS é a cura”. A raiva explode quando uma mulher Republicana vestindo milhares de dólares em roupas e joias desfila através dos cordões policiais sacudindo a cabeça, agitando e apontando o dedo para nós como se fossemos crianças mimadas exigindo demandas absurdas e fazendo pirraça quando não são atendidas. Tenho raiva enquanto José agoniza desembolsando 8 mil dólares por ano para pagar AZT’s que devem mantê-lo vivo por um pouco mais de tempo e que ainda o tornam mais doente do que a doença com que foi diagnosticado. Tenho raiva quando ouço um homem me dizer que depois de mudar o seu testamento cinco vezes, já não tem mais

para quem deixar os seus bens. Todos os seus melhores amigos estão mortos.

Tenho raiva quando me vejo num mar de colchas de quilt, quando vou em uma marcha à luz de velas ou em mais um funeral. Não irei marchar em silêncio com uma merda de uma vela e quero pegar aquelas malditas colchas e me embrulhar nelas, rasgá-las e arrancar os meus cabelos amaldiçoando toda religião já criada em nome de Deus. Recuso-me a aceitar uma criação que elimina pessoas em sua terceira década de vida. É cruel, vil e sem sentido e tudo o que eu tenho em mim vai contra este absurdo. Inclino o meu rosto para as nuvens e uma gargalhada furiosa, mais demoníaca que alegre, irrompe da minha garganta, enquanto lágrimas escorrem no meu rosto e, se esta doença não me matar, devo acabar morrendo de desgosto. (Manifesto Queer Nation, 1990)

Por alguma razão, desde o início da pandemia da COVID-19, ocasionalmente vem a lembrança de um comentário de Judith Butler escrito, sem aprofundar no assunto, no primeiro capítulo de *Desfazer o gênero*: “Nas últimas décadas todos nós (sic) perdemos alguém por causa da AIDS” (2008, p. 36). Só agora percebo, enquanto preparo este texto, que é uma variação do que está incluído de um jeito, até certo ponto mais fria, em *Vida precária: o poder do luto e da violência*: “Nas últimas décadas, todos nós perdemos algo por causa da AIDS” (2006, p. 46). Talvez me lembre dela, ou me lembro delas, também digo a mim mesmo agora, porque contêm uma espécie de antídoto para a desorientação ética e política no atual contexto interpandêmico, com essa intuição em mente, o texto que se segue nada mais é do que uma tentativa de ler essas duas frases de Butler à luz da distância entre elas.

Talvez seja útil, primeiramente, transformá-las brevemente em contexto, em ambos os casos, o comentário fez parte de uma meditação sobre a forma em que a experiência da perda e, mais

especificamente, o processo de luto, revela laços que nos ligam a outras pessoas que, embora fuja do nosso controle, constituem uma parte inalienável de quem somos, por isso, argumenta Butler, a perda do outro se confunde com a de nós mesmas, lembrando-nos que somos desfeitas umas pelas outras.

Desse ponto de vista, o processo de luto representa um desafio frontal ao individualismo e seus declínios políticos que foram ainda mais prementes no período imediatamente posterior aos ataques de 11 de setembro, tematicamente falando, este momento na obra de Butler é geralmente lido como uma mudança da política da performatividade em direção a uma ética da interdependência dirigida, por sua vez, a uma crítica da violência do Estado, essa seria, sem dúvida, uma leitura possível, de outro ponto de vista, entretanto, pode-se argumentar que a crítica de Butler à política do luto insiste em motivos filosóficos recursivos para sua “tradução cultural” (2007, p. 7) do pós-estruturalismo para o campo dos estudos de gênero.

Especificamente, a discussão do luto em chave psicanalítica e de crítica cultural do luto não faria mais do que reiterar, em outro campo, o argumento que permitia reconhecer em determinadas performances de gênero – desde a travesti sentada no ônibus, como Rosa Parks, de *“Performative acts com gender constitution”* (1988), até as *drags, butchs e femmes* de *“O gênero em disputa”* (2007), a possibilidade desvelamento da “natureza” performática do gênero. Quer dizer, a evidenciação de seu caráter relacional – como o luto, as normas de gênero nos entregam, de uma forma que escapa do nosso controle, a relação um outro que não escolhemos, transformando nossos gêneros em textos compostos por superfícies, gestos, artifícios, palavras que se disfarçam como a essência e a verdade interior do sujeito.

Poderíamos até rastrear a preocupação com esse sujeito elusivo que está sempre, em certo sentido, fora de si mesmo, à dialética hegeliana do reconhecimento, explorada por Butler desde seus primeiros trabalhos, basta observar, pelo momento

que, como já acontecia com as políticas do performativo, a ética butleriana do luto foge de todo determinismo, se bem que em ambos os casos, somos confrontados com uma experiência capaz de estabelecer limites à fantasia de um sujeito auto-contido e, portanto, aos projetos de domínio e conhecimento de si, essa “revelação” ética e epistemológica não é oferecida, no máximo como possibilidade, nem nos travestir nos torna, necessariamente, potências subversivas, nem a experiência da perda bastaria, por si mesmo, para legitimar qualquer tipo de reformulação da vida em comum.

Note-se também que a reflexão de Butler se dirige a um “nós” bastante difícil de delimitar. Sua ambivalência é sublinhada pela própria variação na formulação da frase: sem dúvida, não é a mesma coisa ter perdido algo por causa da AIDS - talvez até sem saber - do que ter perdido alguém. Em sua abstração, a primeira formulação é compatível com um “todas” quase tão amplo quanto queremos concebê-lo. A segunda, por sua vez, dirige-se a um público bem mais restrito, constituído por todos aqueles que, ao lê-la, não podem deixar de listar nossos amigos e amantes perdidos por causa do HIV. Não é, portanto, o mesmo “todos”, nem isso pressupõe, conseqüentemente, o mesmo “nós”. É igualmente importante ter presente, parece-me, que não estamos, no segundo caso, perante uma redução arbitrária do âmbito do sujeito coletivo.

É importante, parece-me, sublinhar, que nem todos temos as mesmas possibilidades de nos reconhecer na segunda versão da frase de Butler, para começar porque não ocupamos as mesmas coordenadas raciais ou geográficas com as que se relaciona a função biopolítica, fazer viver, deixar morrer dos sistemas globais de patentes postos a serviço dos interesses dos grandes capitais farmacêuticos, basta consultar as estatísticas do UNAIDS para comprovar que os fazemos parte do relatório e moralmente duvidosos “nós” formado por bichas, homens bissexuais, mulheres trans, profissionais do sexo, população carcerária e usuários de injetáveis temos probabilidades significativamente maiores de contrair o vírus HIV do que a misteriosa

entidade chamada de “população em geral”, e isso apesar de representar uma minoria em comparação com esta, o que quer que digam, aliás, sobre a inexistência de grupos de risco, o luto por minhas amigas bichas me tornou muito consciente de meu pertencimento a, pelo menos, um deles.

■ SEGURANÇA, VIOLÊNCIA, COMUNIDADE

Estranhos “nós” esse que, na sua particularidade, se anuncia sob a palavra “todas”, o efeito não é, parece-me, o da simples exclusão de quem não se reconhece nessa diferença, embora este seja um dos seus efeitos possíveis, na verdade seria, parece-me, de um uso cúmplice da palavra “todas”, através da qual se move uma posição de sujeito radicalmente particular se desloca até usurpar, por assim dizer, o lugar do universal, o gesto lembra, nesse sentido, a forma como Monique Wittig descrevia o movimento revolucionário do sujeito lésbico, como um não mulher e como uma frente para a abolição da diferença sexual, em termos de uma universalização do ponto de vista particular.

Da forma semelhante, o uso da palavra “todas” nas duas frases de Butler e, mais ainda, a diferença entre as duas, desde que seja dotado de uma certa direção e um certo sentido, como se se tratasse de um vetor de força, parece implicar também um movimento de deslocamento de um sujeito definido por uma relação mais ou menos específica com o luto pandêmico, ter perdido alguém para a AIDS, ou talvez apenas alguma coisa, mas que se oferece como referência a um sujeito coletivo mais vago e abrangente, composta, enfim, por quem não pode evitar incluir seus próprios lutos sob a força interpelativa da palavra todas. Já estaria em jogo aqui a ideia de comunidade a que, imediatamente após as citadas variações da mesma frase, Butler se refere nos seguintes termos:

Creo que si todavía puedo dirigirme a un “nosotras”, e incluirme en sus términos, sería el de aquellas que

vivimos en cierta forma fuera de nosotras mismas, ya sea por la pasión sexual, por el duelo emocional o por la rabia política. En cierto sentido, el dilema reside en comprender qué tipo de comunidad es esta que se compone por quienes se encuentran fuera de sí (2004, p. 20, traducción y cursivas mías).

Uma comunidade incerta, então, descrita por uma enumeração que é muito familiar quando a vemos em sequência – sexualidade, luto, raiva, e que poderíamos muito bem associar às condições de emergência do ativismo queer, a associação inevitável constitui, no entanto, uma limitação excessiva ao alcance de um “nós” exacerbado pela abertura da disjunção – ou sexualidade, ou luto, ou raiva – que o emancipa dos limites de uma comunidade historicamente específica.

Desta forma, o nós de Butler invoca e, ao mesmo tempo, se distancia, realocando-o, do impulso coletivo com que, entre o final dos anos oitenta e o início dos anos noventa, um grupo evanescente de coletivos formados por queers militantes, consumidoras de injetáveis, travestis, profissionais do sexo, lésbicas, sem-teto, latinas, asiático-americanas e afrodescendentes politizaram uma densa intersecção entre a paixão sexual, o luto emocional e raiva política para enfrentar o rearmamento da agenda moral da extrema direita com motivo da pandemia de HIV-AIDS, esses, então, seriam os termos com que o texto de Butler nos convidava a pensar, apesar de tudo, em relação ao cenário da hipersegurança imediatamente após os atentados de 11 de setembro.

Nesse contexto, a condicional prudente “se ainda posso ...”, parecia sublinhar a possibilidade de uma resistência coletiva sob o signo da perda que, no entanto, se manteria à distância dos projetos de defesa e exaltação patriótica das fronteiras da comunidade ou da nação. Seja aqui, aliás, o povo americano, os povos do Ocidente, a família ou uma comunidade queer hipotética, nem é preciso dizer que nunca teria havido uma comunidade, muito menos uma cidadania com esse nome, a

menos que entendamos que a “comunidade” a que isto se refere está, sempre já, deslocada, em outro lugar, respondendo por outros nomes: fora de si mesma, como o sujeito em luto e como a comunidade improvável à qual foi referência Butler.

Apesar da desconfiança com que Butler recorreu, aqui, à ideia de comunidade, que compartilho, cabe pensar que este tipo de realocação da resistência possa ser útil quando se trata de conceber um duelo que não se resigna a se extinguir na experiência individual da perda nem em se tornar, tampouco, motor de novos ciclos de violência em nome da defesa daquela comunidade asséptica chamada de “população em geral”.

Mais especificamente, é válido voltar a perguntar que tipo de luto deveríamos escutar na esfera pública ou, em outros termos, que formas de fazer e desfazer a comunidade poderiam nos servir para enfrentar a violência crescente exercida em nome de projetos de imunização de rebanho? E, nesse caminho, que estratégias de deslocalização queer poderiam se implementar para aprender enfrentar o trabalho sistemático de destruição, estatal e midiática, dos vínculos entre as mais vulneráveis, os mais precários, as mais contagiosas e, em última instância, as mais imorais entre “nós”?

De certa forma, apenas as sempre imprevisíveis coalizões, protestos, levantes, revoltas e rebeliões poderiam responder a essas últimas perguntas, nesse sentido, talvez uma das respostas mais contundentes recentes tenha sido aquela oferecida pelo movimento *Black Lives Matter*, três das quatro fundadoras se identificam, precisamente, como *queers*, como se fosse uma alegoria de deslocação, e o grupo de grupos que, em inúmeras cidades estadunidenses, latino-americanas e europeias, desafiaram as inúmeras variações de confinamentos, toques de recolher, quarentenas e períodos de isolamento social para posicionar suas próprias urgências antirracistas na esteira da solidariedade internacional.

Pessoalmente, pelo menos, poucas vezes tive mais consciência da importância de construir pontes através da raiva e

do luto para consolidar laços e coalizões improváveis do que quando acompanhei as manifestações do movimento negro pelas ruas desertas de Belo Horizonte, no Brasil, onde eu estava trabalhando como professor visitante, escoltados pela Polícia Militar, cuja abolição era reivindicada, centenas de jovens negras e negros cruzaram a cidade gritando “parem de nos matar”.

O vínculo de solidariedade com *Black Lives Matter* era evidente e, ao mesmo tempo, os protestos eram dirigidos contra os efeitos locais da brutalidade policial e do racismo estrutural que, em muitos casos, intensificados por causa dos períodos de isolamento social, um cartaz, em particular, acompanhava a foto de George Floyd com a de João Pedro Matos Pinto, um estudante negro de catorze anos, vítima de um aumento de até quarenta por cento na letalidade das ações policiais durante períodos de isolamento social no periferia do Rio de Janeiro (ISP, 2020), sob os setenta e dois tiros disparados pela polícia na casa onde ele se encontrava durante o primeiro período de quarentena.

Assim, ao construir pontes entre as lutas antirracistas, a força transnacional do duelo sem dúvida contribuiu para retomar, em lugares e sentidos muito diversos, o espaço de protesto, ao mesmo tempo, e como ocorreria em outros contextos, a composição racial da manifestação não deixou dúvidas: o movimento Vidas Negras Importam ficou isolado de toda a esquerda brasileira em decorrência, ao menos em parte, do apelo ativo para não se juntar aos protestos para não contribuir, como disse um sociólogo brasileiro, para a disseminação do vírus em “nossos grupos”.

Acredito que esta última formulação resulta representativa das profundas fraturas sociais abertas durante os períodos de distanciamento social, incluindo aquelas que cada vez mais separam a esquerda acadêmica e institucional das lutas antirracistas, porque, afinal, que esquerda seria aquela que se define por sua capacidade de assumir ou evitar o risco de contágio no espaço público e, principalmente, em sociedades atravessadas por desigualdades raciais e de classe tão marcadas como o

Brasil? Que tipo de fantasia sobre as condições de segurança, saúde, convivência e habitabilidade nos espaços domésticos e, em particular, dos bairros periféricos das grandes cidades revelam os apelos da esquerda para não usar o espaço público para protestar?

O chamado para “ficar em casa” sem dúvida ocupa seu lugar em uma ética do cuidado, tanto individual quanto coletiva, mas é extremamente problemático quando se torna, elevado à categoria de imperativo moral kantiano, a justificativa para a vigilância política e o julgamento moral, quando não é pretexto para a repressão policial ou a militarização do espaço público, a situação é especialmente paradoxal quando a crítica vem dos movimentos de esquerda porque, afinal, quantas desigualdades devem ser ignoradas e quantos riscos ocupacionais, normalizados, para que apenas uma de nós possa fazer a escolha de ficar em casa? Em que pressupostos de segregação econômica e moralização do espaço público repousa a transferência do espaço de protesto para a extrema direita?

■ SODOMA E O BARÃO HAUSSMAN

Em tempos de pandemia, a definição dos limites e exteriores constituintes da comunidade, seja de esquerda ou de nação, não se apoia num regime de meras invisibilidades, silêncios e ausências significativas, além disso, invariavelmente o faz em vastos processos de saturação metafórica da doença. Segundo Susan Sontag (2003), o mais perigoso dos núcleos semânticos que acompanham o avanço das epidemias seria aquele que a refere como se fosse uma guerra, dando um tom belicista a processos tão díspares quanto o ataque às células após a invasão pelo agente patogênico e, principalmente, as medidas tomadas contra sua disseminação.

Tal retórica nos levaria muito rapidamente, sempre segundo Sontag, a um cenário povoado por vítimas inocentes, culpados e inimigos a combater, entre os quais as próprias vítimas são

frequentemente realocadas, consumindo assim uma moralização progressiva da pandemia que constituiria uma ameaça em si mesma:

No, no es deseable que la medicina, no más que la guerra, sea «total». Tampoco la crisis creada por el sida es un «total» de nada. No se nos está invadiendo. El cuerpo no es un campo de batalla. Los enfermos no son las inevitables bajas ni el enemigo. Nosotros — la medicina, la sociedad — no estamos autorizados para defendernos de cualquier manera (SONTAG, 2003, p. 63).

Resulta difícil negligenciar a força de uma pandemia de metáforas. Na Wuhan da pandemia de HIV-AIDS, em Nova York, a “guerra” contra a pandemia foi nada menos que a consumação da reforma neoliberal do centro urbano, enquanto a desídia institucional deu lugar ao discurso higienista e à estigmatização das vítimas, isso é narrado com maestria, entre outros, por Samuel R. Delany, cujo autobiográfico *Times Square Red, Times Square Blue* demonstra como o pânico moral desencadeado em torno da AIDS favoreceu uma remodelação do espaço urbano comparável, em muitos aspectos, às reformas de Paris pelo Barão Haussman no século 19 (DELANY, 2001, p. 144).

Ou seja, à destruição das intrincadas ruas do centro urbano pelas grandes avenidas que facilitariam processos renovados de acumulação de capital em nome da saúde, segurança e ordem pública, com divergências, o processo se repetiria em muitos outros lugares, pois “o fantasma da AIDS”, nos termos com que o argentino Néstor Perlongher refletiu sobre esse período na cidade de São Paulo, tornou-se um álibi para a expulsão dos “dissidentes eróticos” (1988, p. 68) das ruas das grandes cidades, trata-se, portanto, de uma haussmanização da dissidência sexual à qual o ativista soropositivo Herbert Daniel, falecido no Brasil por causa da AIDS, como Perlongher em 1992, se referiu com certa acidez em um de seus inúmeros artigos:

Sodoma precisa ser urbanizada e higienizada. Ya andaban antes buscando un elemento capaz de justificar la tarea. Algunas enfermedades sirvieron como globo sonda. Todavía resuena el fantasma de la hepatitis B, del herpes... el SIDA, por fin, puede prestarse a interpretar el papel de “peste”, de la tragedia sanitaria que justifica el esfuerzo de remodelación arquitectónica. El mito SIDA... el monstruo, el tigre que cumple su papel... higiénico. Sodoma va a tener mayores calles, calzadas, sus perspectivas osadas. Y, naturalmente, una blanca y paternal policía que vigila eficazmente y aconseja el uso del mapa de la ciudad (DANIEL & PARKER, 2018, p. 106)

Poderíamos facilmente nos enganar e nos convencer de que, em uma pandemia global que não tenha, a priori, vínculos específicos como os designados pela letra “h” de homossexuais, hemofílicos, haitianos, estaríamos relativamente protegidos da remodelação moral de Sodoma global, seria claramente um erro grave. Como mostra Jih-Fei Chen (2015), a própria história da virologia está intimamente ligada à vigilância do comportamento moral e sexual desde que o explorador colonial e médico Jules Crevaux identificou o primeiro vírus em fazendas de tabaco na Colômbia no final do século XIX, ligando-o para a posteridade com a metáfora racista “o tabaco tornou-se mulato”, abrindo assim, aliás, a possibilidade de um imaginário *queer* e descolonial de resistência à vida cultural das pandemias.

A pandemia da COVID-19 não é, no que diz respeito ao destaque e à violência desencadeada contra grupos anteriormente estigmatizados, uma exceção da qual o racismo desencadeado contra a população de origem asiática em diferentes lugares serviu de tiro de partida, isso seria seguido, entre outros, por uma pandemia de transfobia que já inclui, entre seus principais marcos, a segregação genérica do espaço público durante as

quarentenas do Peru e do Panamá, a redução biológica da identidade de gênero sob a proteção dos confinamentos na Hungria.

O projeto de lei semelhante apresentado pela extrema direita no Brasil durante a primeira onda, os que foram apresentados em mais de trinta estados dos Estados Unidos no mesmo período, ou os esforços muito semelhantes de feminismo transexclusivo na Espanha que foram acrescentados, desta vez da esquerda institucional, para a defesa do Estado do binarismo de gênero no contexto pandêmico.

Esse reforço das fronteiras entre masculinidade e feminidade também foi acompanhado por uma visão punitiva crescente que parece estar em casa no campo da moralidade sexual, assim foi mostrado claramente nas fotos humilhantes divulgadas após a interrupção de festas de sexuais entre homens em lugares como o estado de Goiás, no Brasil – dignos do desmantelamento de uma rede terrorista – ou, a exemplo da Espanha, pelo tratamento midiático ambivalente a ataques homofóbicos em áreas de *cruising* e batidas policiais em festas de sexo e BDSM em diferentes momentos no primeiro ano da pandemia de COVID-19.

Para evidenciar a moralização da saúde pública implícita nessas intervenções, basta compará-las com a indiferença das forças da ordem à superlotação de outros espaços, como metrô e ônibus ou, para fechar esta reflexão com um exemplo que mereça, acredito, atenção especial, com a superlotação de migrantes nos macro-acampamentos que, durante o primeiro ano da pandemia, não deixaram de proliferar no mesmo estado espanhol onde as festas de sexo são tão perseguidas.

Por enquanto, pelo menos, não há notícias de que as batidas policiais para dissolver os macro-acampamentos que abrigam, aglomerados em grupos de até duas mil pessoas, os refugiados que chegaram às Ilhas Canárias em decorrência da intensificação dos controles nas rotas do Mediterrâneo.

Pelo contrário, a colaboração entre as autoridades locais, estaduais e europeias tornou-se totalmente necessária para sustentar uma situação de “acolhimento” a que os migrantes têm respondido com greves de fome, acampamentos de protesto paralelos e manifestações que remetem, pela falta de apoio da esquerda institucional, ao movimento negro de Belo Horizonte.

Enquanto isso, os problemas de convivência nos acampamentos, onde a falta de infraestrutura e os serviços sociais mais básicos são agravados pelo frio e pela escassez de alimentos, são respondidos com violência por policiais e seguranças, cujas intervenções já incluem acusações policiais, disparos com balas de borracha, prisões e visitas frequentes à enfermaria, tudo isso enquanto medidas como toques de recolher ou limitações a encontros entre “não coabitantes” são estendidas, sem que pareça haver, em contraste insustentável, qualquer limite para o número de migrantes que são impedidos, violando leis e decisões judiciais, de executar qualquer tentativa de deixar as ilhas.

Com toda a probabilidade, a retenção indefinida de projetos migratórios em locais convertidos, como as Ilhas Canárias, em uma mistura de muro de contenção, prisão a céu aberto e campo de concentração, não teria sido tão fácil de criar ou manter ao longo do tempo sem pôr em jogo a máquina simbólica que representa os migrantes e refugiados como uma ameaça à saúde da “população em geral”.

Tampouco se as mais de 1.800 pessoas que, estima-se, perderam a vida na tentativa de chegar às Ilhas Canárias em 2021, tivessem uma parte mínima do espaço de luto dedicado na esfera pública às mais de 400 pessoas que, segundo dados oficiais, morreram nas Ilhas no mesmo período devido à COVID-19, nesse sentido, cabe perguntar, que narrativas de cuidado mútuo e responsabilidade coletiva estamos realmente cultivando em nome da saúde pública?

Em outras palavras, que ideia de comunidade entraria em jogo quando parte da população que compartilha o mesmo território em espaços públicos ou privados é proibida de se

reunir em grupos de mais de quatro pessoas, enquanto outras são obrigadas a viver em grupos de mais de mil, em condições lamentáveis? Nesse processo, que distinções entre uma ética de cuidado mútuo e o simples egoísmo de uma comunidade que se diz impenetrável seriam irremediavelmente substituídas, se não completamente dissolvidas? E entre a instituição do refúgio e a do campo de concentração? Qual “nós” aqui satura o lugar do universal, configurando uma construção exclusiva da cidadania, do espaço público e, em última instância, do humano?

Hoje é surpreendente reler, com perguntas como estas e outras semelhantes em mente, a autores como Samuel R. Delany, Néstor Perlonger e Herbert Daniel, pela capacidade de se distanciarem de uma restauração higienista dos valores da monogamia e da domesticidade que incluía, no final, perigos tão ou mais letais que o vírus que causa a AIDS, imersos como estamos, como eles estão, em meio a pandemias, seus avisos podem ser úteis quando se trata de pensar em nós mesmos, apesar de tudo.

Ou seja, quando nossa sobrevivência coletiva depende da capacidade de construir pontes de solidariedade, luta e resistência, entre corpos representados, por motivos reais ou imaginários, como ameaça de contágio, corpos como as das profissionais do sexo de Belo Horizonte, que ocuparam as ruas para exigir sua consideração como grupo de alto risco e, conseqüentemente, seu direito à vacinação, ou os corpos das ativistas latino-americanas e do Caribe da *Redlactrans* que, de maneira ilustre exigiram o fim das respostas criminosas às violações da quarentena, órgãos vulneráveis, mas dissidentes e na luta contra a confusão crescente entre a proteção da saúde e as biopolíticas da ordem pública.

REFERÊNCIAS

- BERLANT, L., & FREEMAN, E. **Queer Nationality**. *Boundary*, Durham, v. 2, n. 19, 1992, p. 149–180.
- BUTLER, J. **Performative Acts and Gender Constitution: Com Essay in Phenomenology and Feminist Theory**. *Theatre Journal*, Baltimore, v. 40, n. 4, 1988, p. 519–531.
- _____. **Vida precaria: El poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- _____. **El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2007.
- _____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2008.
- CHENG, J. F. **“El tabaco se ha mulato”**: Globalizing Race, Viruses, and Scientific Observation in the Late Nineteenth Century. *Catalyst: Feminism, Theory, Technoscience*, v. 1, n. 1, 2015, p. 1–41.
- DANIEL, H., & PARKER, R. **AIDS: A Terceira Epidemia**. *Ensaio e tentativas*. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.
- DELANY, S. R. **Times Square Red, Times Square Blue**. New York: New York University Press, 2001.
- ISP. (2020). **Instituto de Segurança Pública divulga dados de abril**. Instituto de Segurança Pública. Disponível em <<http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=438>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- PERLONGHER, N. **El fantasma del SIDA**. Montevideo: Puntosur, 1988.
- SONTAG, S. **La enfermedad y sus metáforas**. *El sida y sus metáforas*. Buenos Aires: Taurus, 2003.
- UNAIDS. **Global HIV & AIDS statistics — 2020 fact sheet**. UNAIDS, 2020. Disponível em: en: <https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/UNAIDS_FactSheet_en.pdf>Acesso: 19 abr. 2021.

7

GÊNERO, RAÇA, ETNIA, SEXUALIDADE E DESIGUALDADES: DESAFIOS EPISTÊMICOS

Megg Rayara Gomes de Oliveira

Eu vou falar desse meu lugar, de travesti, preta, que mora numa cidade do Sul do Brasil, numa cidade branca e que trabalha numa instituição hegemonicamente branca, cisgênera e heterossexual e nem por isso eu me deito para esse povo, assim, sabe, a minha fala é no sentido de provocar reflexões sobre as questões que estão imbricadas no campo da produção acadêmica a partir do debate interseccional entre: gênero, raça, etnia, sexualidade e desigualdades de classe, sempre tenciono as questões tanto no movimento LGBT, quanto no movimento social de negras e negros, nos estudos de gênero e nos estudos de relações étnico-raciais, principalmente por conta de um apagamento histórico e sistemático das pessoas trans negras nesses espaços.

Quando eu reivindico uma identidade preta não é por conta da melanina, é justamente para tensionar a cisheteronormatiza-

ção das identidades negras no Brasil, então, assim, essa categoria, para mim, ela surge como uma possibilidade inclusive de pensar a respeito de outros corpos pretos que não sejam hegemônicos tanto dos estudos quanto no movimento social de negros e negras. Eu sou credenciada em uma linha chamada: “Diversidade, Diferença e Desigualdade Social” onde nós temos políticas afirmativas para pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas surdas, refugiados, pessoas trans, pessoas com deficiência, enfim, nós temos uma política afirmativa que reivindica a mudança da cara da Universidade, mas é um espaço muito específico.

Esse ano, nós conseguimos trazer uma diversidade de pessoas para o mestrado e para o doutorado, justamente por entender que esse espaço da universidade pública precisa ser esse espaço plural, nosso programa é nota 06 (CNPQ/CAPES), ou seja, essa diversidade que a gente reivindica não interfere na qualidade das pesquisas, não interferem no resultado daquilo que a gente está produzindo em educação, eu tenho doze orientandos trans, eu tenho uma orientada trans, isso também é um fato inédito no Brasil, uma travesti orientar pessoas trans em nível de mestrado, por enquanto, porque em breve estarei vinculada ao doutorado também, então, assim, quando a gente pensa nessas questões e nos desafios desses tempos, pensando no tema do evento que é “Saberes e Resistências” para quem é preto e preta no Brasil, para quem é trans no Brasil, resistir faz parte da sua história desde o momento que você se reconhece como sujeito, sujeito social, sujeito político.

Essa disputa epistêmica precisa de alianças, como pontuou a Fátima Lima na fala dela, o Alex Rodrigues, a Anahí Guedes. Assim, pensar interseccionalmente é pensar todos os atravessamentos que compõem aquilo que a gente entende como humanidade, é muito engraçado que as pessoas brancas não se racializam, as pessoas cisgêneros e heterossexuais, elas não se colocam como marcadas por identidade de gênero e sexualidade, e é sempre, como diz a Maísa, as outras pessoas que são marcadas social, política e epistemologicamente.

A entrada de pessoas trans na academia no Brasil, se dá na década de 1990 como cobaia, objeto de estudo, como aquele corpo exótico que precisa ser compreendido, estudado esquadrinhado, isso é muito tranquilo para as pessoas cis-hétero atribuir categorizações para pessoas trans e colocam essas pessoas de uma forma genérica como se as pessoas trans fossem atravessadas pelas mesmas subjetividades, não existe o marcador de raça, de classe, o geracional, não existem outros atravessamentos para poder discutir essas identidades dessas pessoas trans, e todas elas passam pelo processo de hiperssexualização para justificar a dificuldade, ou a não-presença das pessoas trans no espaço acadêmico.

É a partir de 2010 que conseguimos a conta de gotas adentrar esse espaço acadêmico, o ano de 2012 é um marco histórico para esse grupo social, que é a defesa de doutorado da Luma Nogueira, uma defesa marcada por uma série de impedimentos, inclusive, a tese dela ter sido analisada pela CAPES, ela não é analisada primeiramente por uma banca, a primeira tese escrita por uma pessoa trans no Brasil por uma travesti, que antes de ir para defesa, precisa da tutela da CAPES para provar que aquela pesquisa teria consistência teórica e metodológica, e impacto social. Ou seja, é muito recente essa construção de uma pessoa trans como produtora de conhecimento.

Eu fico pensando nessas produções teóricas a respeito de travestis e transexualidades na década de 1990/2000 até chegar na defesa da Luma, qual foi o resultado do ponto de vista concreto para produzir a humanização das pessoas trans? Por que em 2012 ainda, a Luma Nogueira precisaria dessa tutela? Que ela seria capaz de ser uma doutora, que ela seria capaz de ser uma pesquisadora? Então, pensando nessa epistemologia, ela ajudou ou ela atrapalhou a inserção das pessoas trans no espaço acadêmico?

Eu venho me perguntando a respeito dos obstáculos que a gente vai construindo enquanto pesquisadores e pesquisadoras, também na vida de algumas pessoas que não são da vida

acadêmica, muito se pergunta: como é a minha escrita? Como que é a linguagem que eu utilizo? Como eu me comunico e com quem eu me comunico? Se a minha narrativa ela tem como ponto final somente mestras e mestres, doutoras e doutores, eu não estou rompendo com absolutamente nada, eu estou reafirmado a lógica da exclusão.

Pode-se usar o conceito interseccional, usar uma infinidade de epistemologia que ainda assim, está se produzindo exclusões, se quer realmente romper com essa lógica binária, cisgênera, heterossexual, colonial, é preciso rever a forma de escrita, é preciso rever a forma de comunicação, porque senão há uma lógica tutelar de tudo aquilo que está se criticando, se há crítica da base teórica ocidentalizada, se há a condenação dessa lógica, se há problematização dessa base teórica que tenta colonizar os espaços de produção de conhecimento, se reafirma a forma de escrita e de narrativa, não se rompe com nada.

Pode-se usar um conceito, mas esse conceito ele está sendo utilizado de uma forma muito equivocada, no sentido de produzir essas descontinuidades, de produzir essas rupturas que está se tentando construir, então é possível pensar muito na forma de narrativa, na linguagem que está se utilizando com direção no meu interlocutor, na minha interlocutora, com quem que eu vou me comunicar. Se eu quero me comunicar somente para academia eu posso escrever de trás para frente eu posso usar a língua do “T” (refere-se a uso de linguagem de grupos LGBTI+), que então, não adianta reivindicar um espaço democrático, sendo que a forma de construção desse conhecimento ela continua sendo excludente, ela continua sendo aquele obstáculo, que muitas pessoas não vão conseguir transpor.

Então, a partir de 2010, quando se começa a pleitear esse espaço com pesquisadores e pesquisadores, assim, vai se começando a identificar outras armadilhas teóricas que vão se colocando no caminho das pessoas trans e que nem sempre quem discute gênero e raça está atento e atentas para isso. E o mais recente obstáculo que a gente vem enfrentando é o con-

ceito de “identitarismo” como se uma pessoa ela tivesse a condição de abdicar desse lugar que ela é constituída socialmente.

Não estou defendendo aqui que tenhamos que marcar de uma forma cotidiana e naturalizada nessa questão, e aí, é possível pensar muito nesse evento que está em curso. Enquanto parecerista, enquanto coordenadora de Simpósio Temático, eu ficava analisando as bases teóricas dos artigos que estão sendo propostos para esse evento, a maioria dos artigos não colocam como referência de pesquisa pessoas trans, pessoas negras, pessoas que rompem com esse conhecimento canônico.

As únicas pessoas gays que foi possível identificar nos artigos que analisei é o Foucault, que é europeu, a única mulher lésbica que eu identifique é a Butler, ou seja, existe uma construção canônica, uma naturalização de quem pode falar, de quem pode ser citado e citada nesse espaço. Se está se pensando em resistência, mas que resistência que é essa? Que resistência que de fato está sendo narrada, e está sendo colocada em evidência nessa construção de saberes que a gente está referendando e reafirmando também?

Eu aprovei alguns textos inclusive que me incomodaram muito onde a categoria mulher ela é biologizada, ela é naturalizada como denúncia à Marisa, mas ressaltei que aprovaria o artigo porque quero conversar com essa pessoa, porque vamos debater e analisar a partir da apresentação do trabalho, porque quero saber que mulher é essa que não é discutida de uma forma ampliada, é simplesmente naturalizada, como se houvesse uma continuidade na natureza, entre biologia e cultura, então, assim fico pensando o tempo todo naquilo que leio, naquilo que pesquiso, e fico também pensando como que a academia ela ainda trabalha numa perspectiva muito elitista, quando se resolve romper com determinadas normas.

Fiz um levantamento da presença de mulheres negras trabalhando como orientadora em pós-graduação e o número de mulheres negras, na academia, não chega a 3% em um país que tem 54% de população negra e, quando a gente faz

uma distinção entre pessoas pretas e pardas, as mulheres pretas são 219 pesquisadoras no Brasil inteiro, a quantidade de pessoas brancas na pós-graduação passa de 10 mil, sabe? O que está acontecendo? Como que distribuo bolsas? Como que eu me comunico? Como que é a minha comunicação em sala de aula como docente? Como que eu produzo a expulsão de determinados corpos nesse espaço, a ponto de continuar mantendo uma lógica branca, cisheteronormativa dentro da academia? E pensando nas pessoas trans, se esbarra em outra questão, oficialmente não existimos.

Não existe uma forma de contabilizar a população trans no Brasil pelo censo de produções acadêmicas, algumas Universidades têm pensado nesse mapeamento, mas de forma muito pontual, em algumas linhas de pesquisa, alguns setores, mas não é uma política das Universidades, então, quando é feita a nossa matrícula, quando vamos fazer algum concurso, nem sempre tem campo para se colocar a nossa identidade de gênero, nem sempre tem campo para se colocar nosso pertencimento racial, ou seja, essa academia ela continua sendo o espaço da exclusão, ela continua sendo o espaço da naturalização da cisgeneridade.

Daí, é preciso enfiar o dedo na ferida, quando o Pablo trouxe a campanha “Vidas Negras Importam”, para mim é um grande obstáculo, e quando que para pessoas negras, no dia 06 de junho de 2020, em Minnesota, uma menina trans de 21 anos ela foi espancada por mais de 30 homens negros simplesmente pelo fato dela ser uma menina trans que resolveu lutar contra o racismo nos Estados Unidos, quando ela foi identificada como uma pessoa trans, ela foi ainda espancada de uma forma muito covarde.

Aqui no Brasil, a minha questão com o movimento social de negros e negras é justamente com relação ao extermínio de travestis e mulheres transexuais, em 2020 foram 175 assassinatos de travestis e mulheres trans, sendo que 78% eram pessoas negras, a pergunta é: que vidas negras que importam?

A expectativa de vida de uma mulher trans, de uma travesti, branca no Brasil é de 35 anos, quando a gente faz um recorte por raça, essa expectativa cai para 27 ou 28 anos, de acordo com a Maria Rafaela que faz doutorado no Rio de Janeiro que também é uma mulher trans negra, favelada, periférica.

Ou seja, então fazer essas interseccionalidades implicam em repensar as nossas ações políticas. Quando se busca por esses corpos na literatura, inclusive nos estudos de gênero, onde é que estão essas travestis e mulheres trans? Quando a gente analisa os estudos produzidos por homens gays no Brasil na década de 1980, na década de 1990, todo mundo é gay, qualquer travesti é nominada, naturalizada, a partir da sua biologia, ela é categorizada como um homem gay, e, pensando o movimento gay na década de 1980 e 1990 tem algumas questões a serem refletidas e minuciosamente analisadas, porque para algumas meninas serem absorvidas, serem acolhidas dentro dessa luta, elas tinham que “destransicionar”.

Não vou citar o nome do sujeito, que ainda está aí no movimento, mas era, assim, uma exigência do sujeito para poder acolher uma pessoa trans, que ela expressasse uma identidade masculina, ou seja, a biologia falava muito mais alto do que a questão cultural, do que a questão de gênero que estava sendo construída.

E aí, pensando Marisa, as “*Radfem*” aqui no Brasil, ano passado, eu e Sarah York, que é uma travesti, a Bruna Benevides que é uma travesti da ANTRA, nós publicamos um artigo em formato de manifesto, o nome do artigo era para ser “Manifesto Travesti”, a revista que publicou o artigo não aceita a palavra “Manifesto” no título dos artigos, então, tivemos que dar um “truque”, mas continuou sendo manifesto. Foi publicado o artigo e, logo na sequência, vem uma outra publicação assinada por uma mulher branca cisheterossexual e por um homem branco cisgay, chamando a nossa narrativa de violenta, chamando nossa narrativa de “cancelamento”.

O que está sendo reivindicado é o nosso lugar enquanto pensadoras e não mais esse lugar do exótico, do corpo que deve e poder ser esquadrihado pela academia, em nenhum momento defendemos a ideia de que uma pessoa cis não possa discutir travestilidade ou transexualidade, isso não está posto, da mesma forma que nós não discutimos, enquanto pesquisadoras negras, que uma pessoa branca não possa discutir as relações raciais, muito pelo contrário, nós precisamos ampliar esse debate e precisamos discutir inclusive, privilégios, que é uma coisa que não aparece nessas narrativas.

Quando Maria Aparecida Silva Bento discutiu o pacto da branquitude, o pacto narcísico, em que as pessoas brancas se juntam para alinhar suas formas de produção de saberes, é preciso também pensar que esse pacto narcísico no seu aspecto cisonormativo, e o quanto ela ataca a produção da população trans que está reivindicando esse espaço dentro da academia.

O artigo, chamado “Cancelando o Cuir”, faz críticas a uma grande ativista de gênero no Brasil que é a Indianarae Siqueira, e assim, não cita o nome dela porque simplesmente ela interpelou a Judith Butler durante o “Desfazendo o Gênero” em Salvador. É como se a Judith Butler fosse intocável, como se ela não pudesse ser questionada enquanto pesquisadora, não estou aqui questionando a qualidade teórica da Butler, mas estou aqui, reivindicando esse espaço como pessoa trans que produz saberes e, também, defendendo o movimento social como esse espaço de produção do conhecimento.

Se eu estou pensando nessas epistemologias, qual que é a minha relação com o movimento social? Como que eu dialogo com ele? Como que os conceitos produzidos pelo movimento social chegam à academia? Eles chegam da maneira como foram produzidos ou eles passam por uma transformação, por uma remodelagem, e uma reformulação para que se tenham a tutela acadêmica para poderem existir? Tem várias questões aí que me incomodam que reflito muito, enquanto travesti, pessoa negra, não posso renunciar ao ativismo dentro da academia

porque as duas coisas se interseccionam de forma recorrente porque a minha existência como pesquisadora, como pensadora, também está atravessada por esse ativismo, e de um ativismo dentro da academia.

Eu vou ler só um pedacinho do editorial da Revista Labrys, uma das revistas referências nos estudos de gênero no Brasil, esse editorial é de julho de 2017 a junho de 2018, o que mais me indignou foi o silêncio dos núcleos de gêneros das universidades que sempre se colocou como aliados dos movimentos trans, das pessoas trans, muitos núcleos de estudos que tinham produções teóricas a respeito da população trans, mas na hora de se posicionar quando fomos atacadas, houve um silêncio sepulcral por parte das universidades e isso que consigo perdoar e não consigo pensar em alianças quando as pessoas querem falar de mim, mas não querem falar comigo, então, não dá para se fazer alianças com quem fala mais alto que eu, não dá para fazer aliança com quem continua a querer tutelar a minha fala.

Então só para fechar: “Os homens que se dizem mulheres e que transformam a relação heterossexual às vezes em um lesbianismo deplorável impõem-se com agressividade quebrando a força feminina para uma modificação estrutural da sociedade. Estes transativistas que desnaturam o natural do sexo de fato robustecem a divisão mulher/homem, pois o que dependem uma exceção no mundo dos homens habituados a violência masculina na qual foram concebidos reproduzem atitudes de ataque e ódio chamando a transfobia e a exclusão”. Ou seja, essa publicação realizada em meados dos anos 2017/2018, a questão da biologia é recuperada de uma forma muito perigosa, muito violenta para dizer que mulher é aquela que tem vulva, é aquela que tem vagina, então é preciso pensar em quem são os nossos aliados.

Quero aqui agradecer imensamente o convite da ABEH, a Editora Devires pelo lançamento da coleção “Saberes Trans”, uma editora que tem dado espaço para pesquisadoras e pes-

quisadores trans publicar, no meu caso, publiquei sem gasto, sem custo nenhum, porque precisamos dessas alianças, e, assim, pensar: falamos de gente, falamos de raça. Qualquer estudo que ignore o pertencimento racial de uma pessoa, seja lá ela, branca, indígena, negra, não é um estudo que está sendo feito de uma forma adequada, qualquer estudo que ignore o gênero da pessoa é um estudo pela metade.

Fazer e pensar decolonialmente, é pensar decolonialmente o gênero, a cisheteronormatividade, a branquidade, são resultados desse empreendimento colonial e é fundamental que se pense a respeito, como pontuou a Jaqueline Gomes de Jesus, como tem pontuado a Marisa, Pablo, a partir também aqui da América, dos nossos lugares.

Ler a Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí, e ver a partir dela uma outra possibilidade de entender o gênero, diferentemente da proposta que emerge do ocidente, enfim é isso, eu tinha feito algumas anotações, e na medida em que vocês foram falando, fui fazendo outras anotações aqui, estou muito impactada, e Marisa, quero muito ler o teu trabalho. Eu penso que precisamos dessas alianças, porque gostei muito da forma como você traz as questões, e pensar decolonialmente é pensar de uma forma horizontalizada e nunca de uma forma verticalizada.

8

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: NOTAS PARA ABEH

Sônia Corrêa

Quero agradecer muito à Bruna por ter aberto esse espaço no Congresso para esse exercício dedicado a revisitar a construção dos Princípios de Yogyakarta, seus significados e efeitos, para nós, eu e Marco Prado, que fizemos a proposta original, esse exercício faz sentido por várias razões:

- a primeira é que embora o lançamento formal do documento tenha acontecido em 2007, de fato o texto foi elaborado em novembro de 2006, ou seja, não é absurdo pensar que em 2015 comemoramos 15 anos dessa invenção.
- A segunda, é que o “Brasil” ou as lutas brasileiras em torno da orientação sexual e identidade de gênero ocupam um lugar importante na história dessa invenção.
- Terceiro, o Daniel vai nos mostrar os conteúdos dos PY sejam palpáveis em incontáveis decisões de todos os

níveis do judiciário brasileiro, contudo, o conhecimento e uso desse conteúdo nunca foi de fato, extenso e nem mesmo valorizado pelos movimentos de luta por direitos humanos em relação a orientação sexual e identidade de gênero ou mesmo pelos estudos acadêmicos sobre essas matérias, exceto no campo dos estudos jurídicos, e que devemos nos perguntar por quê?

- Quarto, não é excessivo afirmar que a revisão de 10 anos dos PY feita em 2017 que implicou a incorporação de novas definições muito importantes como por exemplo a referência a características sexuais é quase que inteiramente desconhecida no Brasil, essa é, portanto, uma oportunidade de saber mais sobre esse novo documento.
- Finalmente, mas não menos importante, no contexto mais amplo das cruzadas antigênero que caracteriza o tempo presente os PY, e as pessoas envolvidas em sua elaboração tem sido alvos de ataques cada vez mais ferozes no registro de correntes que refutam a transexualidade e o conceito mesmo de identidade de gênero que nomeia os princípios. É urgente falar disso em todos os espaços de debate sobre gênero e sexualidade pois esses ataques têm sido, sobretudo, mobilizados por correntes feministas e LGB.

■ ANTECEDENTES

Um exame completo dos antecedentes do PY poderia nos levar muito longe, na verdade, as origens paradoxais do regime discursivo e político dos direitos humanos quando também se instalou o modelo dos dois sexos complementares, para lembrar Laqueur e as perversas lógicas de inclusão de pessoas, classes, grupos no humano da nova lógica de direito instalada pela ilustração., sem perder de vista essa genealogia larga, vou apenas sublinhar elementos das condições contemporâneas da elaboração e trabalho de direitos humanos que possibilitou

gestar os princípios a partir de definições já “consagradas” ou seja inscritas em tratados e convenções aprovados e ratificados por estados membros da ONU.

A primeira observação é que a epistemologia de direitos humanos legitimada no pós-guerra não foi originalista, ou seja, concebida estritamente nos termos jusnaturalistas do século 18, embora seus traços estivessem presentes, mas trazia consigo a promessa enunciada por Hannah Arendt do direito a ter direitos, ilustrada nos textos originais dos anos 1940 pela inscrição de sexo e raça na Declaração e resoluções subsequentes.

A complexa história dos direitos humanos “universais” entre 1948 e hoje pode ser lida em grande medida como um relato sobre a trajetória dessa abertura epistemológica, que teve tanto momentos de expansão como de contração, embora esse alargamento estivesse em curso desde sempre, foi nas condições peculiares dos anos 1990, quando o fim da Guerra Fria permitiu a superação da dicotomia entre DCP e DESCS e a partir do paradigma de indivisibilidade de Viena alargou ainda mais a possibilidade de inclusão não só de sujeitos como de esferas da vida no arcabouço de aplicação dos direitos humanos.

Essa é a era singular das conferências dos anos 1990, quando gênero, sexualidade, direitos reprodutivos, bem como racismo e discriminação racial e xenofobia, direitos indígenas e capacitismo invadiram a linguagem e epistemologia de DH. Como analisei em textos já antigos os PY não teriam se materializado não fosse a definição de direitos sexuais e o árduo debate sobre orientação sexual da Conferência de Pequim e seus desdobramentos em especial na frustrada conferência de Durban e sua ramificação posterior na Convenção Interamericana de Racismo (ainda menos debatida que os PY no Brasil).

■ O LUGAR DO BRASIL E OS PY NO BRASIL

O Brasil, ou melhor dizendo, as lutas brasileiras em torno de gênero e sexualidade tem um lugar não menor nessa trajetória, não só o Brasil foi, de fato um líder regional, junto com o México nas conferências dos anos 1990 nos embates negociais em torno desses esforços de alargamento, como continuou sendo parte da coalizão de apoio aos direitos em orientação sexual e IG no século 21, na verdade, foi a diplomacia brasileira que em 2003 ousou transportar o tema da orientação sexual dos debates do ECOSOC para a Comissão dos direitos humanos em 2003 apresentando a famosa “resolução brasileira sobre OS e DH” que morreria na praia em 2004 num escambo clássico entre sexo e comércio.

É importante dizer que esse compromisso da diplomacia brasileira não havia caído das alturas, ou seja, não foi definição estabelecida por meros interesses de Estado, mas recolhia e refletia os debates e ganhos da democracia em gênero e sexualidade que se assentava, apesar de muitas disputas, a medida em que a própria democracia brasileira se consolidava.

A pauta dos direitos LGBT se manteve como prioridade mesmo depois de 2010 quando o governo Dilma abandonou a pauta diplomática dos direitos reprodutivos e aborto, foi mantida durante o governo Temer e, muito significativamente não foi abandonada pelo desgoverno do presente que, em 2019, apoio a manutenção do mandato do Especialista Independente para OS GI e DH, para questionar o termo gênero ao final da negociação, um rico processo muito parecido também transcorreu na OEA desde 2004.

O que importa para o debate de fato é sublinhar uma vez mais que a resolução brasileira de 2003 foi o que inspirou a sustentação do debate nesse plano, ou seja, no CDH criado em 2005, cujo processo de constituição abria espaço para essa agenda, apesar da brutal relutância de parte dos estados membros, nessa conjunção nasceu a proposta dos PY, nesse

formato peculiar de um texto de especialistas construído com base em linguagem consagrada.

■ A RECEPÇÃO PARADOXAL DOS PY NO BRASIL

Apesar do lugar nodal que o Brasil e as lutas brasileiras ocupam nessa trajetória, a recepção dos PY foi desigual e paradoxal, abordarei isso, de maneira anedótica, ou seja, contando o caso da tradução oficial dos PY pela secretaria nacional de DH e os percalços de sua disseminação.

Como viram no vídeo, desde que lançados houve o anúncio que a SEDH iria republicar o texto com o selo da República, história, idas e voltas, na conferência em que estávamos e a publicação nunca chegava, quando finalmente chegou não estava assinada pelo secretário Vanucchi, mas sim por seu vice, em seguida despejaram 2000 exemplares na ABIA.

Do ponto de vista dos movimentos LGBT, a incorporação também foi exígua e limitada, participei talvez de 4 eventos para falar dos PY entre 2007 e 2009, depois fiz um vídeo para o CFP e depois o tema sumiu da pauta, essa paucidade contrasta com o que vimos acontecer em outros países, traduções espontâneas em várias línguas locais, como: catalão, *Thay*, *Tagalog* e japonês (um caso exemplar), e também traduções intersemióticas, ou seja, para outras linguagens, *cartoons* – Argentina e Indonésia, animação fílmica no Quirguistão, isso deixa no ar uma pergunta: por que isso se deu assim? Por que o campo OS IG no Brasil não fizeram do PY um instrumento de ativismo horizontal ou de baixo para cima?

■ OS ATAQUES E SUAS IMPLICAÇÕES

Os ataques aos IG devem ser plotados na cartografia mais ampla das políticas antigênero que, tem uma longa gestação, mas que se materializaram politicamente na última década, tenho caracterizado essas formações como hidras, por que,

Mutalibilidade, Contornos difusos, Cabeças cortadas que renascem, navegam bem tanto em águas rasas quanto em águas profundas e se reproduzem, ou alimentam outras hidras.

Não seria improdutivo pensar que os ataques a transexualidade e identidade de gênero são a um só tempo alvos de algumas cabeças da hidra original e objeto de fúria de outras hidras gestadas em outros campos, como é o caso da longa genealogia da aversão à transexualidade e ao gênero no campo feminista, mas que hoje se alimentam da energia que a hidra master vem produzindo. Em relação a essa longevidade há episódios icônicos a revistar no contexto brasileiro, como ilustrações disso, há pelo menos 2 projetos de lei contra gênero da educação da Câmara Federal que na sua justificativa citam os PY como origem demoníaca da “ideologia de gênero”.

Do mesmo modo, se reproduz em vários textos jurídicos que temos identificado desde 2018, devo dizer que eu seja citada nestes textos como mentora brasileira da “ideologia de gênero” por ter sido coordenadora acidental da elaboração dos PY é para mim, sobretudo, motivo de orgulho. Mais recentemente, ou seja, desde o ano passado, meu nome voltou a aparecer nos turbilhões discursivos da ideologia antitransgênero, agora não como ideóloga do gênero, mas como traidora das mulheres de verdade.

Essa diferença no conteúdo da acusação nos diz alguma coisa sobre as distinções e afinidades entre as variedades de hidras que hoje compõe o vasto e complexo campo das batalhas antigênero que são também, seja antessala, seja o próprio cenário dos processos de desdemocratização, como bem sabemos todes que estamos vivendo ou melhor dizendo, sobrevivendo, a hecatombe política e sanitária brasileira.

9

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: GANHOS, LIMITES E AMEAÇA

Mauro Cabral Grinspan

Tradução: Alexei Padilla Herrera (UFMG)

Revisão: Bruna Andrade Irineu (UFMT)

Agradeço muito o convite para participar desta conversa sobre os princípios de Yogyakarta, o seminário na Indonésia em que os princípios foram produzidos, foi a primeira vez que tive a oportunidade de trabalhar com a Sônia pessoalmente, continuamos a trabalhar [juntos] e ideologizar sobre gênero desde então, agradeço também à Sônia por ter me convidado para a apresentação dos princípios no Brasil em 2007, como aparece no vídeo que vocês viram e no qual aparecemos tão jovens, buscarei focar o debate aqui, partindo dos últimos aspectos que Sônia mencionou, em torno dos Princípios de Yogyakarta e da resistência histórica que eles encontraram e

encontram, como motivo da oposição aos direitos humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.

Sabemos que neste momento os Princípios de Yogyakarta e o documento que foi produzido dez anos depois, os Princípios de Yogyakarta + 10, estão sendo atacados, tanto pela oposição conservadora, aquela que fala, por exemplo, em termos de ideologia de gênero e que ela considera que os Princípios de Yogyakarta são mais um instrumento para a imposição de parte da comunidade LGBTI do que chamam de ideologia de gênero, mas que também estão sendo atacados pelas chamadas posições anti-gênero radicais, como mencionou Sonia: grupos feministas e grupos LGB, anti-trans, como representantes do que eles chamam de teoria de gênero ou teoria *queer*, genderismo, queerismo, em outras palavras, os Princípios de Yogyakarta neste momento são o alvo tanto de movimentos conservadores quanto de movimentos radicais anti-gênero.

Esse não era o caso em 2006, quando os princípios foram produzidos, como foi explicado, os princípios vieram para responder a uma oposição feroz, do que hoje chamaríamos de ala conservadora dos movimentos anti-gênero, aos avanços em termos de orientação sexual e identidade de gênero nas Nações Unidas, incluindo a resolução brasileira sobre orientação sexual, nesse sentido, e apesar do que afirmam esses movimentos anti-gênero conservadores e radicais, os Princípios de Yogyakarta nunca se propuseram a introduzir novos direitos no quadro geral dos direitos humanos, mas sempre tiveram um objetivo muito mais modesto, estabelecer a forma como o sistema internacional de direitos humanos já era aplicado às questões de orientação sexual e identidade de gênero.

Ou seja, os Princípios de Yogyakarta sempre foram e nunca foram mais do que uma aposta em relação a um arcabouço normativo jurídico existente de direitos humanos e a um conjunto de questões que afetam populações específicas ao redor do mundo, pessoalmente, estive envolvido no grupo de especialistas que discutiu os Princípios de Yogyakarta e sou

signatário desses princípios, tive que participar como alguém que reunia duas áreas de conhecimento: sobre questões trans, primeiro, e sobre questões intersex, em segundo, embora, da minha perspectiva pessoal, os Princípios de Yogyakarta tenham sido um grande triunfo para aqueles de nós que ajudaram a trabalhar especificamente com questões trans, ao mesmo tempo, eles apresentavam uma dimensão mais complexa e ambígua com as dimensões intersex.

Sabemos que palavras como: trans e intersex, não fazem parte dos Princípios de Yogyakarta, no entanto, no princípio 3, sobretudo, e no princípio 17, podemos ver os fundamentos do que hoje são as leis de identidade de gênero, baseadas na autodeterminação das pessoas, em outras palavras, os Princípios de Yogyakarta já existiam em 2006, seis anos antes da aprovação da primeira lei de identidade de gênero do mundo, baseada na autodeterminação, a Lei Argentina de Identidade de Gênero, a autonomia e autodeterminação de pessoas trans já surgia como um elemento central na definição da identidade de gênero nos princípios, especificamente, no princípio número 3, sobre o reconhecimento da personalidade jurídica das pessoas e no princípio dezessete, sobre a saúde.

Este último princípio expressou claramente a necessidade de dissociar a orientação sexual das pessoas de qualquer tentativa de transformá-las como patologias mentais ou físicas e, portanto, não apenas contribuiu para lançar as bases de leis sobre identidade de gênero baseadas na autonomia e na autodeterminação das pessoas, mas também para despatologizar as leis de identidade de gênero, mesmo antes do lançamento da campanha internacional de despatologização e antes do início do processo de revisão da classificação internacional de doenças.

Os Princípios de Yogyakarta afirmavam que o sistema internacional de direitos humanos estabelece que a orientação sexual e a identidade de gênero das pessoas não podem ser consideradas uma patologia, portanto, as pessoas não podem ser diagnosticadas, medicadas e nem curadas. É muito impor-

tante destacar isso porque os movimentos anti-gênero, tanto conservadores quanto radicais, argumentam que a despatologização das identidades trans, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual é uma questão nova, é um tópico novo no contexto da OMS, no trabalho do especialista independente em questões de identidade de gênero e orientação sexual, bem como no trabalho geral do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Porém, o vídeo apresentado já tem quatorze anos e quando nos reunimos em Jacarta, estava claro que a patologização da identidade de gênero e orientação sexual não era compatível e não é compatível com o quadro internacional de direitos humanos, essas construções que têm sido fundamentais até hoje para lançar as bases da legislação em questões de identidade de gênero e direitos humanos, são um pouco mais fracas quando se trata de questões de intersex.

Nesse sentido, o fim dos princípios foi um momento extremamente difícil, pois as questões que afetam as pessoas intersex estavam contidas em apenas um lugar dentro dos princípios, em um único parágrafo, sob o princípio 18, este princípio estabelece a proteção de todas as pessoas face abuso médico, naquele momento, considerou-se que nenhuma pessoa deveria ser submetida a procedimentos de modificação corporal, que não pudesse consentir pessoalmente, com o objetivo de fixar sua identidade de gênero.

Ao longo dos anos, nós que fazemos ativismo intersex em diferentes partes do mundo, na América Latina, no Brasil, conseguimos transformar aquela única menção em uma espécie de alavanca que nos permitiu caminhar em direção a uma redefinição do que nos Princípios de Yogyakarta apareceu como os “abusos médicos”, verifica-se que os princípios foram elaborados no início de 2006, e são apresentados e publicados em 2007.

Seis anos depois, em 2013, Juan Méndez, que à época era relator especial das Nações Unidas sobre tortura, ajudou dra-

maticamente a entender do que tratava o princípio 18, sobre “abusos médicos”, ao se considerar que essas intervenções de normalização corporal, de que falava o princípio 18, eram intervenções que podem ser consideradas formas de tortura ou tratamento cruel e desumano em um contexto de saúde, em outras palavras, o que nos Princípios de Yogyakarta foi identificado simplesmente como abuso, apareceu no relatório de 2013 do Relator Especial como uma forma particular de abuso que pode constituir tratamento cruel ou desumano.

Algo que acontece com os Princípios de Yogyakarta e com os documentos de direitos humanos em geral é que muitas vezes os tomamos como uma espécie de monumento que está em um lugar no tempo ao qual podemos voltar e transformá-lo, mas que não evolui do ponto de vista histórico, ou seja, considerando a historicidade dos documentos de direitos humanos, vemos uma relação intrínseca entre a identificação das violações dos direitos humanos contra pessoas intersex como forma de abuso médico e sua identificação como possíveis formas de tortura, tratamento cruel ou desumano em ambientes médicos.

Em 2017, fiz parte da equipe de redação dos Princípios Yogyakarta + 10, ficou claro na época que era necessário revisitar os princípios, revisá-los, ampliá-los e levar em consideração tudo o que havia acontecido, no âmbito dos direitos humanos, em relação, mais uma vez, à orientação sexual e identidade de gênero, o que aconteceu em 2017, entre outras coisas, é que finalmente foi possível incluir duas novas definições, dois conceitos-chave que vieram ampliar esses conceitos de orientação sexual e identidade de gênero dos Princípios de Yogyakarta.

Em 2017, surgiu a definição da expressão de gênero e surgiu uma definição chave para a introdução das questões do intersex, como a definição das características sexuais. Observando a definição de identidade de gênero incluída em 2007, é possível verificar que a definição introduz questões corporais e questões expressivas dentro do conceito geral de identidade de gênero

e, em 2017, essas questões corporais e aquelas questões expressivas têm seu próprio lugar, a partir dessa introdução foi possível, em 2017, agregar outros princípios, de 30 a 38, e toda uma série de acréscimos aos princípios anteriores.

Antes de concluir, gostaria de fazer uma pausa para reconhecer os pontos em que os Princípios de Yogyakarta + 10 se baseiam e vão além dos Princípios de Yogyakarta originais, não vou me referir a todos os princípios, mas aos cinco que são de particular relevância para mim, mas talvez em outras leituras possa identificar outros princípios-chave, existe o princípio 31 sobre o reconhecimento legal da identidade de gênero.

Um princípio que possui, no momento é um dos mais contestados pela oposição anti-gênero, que considera que os Estados deveriam deixar de consignar o sexo como categoria jurídica. E qual é a base que os estados devam apenas consignar ou levar em consideração legalmente as categorias que são plenamente relevantes e o sexo? Neste momento, do ponto de vista de quem preparou este documento e de quem o assinou, não é mais relevante, esse mesmo princípio estabelece que, uma vez que os Estados não estão em condições de apagar a categoria de gênero dos documentos oficiais, devem garantir o acesso rápido aos marcadores de mudança de gênero, mas também aos múltiplos marcadores de gênero, ou seja, tornando o princípio 3 dos Princípios de Yogyakarta originais uma realidade.

O Princípio 32, que fala da proteção da integridade física e mental. E, neste caso, voltando ao antigo princípio 18, ampliando o nível de proteções que apareciam, neste caso, incluídas nos abusos médicos e ampliando-as para garantir a proteção adequada da integridade física e mental. E este princípio, desta vez será complementado por uma recomendação adicional ao princípio 10, de proteção contra tortura, reconhecendo com base no relator especial sobre tortura que as intervenções realizadas para normalizar o corpo de pessoas intersex podem ser consideradas formas de tortura em contextos de saúde.

O Princípio 34 é um princípio que chama a atenção porque não parece fazer parte do mesmo arcabouço jurídico normativo dos demais princípios contidos, e é o princípio que fala em proteção contra a pobreza. E isso, para nós que elaboramos os princípios e seus signatários, parecia fundamental, na medida em que a situação das pessoas LGBTI em todo o mundo costuma estar dissociada das condições-chave de justiça socioeconômica, em particular, como a discriminação, o estigma e a violência com base na orientação sexual e identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais mantêm as pessoas vivendo na pobreza ou em extrema pobreza ou convertem as pessoas em pobres ou extremamente pobres.

Além disso, esse mesmo princípio fala do direito de acesso ao saneamento, tem um nome que às vezes não é fácil de traduzir para o espanhol, mas que visa claramente defender as pessoas LGBTI de um determinado tipo de atentado perpetrado por grupos anti-gênero, ele fala, por exemplo, sobre o acesso das pessoas a banheiros em locais públicos e em locais privados, mostra um dos aspectos mais brutais que o ativismo anti-gênero envolve atualmente, que é o uso das funções biológicas das pessoas, incluindo crianças e adolescentes, como forma de penalizar a orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais das pessoas. Estamos vivendo em um contexto em que o ataque à capacidade das pessoas de viver e sobreviver ocorre nesse nível, o de restringir o acesso de uma criança ao banheiro de sua escola.

Por fim, quero destacar o princípio 37 é o direito à verdade e, neste caso, fizemos um bom trabalho em vincular o aspecto individual do direito à verdade, tentando garantir, por exemplo, o direito de pessoas intersex a saber o que nos foi feito, de que modo os nossos corpos foram intervindos, onde está a nossa história clínica, como foram tomadas as decisões que nos foram impostas, mas também o direito das sociedades de poderem se reconhecer em sua história, de saber essas práticas, esses regulamentos, essas normas que sistemática e historicamente violam os direitos humanos das pessoas, muitas

vezes se considera que o direito à verdade é apenas um direito que diz respeito à própria pessoa e ainda assim me parece que é necessário hoje mais do que nunca, que possamos construir esse direito social e histórico de saber a verdade de quem nós somos, de poder olhar no espelho de nossas sociedades.

Como mencionei no início e como Sonia mencionou, este é um momento em que tanto os Princípios de Yogyakarta e os Princípios de Yogyakarta + 10 e as pessoas que participaram da elaboração dos princípios estão sob constante ataque de movimentos conservadores e de movimentos radicais de oposição ao gênero. Neste ponto, pessoalmente, acho importante lembrar – é algo que podemos discutir mais tarde – que tanto as pessoas quanto os documentos que produzimos podem ser interrogados, devem até ser questionados, no sentido de serem questionados, de nos questionarmos sobre a linguagem e as mudanças na linguagem, ou seja, no marco dos direitos humanos e o vocabulário dos direitos humanos que não era o mesmo, não era o mesmo em 2006 e em 2017, e com certeza vai continuar a evoluir, e haverá pessoas que daqui a cinco, dez anos, vinte anos nos dirão que os princípios são muito menos radicais do que acreditávamos, que estávamos errados em coisas que poderiam ter sido vistas de outra maneira.

Espero que as novas gerações nos olhem e nos ensinem como as interpretações podem se tornar cada vez mais consistentes com um sistema de direitos humanos cada vez mais forte, no entanto, creio que ao mesmo tempo é necessário defender os princípios, mas não por causa dos princípios que não são nem bons nem ruins em si, mas na medida em que constituem, por um lado, uma relação entre um sistema de direitos humanos que é o que é, e um conjunto de questões que merecem ser levadas em consideração, ou seja, aquelas que afetam todas as pessoas que sofrem estigma, discriminação ou violência devido à identidade de gênero, expressão de gênero, orientação sexual e características sexuais.

Nesse ponto, acredito que toda vez que os princípios são impugnados, se impugna a existência dos princípios, a possibilidade dos princípios, o fato dos princípios terem sido produzidos, o impugnado é a possibilidade de nossas comunidades apelarem para o quadro dos direitos humanos, e é isso que deve ser defendido, o que está em jogo toda vez que os princípios são atacados, o que se ataca é a nossa capacidade de nos considerarmos sujeitos de direitos humanos, porque é isso que os princípios mostram.

O que os princípios mostram é como uma pessoa gay, lésbica, bissexual, trans e intersex é um sujeito de direitos humanos, é aí que penso que, ao mesmo tempo, devemos continuar a falar sobre como melhorar a ligação entre os direitos humanos e este conjunto de questões, e como podemos fortalecer e ampliar o arcabouço dos direitos humanos, mas sem renunciar em nada ao nosso direito de sermos sujeitos de direitos humanos, isso é a síntese do que os Princípios de Yogyakarta são para mim.

10

CONSERVADORISMOS E POLÍTICA DE ÓDIO: ATAQUES FASCISTAS E DESOBEDIÊNCIAS DE GÊNERO

Carolina Iara de Oliveira

Obrigada, agradeço a paciência, primeiro que já cheguei atrasada porque estava em outra mesa, depois de complicações aqui, técnicas, tive de sair do notebook para o celular, mas finalmente consegui estar aqui com vocês, então agradeço o convite, agradeço a paciência, peço *agô*, peço licença para quem está na sala, para quem está no YouTube, para todo mundo, para as mais velhas, para mais novas, e mais novas, para os meus iguais eu peço a benção, peço a benção para Thiffany Odara (Ialorixá), um abraço para minha querida amiga, Jacqueline Gomes de Jesus, estamos aqui novamente aprontando.

Bem, eu sou a Carolina Iara, tenho 28 anos, sou co-vereadora pela bancada feminista do PSOL, sou filha de Ossain, sou candomblecista, sou co-vereadora, como já disse, pela bancada

feminista do PSOL em São Paulo, eleita com mais de 46 mil votos, sou cientista social, fazendo mestrado na Universidade Federal do ABC, estudando a empregabilidade de pessoas negras vivendo com HIV e AIDS, também vivo com HIV desde 2014, sou negra, e tenho muito orgulho disso, sou travesti, mulher intersexo, ou seja, nasci com aspectos biológicos dos dois sexos (denominados pela sociedade), passei por uma série de medidas eugenistas de modificação corporal, contra a minha vontade, na infância, aquilo que nós chamamos de “mutilação genital”.

Então, fizeram em mim “redesignação genital” logo quando eu nasci, aos seis anos e aos doze anos para que fosse enquadrada no sexo masculino porque, segundo o que preconiza, ou preconizava à época era a medicina hegemônica, com a prevalência do órgão genital, em números de centímetros, acima de 2 cm do órgão ou semi-órgão ereto, deveria, pelos padrões, ser designado com o sexo masculino, existe até uma régua, chamada “falômetro” para designar isso, e se tiver “outra coisa ali junto”, se tiver um orifício vaginal, ou algum órgão reprodutor que nomeiam, arbitrariamente como feminino, fazia-se a cirurgia para retirada daquilo para que não haja ambiguidade genital pronunciada e, hormonal, caso a tenha, e há toda uma dinâmica de mediações forçadas na infância e na adolescência para que essas pessoas sejam “normatizadas”.

Estou falando de 2% da população do mundo, então não está se falando de pouca gente, começo essa apresentação sobre mim, mas não somente, porque sou extensão do mundo, sou extensão da natureza, gostei da Thiffany falando que o Candomblé me religa, porque sou parte da natureza, então, eu roubo essas palavras, copio essas palavras de Thiffany para começar aqui porque estou dizendo de mim, mas estou dizendo da sociedade que nós vivemos.

Penso que o existir e caminhar na Câmara Municipal, e o existir no Parlamento brasileiro enquanto pessoa intersexo e enquanto pessoa que vive com HIV e que faz a afirmação que

vive com HIV. Sou uma das pioneiras em dois assuntos que não são novos: a epidemia de AIDS, que já vai aí para quatro décadas, oficialmente, e a intersexualidade está aí desde tempos imemoriáveis, desde que o mundo é mundo existe intersexualidade.

E, no entanto, eu sou a primeira parlamentar nomeadamente intersexo, nomeadamente vivendo com HIV no cativeiro chamado Brasil, então, eu já começo logo por aí para dizer que, o conservadorismo, a política de ódio, aumentou com Jair Bolsonaro, e está aumentando com as políticas de retomada da extrema-direita ao poder tanto aqui no Brasil quanto no mundo.

No entanto, Brasil, nome “Brasil” é de uma mercadoria de exploração da colônia. Ou seja, o Brasil se funda nesses aspectos de políticas de ódio e de conservadorismo. Conservadorismo e dos privilégios, das riquezas, do acúmulo de capital das classes dominantes, que tem cor, é branca; e que tem origem, europeia.

Então, nós estamos falando exatamente disso, quando a gente diz, eu que sou nomeadamente socialista, eu que sou nomeadamente de esquerda, mas como a Érica Malunguinho diz: “a gente está para empretecer” a esquerda, enegrecer a esquerda, eu tenho essa visão de que as políticas de ódio que nós estamos vivendo agora com mais sofisticação, com mais meandros, elas têm, e obviamente fazem. Parte da formação e constituição do que nós somos enquanto Brasil, nós somos, apesar de sermos as vítimas do extermínio, do genocídio, do epistemicídio.

Gostei muito da fala do João, porque mostra mesmo algumas coisas que são necessárias para pensar o fazer político, o fazer filosófico, o fazer científico, porque, enfrentamos uma polêmica com o movimento de gays por conta de um projeto de lei que, a minha amiga Erica Malunguinho estava querendo colocar com o “dossiê T”, o dossiê trans, “porque as travestis e as transexuais querem hegemonia no movimento LGBTQIA+, quer ser o “movimento T”, com as outras letrinhas pequeninhas.

E foi um horror o nível do debate, eu que sou da frente parlamentar da frente LGBTQIA+ da ALESP, antes de ser eleita, inclusive, eu já era da frente, e, eu não estou aqui para pessoalizar nada, para dizer sobre nada disso, até porque as pessoas que levaram esse debate eu tenho um respeito enorme pela sua história na militância, a questão não é essa, a questão é o discurso que está por trás, por quê há um medo da “onda negra” por parte da branquitude, existe, em certa medida, o medo da “onda trans” pela cisgeneridade, é muito interessante, ou da “onda intersexo”.

Porque, é difícil uma sessão de privilégios, e então, um projeto de lei que era uma resposta ao conservadorismo da ALESP, que no dossiê “mulher” da deputada Isa Pena, estadual daqui de São Paulo, que fez o dossiê mulher incluindo nos dados sobre violência, sobre saúde da mulher, as mulheres trans e travestis, chegou no plenário da ALESP – as mulheres trans não foram consideradas mulheres, as travestis não foram consideradas pessoas e mulheres, então elas foram retiradas, e esse outro dossiê que teve, veio para responder isso, e conseqüentemente, o estardalhaço: “como assim as gays não estão nisso?”

Em certa medida, algumas pessoas, Lésbicas, também se uniram com os gays para bater um pouco nisso, sendo que as mulheres lésbicas e bissexuais foram contempladas no dossiê anterior, no entanto, como a gente tem que viver em alianças e uniões, o mandato da Érica recua e coloca também as outras letras da sigla, essa foi a “historinha” número um, agora eu vou contar a historinha número dois, estou, essa semana, bem linda, bem bela, depressiva e competente. De repente, assusto com o estardalhaço no meu celular, porque os trabalhos na Câmara Municipal de São Paulo estão sendo feitos via remota, para que os vereadores não possam pegar Covid, e se vire a sociedade pega, estamos bem protegidos e protegidas (ironia).

E aí, começou um fuzuê, e olho assim, estava fazendo outras coisas – do mandato, inclusive –, mas ligo na sessão de ordinária que estava começando, de repente, estava lá o projeto de

lei para incentivar o combate a masturbação e a abstinência de adolescentes femininas e mulheres jovens, e isso é a política interdisciplinar das pastas de saúde, educação e direitos humanos da base da extrema-direita. E aí, foi um trabalho de hercúleo para conseguir destruir e derrubar esse projeto, no qual conseguimos êxito, conseguimos, inclusive com a ajuda e complacência de, pasmem, do presidente da Câmara Milton Leite que é conhecido por seu Império Monárquico de mais de vinte anos na Câmara.

Então, há uma institucionalização do que antes era muito hegemônico na sociedade e nem precisa tanto. Então, agora que a gente começa a adquirir espaços, começa a adquirir algumas políticas públicas, poucas, mas algumas, esses setores reagem com uma institucionalização da transfobia, uma institucionalização da política sexual, autoritária, conservadora que esses setores neofascistas, ou fundamentalistas religiosos, defendem.

Eles fazem, copiam e muito o que é feito pela *Writhe* (norte-americana) e translada para cá de uma forma bem tosca, que beira ao ridículo, mas não é ridículo porque existe uma reverberação, então, tenho bastante medo também de certos setores que ridicularizam isso: “abstinência”; “masturbação”. Isso pode reverberar, sim, em setores da sociedade que não tem a presença do Estado de bem-estar social, só tem a presença do Estado autoritário, do Estado genocida, do Estado pelo braço da PM, ou pelo Estado “miliciano/crime organizado/qualquer coisa” e aí tem como única instituição salvadora, e de benefício social, a Igreja, e essas pessoas vão ouvir esses sacerdotes, evangélicos fundamentalistas religiosos.

Estas pessoas, ou de boa-fé, ou de má-fé, mas muitas vezes de boa-fé, vão acreditar que, sim, é melhor que as filhas fiquem virgens até os vinte e um anos, como queria o projeto, para ela não ter gravidez, ou para ela não ter doença sexualmente transmissível. Por quê? “doenças sexualmente transmissíveis é coisa de vagabunda, coisa de puta, coisa de “viado”, coisa de travesti”.

Então, esses pensamentos eles começam a ser retroalimentados justamente num período em que o governo não consegue dar respostas em outras áreas, não consegue das respostas da vacina, não consegue dar respostas em retomada da economia, não consegue nada disso. E ele consegue o quê? Apenas trazer a ideia de salvação da família, de salvação moral da sociedade, trazendo todo um arsenal colonial, muito antigos vindo lá do medieval europeu, que a coisa tá ruim porque existe os pecadores, e os pecadores atacam a ira de Deus; e Deus faz tudo isso que está acontecendo – que Deus é esse? Eu não sei –, mas é isso que eu vejo acontecer e vejo bastante armadilhas que a gente pode cair, então, eu gostei da fala da Thiffany, a do Marcos eu não consegui ouvir, gostei da fala do João, porque, de fato, se não fizermos alianças de verdade, entre nós, nós vamos ser esmagadas.

Porque há muita articulação e há muita coisa a perder por esses grupos sociais com a nossa entrada no jogo social, político e econômico. É aquela coisa que, se começamos a ter nossas identidades respeitadas, incluídas, cada vez mais vai exigir mais demandas e o orçamento, a coisa pública, vai ficando cada vez mais disputado e é destinado menos para as políticas, que eu gosto de chamar de “políticas de transferência de renda para a burguesia”.

Então, é algo que eu vi isso na prática, na historinha número três que, nós da bancada feminista do PSOL, tentamos fazer um auxílio emergencial municipal, primeiro de 600 reais, depois baixamos para 350 reais, para a população sem renda, de maioria negra. E a ala governista falou: “não, porque vai quebrar a Prefeitura”, mas a Prefeitura não quebra com os perdões de dívida de todos os bancos que estão na cidade de São Paulo, também dos juros e amortizações da dívida pública também não quebra os cofres públicos.

Na verdade, toda essa narrativa, é para alimentar o assalto ao fundo público por essas classes dominantes e o resto vai acontecendo, então, o que eu tenho medo hoje, o medo de ceder

privilégio, ou de ceder acesso, como queiram, seja disseminado entre nós, entre as LGBTQIA+, de um lado, e a comunidade e os movimento, e o movimento negro, enfim, entre nós, vamos dizer entre nós, e, dentro desse medo, seja disseminada a fragmentação fraticida, não a diferenciação para reconhecer a subjetividade e as especificidades, mas essa fragmentação, separação, essa guerra entre nós e aí o neoliberalismo conseguir nadar de braçada, setores liberais, pseudoliberais, financiando movimentos em detrimento de outros, fazendo jogos de hierarquia, fazendo uma série de cooptações.

E ao mesmo tempo que esses segmentos vão brigando e fica aquela coisa, próximo ao que é o movimento sindical falando: “ah, isso aí é identitarismo, e não vamos olhar para nada” e tal, só quer saber de direito trabalhista. E aí, começa a pestanejar lá do outro lado: “não, porque essas trans querem hegemonia, e num sei o quê, e querem tirar as gays”, ou não, “agora os gays viraram inimigos”. Ou igual o Jean Wyllys falou: “aí, tão chamados as gays de yag, que horror, e não sei o quê”. Eu adoro e amo, eu critico porque eu acho que não é legal.

Enfim, fica nessas coisas e isso vem minando, precisamos tomar muito cuidado com essas questões, é preciso retomar no movimento LGBTQIA+ as pautas de saúde como processos de cidadania. Eu ouvi uma aula Magna da Jaqueline de Jesus lá em Brasília, ela falando do processo de cidadanização da AIDS, a coalização da epidemia de AIDS, que aconteceu com as travestis e transexuais, e de fato utilizou-se muito bem a pauta da saúde pública, universal e gratuita, e, agora, em plena pandemia, temos que retomar essa estratégia que é nossa, nos produzirmos, contra tudo o que diziam, temos que retomar em nossas mãos e, através disso, retomar a pauta de trabalho e renda.

Acredito também que precisamos discutir sobre empregabilidade LGBTQIA+, principalmente empregabilidade trans, intersex. Não é possível que a prostituição e o telemarketing sejam as opções hegemônicas para todo nosso segmento

populacional e nem essas políticas poucas e mendicantes, eu diria, de uma vaga aqui e acolá em empresas que se dizem nossas amigas, precisamos discutir porque 70% da população que vivem com HIV tem desemprego, está desempregado, porque 90% tá na prostituição quando se fala da população trans, porque um número enorme da população LGBTQIA+ estão só no telemarketing numa rotatividade enorme, ou no mercado informal, isso tudo precisa ser discutido, porque assim, eu posso casar, mas se eu não tiver renda para viver, se não tiver acesso à saúde para não morrer de adoecimento, que é o que mais mata a gente, que o que mais mata a gente não é o assassinato, é o adoecimento, não vai adiantar nada.

Então, gostei da fala do João quando ele fala dessa coisa do se casar, das políticas LGB terem sido priorizadas nesse aspecto de família monogâmica, enquanto a saúde trans, enquanto a pauta do trabalho, enquanto renda, estava completamente à margem. Bem, conluo, porque eu sou uma metralhadora, quando começa a falar. Agradeço, novamente, a paciência de me ouvir. Vou ficar aqui até o final para as perguntas, para os questionamentos, provocações. Axé, Obá, e que tenhamos uma boa noite.

11

FOGOS AMIGOS E DESOBEDIÊNCIAS: PALESTRA PROFERIDA NO CINABEH²⁵

João Manuel de Oliveira

Obrigada a todas pelo convite, às pessoas que me antecederam, foi muito importante para mim escutá-las. Até para me ajudar a pensar naquilo que tenho a dizer.

Queria começar também por agradecer a organização, penso que esses encontros, nesse momento, são totalmente vitais para reenergizarmos, para podermos pensar outras políticas, outras formas de ação. Fico feliz de estar aqui com a Thiffany Odara a quem peço a bênção, que é uma Iyalorixá, eu também sou de Axé, então queria já começar por isso, e é uma pessoa de Oxum como eu, então, que as águas nos ajudem a pensar e fazer ultrapassar esses obstáculos que temos pela frente.

²⁵ Optei por deixar a fala transcrita na íntegra, apenas levemente editada. Sobre estes temas, discorro mais longamente em Oliveira (2018) e Oliveira (2013).

Eu queria começar por falar um pouco, bem na linha do que a Thiffany estava trazendo, de uma série de saberes, práticas, formas de vida, que servem de resistência e antídoto a isso que estamos vivendo, também queria falar de um fogo amigo que também existe aqui no meio.

Então, olhando também para o trabalho do Marco, a minha fala é um pouco, tentar mostrar outros lados do que essa ofensiva foi fazendo e, sobretudo, o lado da resistência, mas, mostrar que nem todo mundo, nem toda agente que se encontra em uma determinada identidade pode ser considerado aliado dessa luta.

Vou começar um pouco traçando um quadro do que foram os efeitos da modernidade e da ciência moderna, aliada sempre a um marco de colonialidade, se formos pensar no início da modernidade, a Toni Morrison, vai dizer que o primeiro sujeito moderno é o sujeito africano negro, porque ele vai ser retirado de qualquer, das suas raízes e escravizado nas Américas, e é de fato sujeito desenraizado. O primeiro sujeito moderno é a pessoa que é raptada das costas de África e levada para as Américas na escravidão.

Então, essa ideia, ainda me perturba, nós estamos em 2021 e quando eu me imaginava, 20 anos atrás, eu não imaginava que estivéssemos onde estamos neste momento, imaginava, assim, uma coisa totalmente *queer*, que todas essas expressões de gênero livres, todas essas desobediências seriam abraçadas e seriam hegemônicas, pelo contrário, em 2021 continuamos nessa merda.

Então, eu já começo por exprimir meu desagrado em relação a tudo isso, e por isso que eu selecionei uma fala que não trouxesse apenas esse lado, mas, no que eu acho importante trazer, que pode servir de resistência, então, assim, se formos pensar, um dos legados da modernidade que tem sido muito descritos, não só nos estudos decoloniais e pós-coloniais, assim como na produção sobre o racismo estrutural, vamos encontrar um projeto necropolítico, que assente em política de

extermínio e assente também em epistemicídio, numa tentativa de arrasar conhecimentos. Conhecemos isso, por exemplo, em relação aos conhecimentos das populações indígenas, que são totalmente dizimados.

Então, estou querendo pensar aqui, sem deixar de lado essas questões, porque eu não acho que se possa, hoje em dia, pensar nem ativismos *queer*, nem ativismos trans, nem ativismos das dissidências de gênero, sem equacionar essas populações, porque isso já seria em si, contribuir para este epistemicídio, de contribuir com essas políticas de extermínio já existentes.

Assim, observando as produções e estudos de gênero, em que começamos, felizmente, cada vez mais, nos nossos encontros, congressos, saberes trans, saberes travestis, saberes *queer*. Saberes que não são necessariamente heteros, do ponto de vista heteronormativo, do ponto de vista da heterossexualidade enquanto regime político que organiza toda uma sociedade e saberes que não são necessariamente, estritamente, cisgênero.

E para isso temos a agradecer às pessoas trans que começaram a chegar nas universidades e a mostrar o erro que estava sendo feito, da ignorância desses saberes, e, olhando para ela como uma forma de epistemicídio, uma forma de eliminar conhecimentos, pelo contrário, o que ocorre hoje em dia, e felizmente aqui no Congresso da ABEH, é totalmente verdadeiro, temos uma verdadeira celebração de saberes anteriormente subjugados, mas que começam a encontrar lugares onde podem ser expressos, onde podem ser discutidos, onde podem ser debatidos, onde podem ser publicados.

Isso também decorre, necessariamente, de um processo de democratização dos saberes que vai ocorrer muito a partir das medidas e ações afirmativas no quadro das Universidades, e isso, no Brasil, está acontecendo mais recentemente, mas nos outros países, tem experiências que ocorreram antes, porque essas medidas foram implementadas antes.

Então eu queria contar um pouco do que foi, por exemplo, a trajetória dos estudos de gênero em alguns países, nomeadamente nos Estados Unidos, alguns países europeus e, igualmente, dos estudos Afro, eles correspondem, nesses países, as pressões dos movimentos sociais para que suas perguntas sejam respondidas também pela academia.

Então, por exemplo, em vários países, por exemplo, as pessoas, as estudantes achavam que as disciplinas que tinham não incorporavam uma dimensão de gênero e fizeram greve para que essas disciplinas existissem, e vários lugares do mundo isso aconteceu, inclusive aqui no Brasil. Então, eu acho que isso corresponde as demandas dos movimentos sociais e as demandas dos grupos, e das estudantes e dos estudantes para trazer toda uma área que estava sendo totalmente ignorada.

Esse processo que vai ocorrer também em relação a outras áreas do saber como são os estudos Afro, como são, por exemplo, os estudos LGBTI e *Queer*, vão ter que necessariamente a entrada de novos e novas pessoas para fazer esses trabalhos, para fazer esses estudos, então, não se trata só de uma democratização dos saberes, mas de um processo maior de democratização, inclusivamente, dos quadros docentes das universidades que antes eram normalmente, homens heteros, brancos, cis, na sua maioria, que vinham ensinar muitas vezes o mesmo de sempre.

Então, há toda uma dimensão aqui, de um importante desafio epistemológico, que é feito para trazer uma série de questões até antigos, não estou dizendo nada de novo. Mas, estou tentando trazer isso, para trazer um pouco do outro lado da história, porque é interessante perceber como essas áreas do conhecimento serão também muito discutidas e muito construídas nesses diálogos com movimento social, e nesses diálogos, com vários grupos, no fundo, grupo de pessoas interessadas, o melhor exemplo que eu conheço é o caso do movimento trans, que será particularmente importante nos debates sobre gênero, a partir do momento em que começa

ter acesso, a ser chamado para esses lugares e vai exercer uma política absolutamente pedagógica em relação aos estudos de gênero, dizendo: “Vocês não estão falando da gente, vocês não podem falar em nosso lugar”.

Esse tipo de justiça cognitiva que está aqui envolvida, e, justiça social, obviamente, teve implicações muito importantes nos estudos de gênero e em várias áreas, então, eu queria começar por fazer esse ponto, dessa situação, um dos lugares do mundo que eu conheci e que isso acontecia com mais força, foi exatamente no Brasil.

Então, esse panorama que o Marco apresentou, particularmente, deprimente, é acompanhado também por uma época de grande expansão dos estudos de gênero em relação à períodos anteriores, eu comecei a vir para o Brasil em 2011 e já notei nesse momento uma grande produção interessante e inovadora na área dos estudos de gênero, é o Brasil”. Porque não via isso nos Estados Unidos, não via isso em Inglaterra, não via essa força de um movimento de pessoas para trazerem uma ideia quase de uma outra ecologia de saberes. Uma ecologia de saberes que não negava a importância dos saberes ativistas também.

A aliança com ativismos, pessoas dos movimentos sociais, que trouxeram com elas, experiências democráticas extremamente interessantes permitiram reposicionar e repensar este conhecimento, pensando assim a forma como as universidades estavam produzindo e algumas de nós tentávamos escutar e aprendemos muito com essas experiências, então penso que isso é uma coisa bastante interessante, esse trânsito de experiências que vão acontecer de um lado para o outro.

Por outro lado, parece que temos cada vez mais, movimentos conservadores mais ou menos organizados entre si, a explicação do Marco foi muito elucidativa deste ponto de vista e que seria o primeiro ponto, de fato, para olhar, para entender o momento que estamos vivendo, mas, eu gostaria de atenção à estes movimentos e olhar também para algumas práticas

que estão acontecendo no quadro de um neoliberalismo gay e de um liberalismo *Queer*.

Estes conceitos trazem a ideia de que algumas noções liberais, como de algumas pessoas que tendem a ver, por exemplo, as posições anti-gênero e as posições feministas como, no fundo, dois polos de um continuum, e por isso não tem qualquer problema em integrar, tanto a versão feminista, como a versão dos ataques ao gênero, elas estão promovendo um importantíssimo desserviço! Um desserviço no sentido de “essa simetria é falsa”, porque quando estamos falando de trabalhos que tentam, por exemplo, integrar análises que aumentam o espectro da democratização, que aumentam o número de pessoas que podem se ver representadas democráticas naquele saber, é totalmente diferente de dizer: “Menino tem que vestir azul e menina tem que vestir rosa”, não há nenhuma simetria nessas posições, até porque uma é totalmente identificada do ponto de vista da manutenção da ordem de gênero e reduz o espaço da democracia de gênero, enquanto a outra abre possibilidades de vida.

O meu doutorado foi sobre questões, do debate sobre o aborto em Portugal, uma das questões que eu pesquisei no meu doutorado foi precisamente sobre a questão da imposição de uma moral cristã conservadora, que deveria ser imposta a toda uma sociedade e as nossas sociedades são sociedades de profunda diversidade, de uma diversidade grande, de morais, inclusive. Então, por qual motivo uma deve ser hegemônica em relação a outra? Por qual motivo uma deve se sobrepôr a outra enquanto projeto de sociedade? Essa é uma pergunta que eu me faço quando escuto essa gente falando.

Mas, por exemplo, eu estou querendo chegar também no fato de muitas dessas pessoas, com essa posição liberal, que vê essas duas possibilidades como simétricas, são também pessoas LGBT, então, por exemplo, nos resultados das eleições no Brasil, a quantidade de pessoas gays que tinham votado na extrema direita é relativamente assustadora, do meu ponto de vista.

Chegava os 30%, encontramos também várias pessoas que se assumem gays de direita, algumas que eu diria, mais da extrema direita do que propriamente de direita com uma tendência que está retratada em vários trabalhos meus e de outras pessoas, de uma homonormatividade (Oliveira, 2013) que vai ocorrer ali, a partir do momento em que essa inclusão das pessoas, sobretudo das pessoas gays, começa a se tornar mais evidente, com a legislação sobre casamento, uma inclusão que é feita dentro de um quadro relativamente familiar e que muitas vezes deixou de lado, determinadas pautas de ativismos trans, que foram consideradas secundárias em alguns países.

Isso está bem retratado, por exemplo, no caso português, em que a agenda do movimento primeiro tinha que resolver o casamento e depois as questões Trans, viriam depois, então, essa coisa de “as pessoas trans podem esperar”, os outros grupos podem esperar, é uma estratégia que em alguns lugares é identificada como uma certa hegemonia GGG que existe nos movimentos.

No caso português estamos com uma situação que eu acho que é bem interessante, que ilustra isso que eu estava dizendo, um caso de um apresentador de televisão assumidamente gay, Manuel Luis Goucha, que toma como convidados do seu programa várias figuras de extrema direita, alegando estar representando a democracia, então a democracia passou a ser a inclusão da extrema direita num programa que é apresentado por um gay.

Uma tendência também é uma forte comercialização e mercantilização das identidades, sobretudo gay, mas também lésbica, e da diversidade, tipo Benetton, para promover determinados produtos de determinadas empresas, ou seja, um campo que se começa a conseguir entender de um namoro sério do neoliberalismo com a comunidade LGBT, por exemplo, sobre o apoio político às pessoas de extrema direita, o patrocínio por alguma indústria e por algum comércio LGBT ao atual presidente do Brasil, quando era candidato.

Então existe aqui todo um espaço de fogo amigo, de pessoas que supostamente imaginaríamos que estivessem contra a homofobia, transfobia, a favor da democracia, que, no entanto, parecem se posicionar em outros lugares, em outros lados.

É possível encontrar um conservadorismo em muitos lugares, em muitas disciplinas, estou pensando, por exemplo, na minha, na psicologia, isso ocorre toda hora em que, determinados estudos que continuam um legado transfóbico, homofóbico, continuando usando determinados tipos de referenciais teóricos, expressões que continuam a subalternizar várias populações de dissidentes sexuais e de gênero, por outro lado, a contínua e a persistência de uma visão transfóbica e patologizante em muitos estudos, feitos esses sim, sobre pessoas trans enquanto objeto de estudo e chegando sempre nas mesmas conclusões conservadoras e pouco interessantes e patologizantes, obviamente.

Estes processos visam subalternizar a comunidade trans e para além disso, outros também enaltecem o modelo monogâmico entre população LGBT, hegemonia da monogamia como forma única de vida, o modelo familista e muitas pessoas usando também algumas posições contra pessoas não-binárias, ou seja, tentando conter a variedade de formas de viver o gênero e as sexualidades, isso acompanhado também de uma coisa particularmente assustadora, no meu ponto de vista, que é a questão da prevalência, de uma certa forma de um feminismo transfóbico que está cada vez mais evidente nas redes sociais e conquistando muita gente.

Então assim, eu penso que é necessária uma posição bastante firme aí em relação a essas posturas e essas posições, e não tratar da mesma forma, com esse certo relativismo liberal que encontramos em algumas comunidades que tentam tratar essas coisas como simétricas e não são simétricas, não é simétrico a pessoa dizer, da inclusão de pessoas trans, da inclusão de mulheres em outros lugares e outra pessoa vir e dizer: “Sim,

mulheres sim, mas trans não são mulheres”, é transfobia pura, de feminismo isso tem zero, isso só tem transfobia.

Então, é muito importante darmos atenção a essa questão, desse fogo amigo que começa minar algumas comunidades e começa trazer vários problemas, então, assim, complementando um pouco a fala do Marco, não são só inimigos de fora, também temos inimigos de dentro e fogo amigo que podem ser muito complicados de lidar, como são essas formas mais rígidas de ver o gênero.

Então, essas formas, que são parte da ciência moderna ligada a colonialidade, ligada a colonização, ligada ao eurocentrismo, por oposição a esses modelos que são de um pensamento de subjugado, de um pensamento muito mais ligado a expressão da dissidência sexual e de gênero, ligado a própria ideia de que o gênero não é um ponto fixo, pode ser também um trânsito e muita gente se vê neste trânsito. Então, por que as suas experiências contariam menos do que as experiências de quem sente seu gênero como fixo? Como determinado por grandes estruturas? Então, a minha aposta é exatamente nos processos que a Thiffany trouxe, os processos dessa pedagogia da desobediência.

Algumas de nós, enquanto professores e professoras universitários/as, temos uma obrigação de não ensinar apenas os velhos modelos canônicos que muito contribuíram para chegar na situação em que estamos e trazer essas produções, e trazer essas formas de pensar, trazer essa “fechação” para conseguir pensar de outra forma dentro dos estudos de gênero, dentro dos estudos feministas, dentro da teoria trans, dentro de uma série de propostas inovadoras e interessantes que estão ocorrendo.

Trazer, por exemplo, e ter atenção sempre, se é escolhida apenas autores e autoras cis ou heteros, autores só homens cis, autores/as só brancos/as para constar em uma bibliografia de uma disciplina, a gente está contribuindo diretamente para a manutenção da cishnorma, do androcentrismo, do heteros-

sexismo e do racismo estrutural, então, esse tipo de trabalho, esse tipo de pedagogia, eu acho que é absolutamente essencial como forma de vacina contra essas ideias que estão rolando aí e que são, ao meu ver, são expressões de uma crise que esse sistema conservador que já se encontra há muito tempo, sistema clássico de gênero que há muito tempo está sob pressão e muitas dessas expressões vem desses corpos desobedientes que estão aí fazendo a luta contra eles, e que de alguma forma, vão deixar a sua marca também nesses movimentos.

Então, eles estão se organizando tanto que estão com medo de perder a possibilidade de botar a pata em cima da gente, a questão que eu penso que é absolutamente essencial, é continuar a mostrar a nossa variedade interna, não gosto da expressão diversidade, sempre me faz lembrar da Benetton, então a nossa variedade interna, as nossas dissidências múltiplas, não apenas uma.

E, também, a possibilidade de poder constituir coalizões ativas, provisórias, contra determinadas coisas ou a favor de determinadas coisas, pensem no que é, por exemplo, o que foram as lutas, o que são as lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos. Quando se estava fazendo o debate sobre o aborto em Portugal, uma das vozes importantes que nos ajudaram neste debate foram as Católicas Pelo Direito a Decidir, aqui do Brasil. Então, às vezes, essas coalizões são com pessoas que não se espera e eu queria alertar para essa necessidade de pensar uma forma um pouco mais ampla, e pensar dessa forma de criar movimentos que possam resistir a esta onda conservadora.

PERGUNTAS E DEBATE

Primeira coisa, a mim foi feito uma pergunta: “O que o movimento pode fazer?” Essa é uma pergunta que nunca pode ser feita para uma pessoa, é uma pergunta que tem que ser feita coletivamente porque não temos, ainda, respostas possíveis

a tudo e só chegaremos nessas respostas coletivamente, e não vamos chegar lá por que de repente alguém vem e diz: "Agora vamos fazer isso!" Não. Isso vai acontecer através de ações de democracia participativa, democracia radical, em que as pessoas possam se encontrar, possam se articular, penso que essa questão é essencial, precisamente, o que isso ajuda a conter essa dimensão uma certa fragmentação fraticida, essa tentativa de uma fragmentação em que cada grupo vai para o seu lado e cada grupo vai defender os seus interesses próprios.

Então, é mais interessante, por um lado, que essas políticas de defender o interesse próprio são importantes também, mas existem questões que afetam vários grupos ao mesmo tempo, quero acreditar que somos capazes de manter uma solidariedade entre esses diferentes movimentos, então, através dessa solidariedade, através dessas ações, que podem não beneficiar um indivíduo diretamente, mas que tornam as nossas sociedades melhores lugares para viver como um todo.

Então, tem toda uma questão que é muito importante, de projetos que nos ajudam a refundar coisas, que nos ajudam a criar outras formas de agir, outras formas de pensar e outras formas de nos articularmos, sendo que essa articulação pode acabar no momento seguinte e criar-se outras, elas não vão ficar para sempre, não necessariamente servem para tudo, há questões que pode contar com pessoas A, B, C, D e E, e outras já não, outras já precisam se articular com outro grupo, então é abrir um pouco essa racionalidade política para uma coisa muito centrada na prática e na ação.

É importante começar por problematizar a questão dos cuidados como formas coletivas de resistências ao próprio neoliberalismo, porque de fato, a proposta do neoliberalismo é a pessoa que se vire, é o empresário de si mesmo, o que é muito problemático o quadro de precarização, como estamos vivendo, por exemplo, aqui no Brasil, em um quadro que cada vez tem menos apoios, a cada vez as pessoas encontram mais dificuldades até para conseguir comida, e isso me parece uma

questão essencial, essa questão de pensar e priorizar os cuidados, os afetos.

Por outro lado, também, é bem importante trazer aqui e relembrar que hoje a Faixa de Gaza está sendo invadida por Israel mais uma vez, estão destruindo tudo, queria ter dito isso logo no início, mas só agora que me lembrei, e, me solidarizar com o povo palestino que está neste momento sofrendo um terrível ataque daquele Estado militarizado, colonial, que continua a fazer uma ocupação colonial da Palestina.

Como conseguir transformar questão do cuidado coletivo como uma coisa absolutamente central? Porque isso é uma forma de resistir ao neoliberalismo, trazer a interdependência entre as pessoas, que as pessoas não vivem sozinhas, as pessoas não existem por si só, ninguém vive assim, e que, a forma como o Estado neste momento, o Estado mínimo cada vez mais neoliberalizado está lidando com as pessoas, é uma forma terrível, é uma forma que só aumenta a precarização da vida, que tudo ameaça.

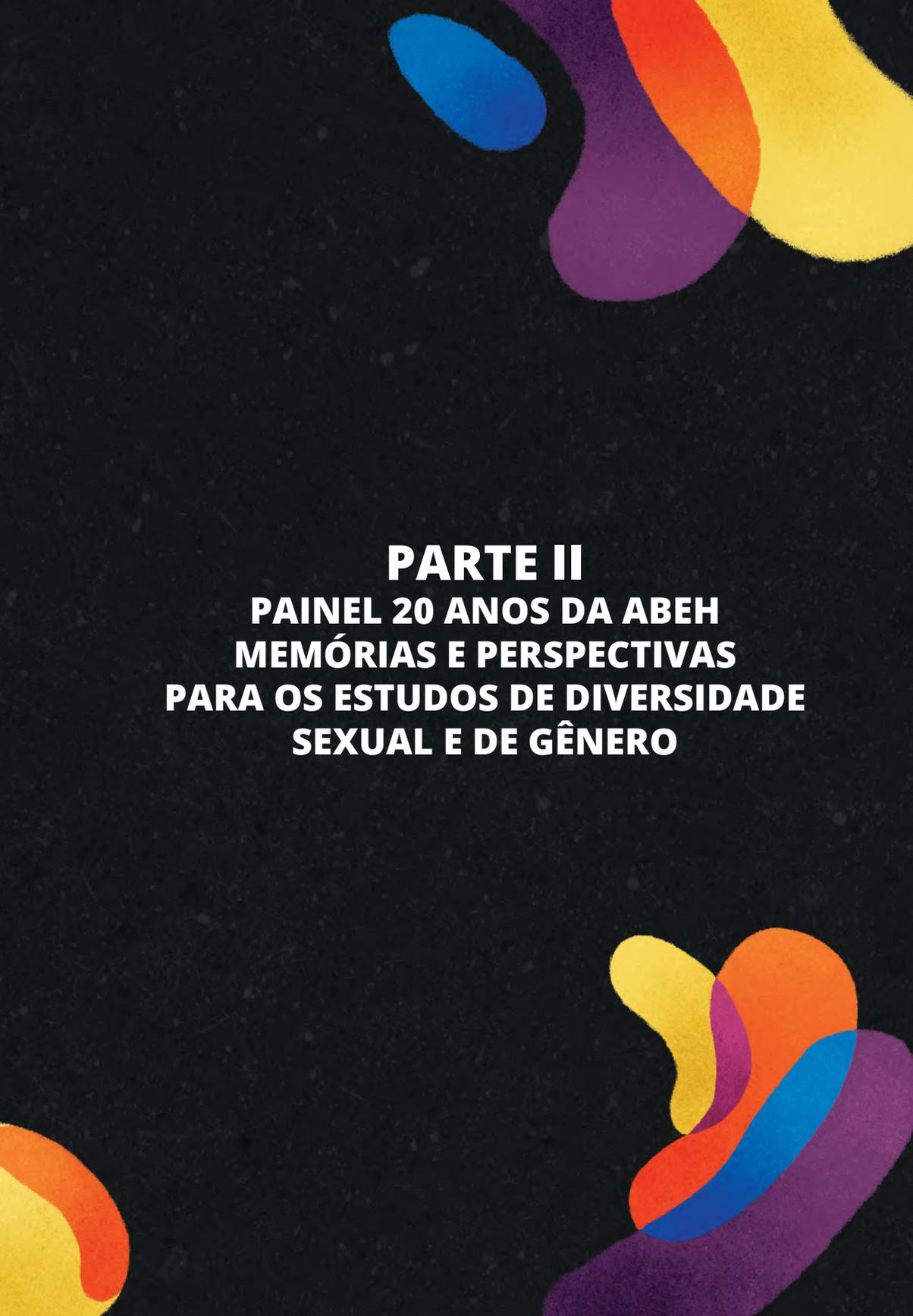
Então eu queria terminar por aqui. Agradecer a atenção de todo mundo, nessa forma difícil que é olhar para uma tela tanto tempo, e muito obrigado pela paciência.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, João Manuel de. **Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações transfeministas e neoliberais de uma cidadania de" consolação"**. Psicologia e Sociedade. 2013, vol. 25, n. 1, pp. 68-78.

____. **Desobediências de Género**. 2018. Salvador: Devires.





PARTE II
PAINEL 20 ANOS DA ABEH
MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS
PARA OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE
SEXUAL E DE GÊNERO

12

20 ANOS DA ABEH: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Mário Lugarinho

Primeiro, devo agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui com todos os colegas, especialmente os que muitos não vejo há bastante tempo como Bruno e Anderson, o Denilson, estou dividindo a mesa com meu marido, Emerson, um prazer enorme, uma honra muito grande de estar aqui com todos vocês, quero agradecer realmente este convite que você tinha feito na Parada de SP ainda em junho de 2019.

Então, é um momento que havia projetado há muito tempo e é muito legal que estejamos, pelo menos, aqui reunidos, mesmo que seja nessas condições. Bruna, espero que ninguém se sinta ofendido, você reuniu uma mesa jurássica! Falar dos primórdios da Associação, é falar mesmo de um outro tempo, de um tempo muito distante e que de forma alguma, o que

nós tínhamos em perspectiva naquela época, naquela altura, é o que existe hoje.

Minha vinculação, para quem não sabe, com a ABEH, se dá exatamente no nascedouro da Associação, nos momentos anteriores ao aparecimento dela, em uma época que ainda não existiam os grupos de pesquisa da CNPq (talvez, se existissem, nós não tivéssemos fundado a Associação), porque era uma forma de nos agregarmos de uma forma bem menos tensa do que a forma como foi lá nos primórdios e até pelo menos a oficialização da Associação que se deu na gestão do Bruno Leal (2005 – 2006), muito trabalho talvez tivesse sido evitado naquela altura, mas era exatamente da forma como as coisas aconteciam, como tinham que acontecer e principalmente com a perspectiva que nós tínhamos.

Falo que todos nós entendíamos que era necessário dar visibilidade, enfim, aos estudos, que, na altura, chamávamos de gays e lésbicos na Universidade Brasileira, tirarmos a universidade do armário! Tirarmos as pesquisas e as pessoas de dentro do armário das universidades, sermos acolhedores àqueles que estavam escondidos dentro do armário e que com suas pesquisas também ficavam dentro do armário, era esse o principal objetivo que a ABEH teve, desde o seu momento de seu nascimento e nos anos anteriores a este nascimento, que foi 2001, se não me falha a memória, foi no dia 12 de junho de 2001 que aconteceu a assembleia que fundou a ABEH, proclamando a sua fundação.

Uma coisa que eu sempre falo, porque eu digo que somos jurássicos é que pelo menos, desde o Congresso de 2012 (UFBA), sou chamado pela ABEH para falar da memória da ABEH, é como se nós precisássemos continuamente voltar ao passado para não perdermos um fio da nossa própria existência, para as gerações mais novas de pesquisadores entenderem muitas vezes as dificuldades, não só as dificuldades, mas a história e o próprio desenvolvimento dos estudos da diversidade sexual

no Brasil, isso é muito importante, porque se nós perdermos este fio, nós vamos perder muita pesquisa realizada, muito trabalho realizado, muita reflexão já feita.

Uma das coisas que mais me exaspera, em situações acadêmicas, é principalmente lidar com pesquisas que estão re-inventando a roda e que poderiam ter um ganho muito maior se fizessem a revisão daquilo que já foi feito. Isso é muito importante, por isso acho que este fio da memória, que nós estamos de alguma forma celebrando aqui neste momento, é muito importante para as pesquisas de diversidade sexual, agora acrescentadas às de raça-etnia no Brasil.

A ABEH, parece ser a única Associação científica do mundo dedicada ao estudo da diversidade sexual vinculada as áreas de ciências humanas e sociais, ela tem essa visibilidade internacional que é grande, não posso deixar de dizer que essa visibilidade internacional ela começou desde o primeiro momento em que começaram a ter os primeiros eventos no Brasil a respeito.

Eu me reporto aos três primeiros encontros históricos de Niterói (UFF, 1999, 2000 e 2001), que antecedem a fundação da ABEH, e ao interesse que havia no mundo em relação à discussão da diversidade sexual. Nós somos efetivamente frutos daquilo que já foi chamado “renascimento dos anos 90”, que se dá exatamente naquele período da globalização crescente e ao mesmo tempo, de uma certa paz mundial e ao aparecimento efetivo das políticas identitárias, com suas reivindicações mais que necessárias naquele momento.

Ao mesmo tempo do “renascimento” do movimento então chamado Movimento Gay brasileiro naquela altura, que logo se converte em Movimento LGBT, (e aí as letrinhas vão sendo acrescentadas ao longo do tempo). Nós somos frutos daquele tempo e como tal, temos uma responsabilidade muito grande com aquilo que vem se dando de construção, organização e de produção do conhecimento, por isso são memórias tão importantes.

Por falar em memória, não quero deixar de falar, de sublinhar a ausência, felizmente, possível de ser recuperada, que esteve conosco desde o primeiro momento, que o tempo em que foi vivo, foi respeitado, considerado muito norte na nossa investigação, que foi o Professor José Carlos Barcellos, não quero deixar de nomeá-lo neste momento e de outras pessoas que infelizmente não estão aqui conosco, não por terem partido como o José Carlos partiu, em 2008, mas, por sua importância como foram o João Bosco Hora Góis, o Lindomar Darós, o Sérgio Aboud, o Leonardo Mendes, o Emerson Inácio, hoje, meu marido, e, de longe, o Rick Santos, que eram membros do nosso grupo de estudos na UFF e ajudaram, não apenas na organização dos primeiros encontros em Niterói-RJ, mas foram decisivos para fundarmos a ABEH.

Além deles, quero lembrar do nosso primeiro presidente eleito, que foi o Deneval Siqueira da Universidade Federal do Espírito Santo, que, com um esforço imenso, organizou o I Congresso, em Vitória, e que foi o Congresso para o encaminhamento da fundação da ABEH, quando votamos os seus estatutos. Houve dificuldades enormes intra e infra instituição, inclusive (isso eu gosto sempre de lembrar), da desistência de última hora do conferencista que faria a abertura. Tivemos literalmente que caçar um nome significativo, e, aí, fomos contemplados com uma conferência magnífica do João Gilberto Noll, no lugar daquele convidado, que infelizmente não pôde comparecer.

Eu resolvi fazer um elenco de momentos memoráveis dos Congressos da ABEH, como por exemplo, também neste Congresso de Vitória, a fala do Denilson Lopes que apresentou na cidade de Vitória, na Universidade Federal do Espírito Santo, uma fala maravilhosa, sobre a discussão do sublime em Kant e, para ilustrar, trouxe um trecho de um filme gay pornô com uma cena em que aproximadamente 65 homens se relacionam sexualmente, uma cena pornográfica., isso foi genial! Como eu estava na mesa, ao lado do Denilson, eu me lembro de ver o

rosto das pessoas assistindo e ele tratando das categorias do sublime em Kant, especialmente sobre o "excesso", foi memorável. Deveria ter sido filmada! Entrar em um documentário sobre a ABEH!

E houve outros momentos geniais e que não devem ser esquecidos, como o II Congresso, em Brasília (2004), com a presidência do Denilson, foi quando o Congresso Nacional abrigou o Congresso da ABEH, e isso foi algo emocionante estarmos no Congresso Nacional, significava uma abertura muito grande, para tudo, reconhecimento, por parte do Poder Legislativo da República, da autenticidade do nosso trabalho.

Há outros momentos incríveis para serem lembrados, como no III Congresso, em Belo Horizonte (2006) que, com o Bruno Leal e a Eliane Berutti, que tive a honra de fazer parte de uma diretoria (acho que foi a única vez em que fui membro efetivo de diretoria da ABEH), desse Congresso, eu destaco dois momentos nele, pela primeira vez, houve uma discussão teológica no âmbito da ABEH, e não foi levada pela mão de José Carlos Barcellos, foram estudantes e estudiosos de teologia, pós-graduandos em teologia, muito interessados em estarem presentes no Congresso e aprenderem conosco.

Outro momento, foi a conferência do Luís Mott, naquele momento em que ele destacou a importância da nossa Associação, sendo um pesquisador tão antigo, com todo respeito, o nosso "mais velho", o seu reconhecimento, foi muito importante. Como também a referência feita pelo João Silvério Trevisan, na última edição de *Os devassos no Paraíso* (2018, p. 527) à Associação, em que, em pelo menos dois parágrafos, ele destacou a importância da ABEH para a história de *Os Devassos no Paraíso*.

Eu não vou nem discutir, porque vou deixar o Emerson falar sobre isso, que foi a importância do Congresso em São Paulo (USP, 2008). Emerson foi da diretoria, ele pode falar do Congresso de São Paulo de uma forma muito mais apropriada que eu, já naquela altura me sentia um dinossauro.

Como você falou, Bruna, ao me apresentar, sou professor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, há uma expressão muito cara na África de Língua Portuguesa, especialmente em Angola, que é a expressão que designa afetuosamente os ancestrais como “os mais velhos”, são os ancestrais daquele que fala, não me coloco nessa posição de “mais velho”, para não me considerar ainda um ancestral (afinal, estou bem vivo!), apesar de já ver a terceira e a quarta geração de pesquisadores a partir de mim.

Mas insisto nessa condição de jurássico para deixar claro, vi lá o “início”, nós testemunhamos o “início”, e como é satisfatório ver aonde chegamos! Com facilidade, a ABEH reúne mais de mil pesquisadores em cada um em seus eventos, disseminando o estudo da diversidade sexual no Brasil e abrigando todas as possibilidades da diversidade sexual, isso, penso eu, que é um motivo de muito entusiasmo para o que virá, há uma demanda tão grande e cada vez maior por essa discussão.

Assim, vou me encaminhando para o final e acho que a fala do Denilson foi ótima para me complementar, concluo falando justamente do interesse das gerações mais novas, quando pude constatar num pequeno e despretensioso curso de extensão sobre Literatura LGBTQ, recentemente oferecido, e que foi ministrado pelos membros do grupo de pesquisa que coordeno na USP, houve uma demanda, para um curso *on-line*, de 1.500 inscrições, a divulgação foi feita em uma semana, por alguns poucos canais, e houve 1.500 inscrições! E nós só podíamos atender 50, isso mede bem o interesse sobre a discussão, que não vai se apagar, apesar de qualquer intervenção mais estúpida do cenário político.

Continuo com isso tudo, sendo mais otimista com as gerações mais novas, penso que vocês fazem um trabalho genial, os “mais novos” chegam cheio de entusiasmo e vontade! Eu acho que a gente tem mais que estimulá-los neste fio da memória. Quando menciono o fio da memória, quero enredá-los

nesse fio e imaginar e ver o que eles fazem daquilo que nós propusemos há 20 anos, há 15 anos, 10 anos, 5 anos. Termino, assim, a minha fala. Obrigado, Bruna, pela oportunidade. Muito obrigado!

■ FALA DE ENCERRAMENTO

Bom, vamos lá rapidinho, quero te dar os parabéns antes de mais nada Bruna, por toda essa iniciativa, esse trabalho enorme, que imagino que você tenha tido nesse período todo conturbado, absolutamente adverso, que atravessamos, parabéns mesmo por tudo, por esse trabalho, faço votos que as coisas cheguem ao final com todo o sucesso que tem que ter, só vou acrescentar uma coisinha bastante importante, partindo de todas as falas que houve, e que ouvindo todas as falas que especialmente me tocou, quando você e o Anderson me chamaram a atenção para história de vocês, é o processo. Nesse processo desses 20 anos, a do Anderson desde lá do começo, e peço desculpas pela recusa do seu trabalho, deve ter sido no segundo encontro, em Niterói, 20 anos atrasados, e eu peço desculpas porque eu não sabia disso, houve uma série de equívocos no segundo encontro com relação a recepção de trabalhos propostos, era um desejo naquela altura, abrir o foco dos eventos para outras possibilidades, dada a quantidade de trabalhos que recebíamos, mas, em 2000, não tínhamos estrutura, nem apoio.

Os eventos de Niterói começaram com 37 trabalhos inscritos, pularam para 64, em 2000, e chegaram a mais de 90, em 2001, não estávamos preparados para essa repercussão, por isso, os equívocos, que, acredito, foram corrigidos no terceiro encontro e com a fundação da ABEH. Mas falando sobre especificamente sobre os seus comentários, Bruna e Anderson, rapidamente, como é importante ter isso registrado, e afirmar que essa foi, e é, a perspectiva que tivemos desde o “início”, não de formar pessoas, mas de dar-lhes condições para a sua

formação, quando eu disse que era tirar a universidade do armário, era dizer realmente, de dentro da universidade que nós temos, que nós também podemos ser e podemos fazer, fazer a nossa parte de ciência, era isso, parabéns, mais uma vez. Beijos!

13

20 ANOS DA ABEH: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Denilson Lopes

Diante dos 20 anos da história da ABEH, minha participação é relativamente breve e se resume aos seus primeiros congressos, o primeiro quando o presidente era Deneval Azevedo, em 2002, realizado em Vitória, na Universidade Federal do Espírito Santos, e o segundo, em 2004, realizado em Brasília, na Universidade de Brasília, quando fui presidente. Depois, eu deixei de participar, em parte, por outros interesses teóricos e motivos profissionais que me levaram a apresentar trabalhos em outras associações. Só vi algumas mesas, quando estava em Salvador por conta da curadoria das mostras sobre *New Queer Cinema*, quando Leandro Colling foi presidente.

Outra observação inicial, é que desde que comecei a pensar sobre o que deveria falar aqui, as lembranças de lugares e dos encontros estão mais claras do que datas e para várias lem-

branças tive que recorrer a memória armazenada na internet, não sei se cometi algum equívoco, desde já me desculpem.

Minha história na ABEH está intimamente vinculada com o surgimento de meu interesse pelos estudos *queer*, tanto quanto consigo lembrar, meu primeiro contato mais decisivo com essa área de estudos aconteceu entre 1995 e 1996, quando estava com bolsa-sanduíche de doutoramento no Centro de Estudos Culturais da *City University of New York* sob a supervisão de George Yudice, que tinha conhecido pessoalmente no encontro da Associação Brasileira de Literatura Comparada realizado em Niterói, na Universidade Federal Fluminense, em 1992.

O que nos aproximou foi o romance *Stella Manhattan* (1985) de Silviano Santiago, que George traduziu para o inglês e foi publicada pela *Duke University Press*, em 1994. Foi sobre *Stella Manhattan* que fiz minha dissertação de mestrado e sobre esse romance fiz essa minha primeira apresentação em congressos. Apesar do autor e do romance, o que me primeiro me fascinou então eram as relações entre olhar e memória, simulacro e afeto, friso essa última palavra que também não usava então e que será crucial para o meu retorno aos estudos queer em paralelo a um trabalho historiográfico que hoje realizo.

Mas foi em Nova Iorque, em meio a tantas descobertas pessoais, afetivas e intelectuais, que me deparei com o *queer*, a palavra começou a aparecer em vários lugares, lembro de uma banda chamada *The Queers*, cujo nome tinha sido dado para rimar com *beer*, mas as letras das músicas já falavam de ambivalências do desejo, me lembro em especial de uma música em que um garoto hetero falava de seu amigo gay apaixonado por ele.

Na universidade, queer aparecia então não só associado a alguns nomes entre os quais o de Judith Butler é o que mais teve repercussão entre nós, mas também no campo da arte, cheguei a ver uma mesa na *New School* com artistas relacionadas ao que ficou conhecido como o *New Queer Cinema*, também o termo *queer* estava presente no movimento polí-

tico, por exemplo, *Queer Nation*, criado em Nova Iorque por membros do *Act Up*, em 1990, que problematizava uma visão gay e lésbica, a questão trans parecia menos visível, de classe média, exclusivamente assimilacionista marcada pela conquista de direitos, nos EUA, união civil ou casamento, adoção ou constituição de família, aceitação de LGBTs nas forças armadas, *queer* era um claro contraponto ao que podemos chamar hoje de hetero, homo e trans normatividades e sintetizava o desejo de construção política de um lugar em que gays, lésbicas e trans, os principais sujeitos políticos então, pudessem se encontrar com heterossexuais simpatizantes e aliados.

Meu maior interesse, contudo, era como os estudos queer e a militância poderiam contribuir para o conhecimento das artes. Ainda, no programa de estudos de performance da *New York University*, foi crucial assistir ao curso *Sex in Public* oferecido por José Muñoz, então professor recém-contratado, hoje já falecido. O que foi discutido lá foi crucial para o seu livro *Disidentifications*, publicado em 1999, importante contribuição para a relação entre estudos queer e questões pós-coloniais e raciais.

Na minha volta ao Brasil para concluir minha tese de doutorado em sociologia na Universidade de Brasília, uma das minhas dúvidas cruciais era saber se poderia conectar a experiência *queer* com a produção cultural brasileira, uma posição para mim era clara, não queria ser visto como aquele rapaz que falava de autores e obras não estudadas no Brasil, que trazia as novidades da metrópole, e usava uma palavra pouco conhecida que ao ser dita em português sem tradução escondia o seu potencial contestador, desde então foi para mim importante pensar se os estudos *queer* teriam alguma importância, como deveria ser evitado que eles fossem instrumentalizados numa outra realidade social e histórica.

Era então fundamental dialogar com a produção artística bem como crítica e teórica realizada no Brasil que poderia ser lida como queer mesmo quando a palavra não era explicitamente usada, a ponte foi construída, especialmente no meu

caso, pelos escritores Silvano Santiago, João Gilberto Noll e Caio Fernando Abreu, e resultou na minha resposta à questão acima no livro *O Homem que amava rapazes e outros ensaios*, publicado em 2002, no qual exatamente pelas preocupações que mencionei, eu quis evitar usar a palavra *queer* no título.

Apenas para reforçar essa dúvida sobre que termo usar lembro que quando Christopher Larkosh, tradutor e professor da Universidade de Massachusetts em Dartmouth, falecido há pouco tempo, Marcelo Secron Bessa, autor de *Histórias Positivas* e *Perigosos mas nem tanto*, dois livros fundamentais sobre a AIDS no Brasil, resolvemos propor uma mesa para o congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, em 1998, em Florianópolis, e escolhemos o título de *Vida Viadas, Estéticas Bichas*, o que reforça a preocupação que mencionei.

Ainda, meu livro *O Homem que amava rapazes* não teria sido também possível sem a série de três encontros inicialmente centrados na relação entre literatura e homoerotismo realizados em Niterói, na UFF, em 1999, em 2000 e já, em 2001, gradualmente, o evento se converte num formato mais interdisciplinar apesar da hegemonia dos estudiosos de literatura, sendo que no último encontro cultura substitui literatura, a partir desses encontros é que foi criada a ABEH, por um conjunto de então jovens professores, recém-doutores e pós-graduandos, basicamente homens gays (e não era por falta de interesse na questão lésbica, mas quando nossa primeira colega ficou mais próxima de nós, Eliane Berutti, professora da UERJ, ela se interessava bem mais pelas experiências trans), a palavra homocultura, salvo engano, foi trazida pelo colega Wilton Garcia, hoje professor da UNISO, para tentar contemplar essa abertura, esses encontros não eram não só trocas intelectuais, mas sempre terminavam nas noites das cidades onde nos encontrávamos.

Em São Paulo, não lembro mais se por causa de encontro da diretoria ou de algum outro evento, acabamos indo parar na Sogo, que acho que não existe mais e que tinha um bar no térreo, e no andar superior que ficava um labirinto

de pequenas salas de pegação, em que a luz ia gradualmente diminuindo até chegar num *darkroom* no fim. Claro, que todo mundo subiu para o andar de cima ou quase todo mundo, até que pelas tantas um amigo veio dizer que Wilton Garcia estava sozinho no bar cochilando, quase dormindo.

Então vamos chamar todo mundo para descer, no fim, estava faltando um amigo, então subimos de novo e nada de encontrar. Bom, então outro amigo entrou na abertura para o *darkroom* e chamou esse perdido, no fundo do silêncio dos gemidos, veio uma resposta: deixa a menina gozar, demônio, cinco minutos depois nosso amigo perdido apareceu embaixo e fomos embora.

Além dos encontros que motivaram a criação da ABEH, nessa época, os poucos eventos em estudos de gêneros, entre eles o mais importante, o Fazendo Gênero, cujo primeiro congresso internacional aconteceu em 1994. Se concentrava sobretudo numa abordagem feminista ao falar de gênero, é importante, lembrar que a emergência dos estudos *queer* se deu tanto como uma crítica aos estudos representacionais – gays, lésbicos e trans bem como ao pouco interesse que o feminismo tinha pela masculinidade, pelas homosociabilidades e homoafetividades, termos importantes então.

Também grupo militantes se multiplicavam. Eu mesmo participei por um breve tempo no Estruturação em Brasília e no Arco-íris no Rio de Janeiro. E é bom lembrar que a hoje chamada Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, designada pela sigla ABGLT, foi criada em 1995 e tinha por papel reunir os grupos militantes brasileiros, o que foi mais uma razão pela qual a ABEH se concentrasse em agregar pesquisadores.

No período em que estivemos na diretoria (Wilton Garcia, Sergio Aboud, Mário Lugarinho e eu), entre 2003 e 2004, nosso esforço (e aqui é importante mencionar a comissão organizadora da qual fazia parte além de Sergio Aboud, Berenice Bento, Marcelo Larcher que foi meu aluno na UnB, hoje jornalista,

Henrique Codato, então meu aluno e já falecido, e Luciano Mendes, hoje professor na Universidade de Brasília), nosso desejo era afirmar cada vez mais a ABEH como um espaço plural de encontros para além do grupo fundador.

Nessa perspectiva, o congresso foi aberto pelo Professor Thomas Waugh da Universidade de Concórdia, especialista em pornografia, e contou com diversos colegas de diversas regiões do Brasil e fora do Brasil. Estiveram presentes pesquisadores da Argentina, Peru, México, Inglaterra, EUA, Canadá, de onde veio nosso palestrante da abertura, e foi, pela primeira vez, novamente se não me engano, que tivemos apoio financeiro não só de entidades de pesquisa (CAPES, CNPQ, FAPESP) mas de instituições que incluíam, além da própria Universidade de Brasília, o centro cultural banco do Brasil de Brasília e a comissão de direitos humanos da Câmara dos Deputados, houve 188 trabalhos inscritos e em torno de 300 participantes, 5 vezes mais do que acontecera no primeiro congresso, como está registrado no livro *Imagem e Diversidade Sexual*.

Como era a primeira vez em que estava à frente da organização de um congresso maior, a correria foi tão grande que mesmo hoje tenho pouco ou nenhuma lembrança de amigos meus que estiveram presentes, a ficha só caiu na festa de encerramento, organizada por André Costa, então André Isnt, DJ e organizador de festas eletrônicas, hoje professor de arquitetura na UnB, realizada no subsolo do CONIC, espécie de Shopping Center alternativo em Brasília onde havia sedes de sindicatos e de partidos de esquerda, salas de cinemas, sauna, New Aquarius, a boate gay mais antiga de Brasília.

No CONIC, também punks, skatistas e roqueiros de várias tribos se reuniam, prostitutas, michês e estudantes da primeira faculdade de teatro de Brasília criada por Dulcina de Moraes, se misturavam, achávamos que melhor lugar não haveria para representar o espírito plural que a associação deveria representar, nem sei se apresentei nesse congresso, mas me lembro da festa, exausto, mas contente, logo ficando no chão

da entrada com um garoto, do fim da noite não lembro de nada.

Tentei seguir os tópicos que Bruna nos pediu, espero que tenha conseguido algo de interesse, por ter ficado tanto tempo afastado é difícil para mim pensar no hoje e no futuro, se pudesse destacar algo ainda seria frisar a importância de se pensar os estudos *queer*, hoje gosto mais do nome que no século passado, como um campo inter e transdisciplinar e com uma diversidade teórica.

Quando a ABEH surgiu havia poucos espaços institucionais para se discutir as experiências LGBTTIQAP+ e das letrinhas que chegarem, hoje grande parte das associações profissionais e de programas pós-graduação já incorporaram esse debate em mesas, grupos de trabalho, eventos, talvez o desafio seja pensar em que a ABEH pode trazer que não está nessas associações, é crucial também repensar o formato de apresentações de 15, 20 minutos.

A experiência mais satisfatória acadêmica que tenho tido são os grupos de trabalho da COMPÓS, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, em que os seminários temáticos se reúnem por dois dias em que apenas 10 trabalhos são apresentados, os trabalhos são disponibilizados previa e integralmente aos participantes e a cada um é concedida uma hora para apresentação do autor, do debatedor e para a discussão dos participantes, mas são sugestões, mais comentários que não sei se contribuem em algo.

Por fim, não esqueçam nos encontros presenciais ou virtuais, das festas, deixem as meninas, meninos, meninos gozarem! Essa frase é ótima e acho que vou lembrar até o final dos tempos.

14

ABEH: UM PERCURSO AFETIVO POR UM MOMENTO DE CONSOLIDAÇÃO

Bruno Leal

Este texto tem um tom afetivo, na recuperação de uma trajetória e de um momento específico da história da ABEH, as informações sobre a Associação e contextos históricos são articuladas a uma narrativa pessoal, essa escolha diz respeito a alguns aspectos a meu ver fundamentais. A ABEH foi, no período em que atuei na Associação, um lugar de encontro e de acolhimento, decisivo para seu fortalecimento e cujos impactos nos percursos acadêmicos de diferentes pesquisadoras e pesquisadores são reconhecíveis e frutíferos.

Ao mesmo tempo, trata-se, aqui, de reconstituir um momento histórico no qual diferentes pessoas – algumas que não estão mais entre nós – tiveram um papel muito importante, estive presente nos processos que levaram à fundação da ABEH, no momento de sua institucionalização jurídico-legal, e em diferentes congressos, o último que participei foi o de Salvador, já faz alguns anos, afastei-me, portanto, do dia a

dia da Associação e dos seus encontros, mas não de forma planejada ou em função de qualquer discordância, à medida que algumas outras atividades ganharam força e fôlego, não encontrei condições de um maior envolvimento e mesmo de comparecer aos congressos, não que eu não sinta falta.

O meu envolvimento com a ABEH seu deu de modo mais intenso por cerca de 10 anos, num período em que a Associação se consolidava e quando eu estava nos meus primeiros passos na carreira de pesquisador, entre o final do doutorado e as atividades iniciais como professor junto Departamento de Comunicação e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação na UFMG.

O tom afetivo, portanto, é um modo carinhoso de honrar e reconhecer a importância da ABEH e das pessoas que marcaram sua existência em certo período, não lembrarei os nomes de todas e todos e algumas informações podem ter alguma imprecisão, especialmente aquelas que extrapolam o meu período na diretoria da Associação, explícito então, novamente, o caráter narrativo, de escrita de uma memória afetiva e espero que as e os colegas que não nomear aqui sintam-se representados e acolhidos.

O percurso desenvolvido neste artigo é um tanto linear, partindo do meu contato com os Encontros de Literatura e Homoerotismo, em Niterói, ainda no final dos anos 1990, e chegando à segunda metade da década seguinte, procuro, um tanto sucintamente, reconstruir um dado momento, um contexto, e para isso apresento informações e impressões. Por certo, recupero aqui uma experiência da ABEH, a que permanece em mim e que me marcou, reconhecendo ser este apenas um pequeno fragmento dos trânsitos e vivências abrigados pela Associação.

Fui presidente da ABEH entre 2004 e 2006, na companhia de alguns colegas queridos, entre eles Eliane Beirutti, naqueles tempos, a Associação vivia um período de institucionalização e afirmação, o caminho que levou à diretoria havia começado

há pouco mais de 6 anos, quando fui ao I Encontro Literatura e Homoerotismo, abrigado na UFF pelo Mário Lugarinho, em 1999, enviei um resumo ao encontro, às cegas, atraído pelo seu tema central.

Estava na transição do terceiro para o quarto ano do doutorado em Literatura Comparada, na UFMG, quando estudava romances contemporâneos, dois deles, “Onde andaré Dulce Veiga?”, de Caio Fernando Abreu, e “Em nome do desejo”, de João Silvério Trevisan, que tematizavam o amor entre homens, com o resumo aceito, fui a Niterói na cara dura, por conta própria, e não conhecia ninguém ao pisar no corredor das salas do prédio do campus Gragoatá que abrigou o Encontro.

O Encontro era algo inédito e resultado de um gesto de muita coragem, a universidade sentia os impactos das reformas neoliberais implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo em que o país se estabilizava economicamente, abria-se, não raro forçosamente, à internacionalização; discutia, impactado, os desafios e implicações da globalização; e saboreava, não sem conflito, a experiência democrática recém-conquistada.

Os estudos literários se renovaram com a chegada dos estudos culturais, responsável por uma significativa diversificação teórica e uma maior atenção a alguns temas de pesquisa, havia, no Brasil, porém, muito pouca produção acadêmica sobre os temas LGBTQIA+. Mesmo os estudos de gênero e feministas encontravam-se num momento anterior à renovação e fortalecimento que aconteceram nas décadas seguintes, Judith Butler, por exemplo, hoje tão reconhecida na academia brasileira, era praticamente desconhecida.

Nos encontros em Niterói, reuniram-se pesquisadoras e pesquisadores de gerações diferentes, alguns já reconhecidos, como José Carlos Barcellos e Bernardette Lyra; outras e outros ainda em meio aos seus mestrados e doutorados, como o Emerson Inácio e o Wilton Garcia; e alguns e algumas já com alguma trajetória acadêmico-institucional, mas ainda jovens,

doutorados relativamente há pouco tempo, como Denilson Lopes, o próprio Lugarinho, Eliane Beirutti, além deles, alguns pesquisadores que atuavam em universidades no exterior, como Rick Santos e Fernando Arenas.

Considerando o silêncio acadêmico brasileiro sobre gênero e sexualidade, os debates abrigados nos Encontros foram balbúrdias transformadoras, ainda tateávamos nas construções teóricas e nas abordagens de várias questões e temas, mas ali, no corredor da UFF, me deparei com uma grande hospitalidade, em sentido próximo ao que define Derrida (2003), e com uma grande variedade de temas, abordagens e fenômenos.

Se havia um predomínio de pesquisadoras e pesquisadores de Letras, já estavam ali, também, gente da Sociologia, da Comunicação, da Educação, da História, muitas e muitos de nós éramos inspirados pela “Epistemologia do Armário”, de Eve K. Sedgwick, pelos trabalhos de Jurandir Freire Costa e Thomas Waugh, pelas pesquisas do grupo de Medicina Social da UERJ, e pelos livros iniciais de Butler.

Os Encontros em Niterói foram a base para a criação da ABEH, foi no terceiro encontro, por exemplo, que o termo “homocultura” começou a circular, em sintonia com outros que tinham força no momento, como “homoerotismo” e, um pouco menos popular, “homossociabilidade”, hoje, entendo que ambos, eventos e a Associação, foram parte da militância e do esforço que várias e vários de nós fazíamos para tirar a Universidade do armário e que continuou nos anos seguintes, já no século XXI.

A proposta de criar uma associação científica nacional dedicada à homocultura nasce nesse momento como uma ação provocativa e séria, de pautar, inserir e legitimar questões e estudos LGBTQIA+ na universidade brasileira. A ABEH, nesse cenário, ao mesmo tempo em que canalizou e abrigou o trabalho de várias e vários de nós, se articulou a diferentes ações que fazíamos nas instituições nas quais trabalhávamos.

Após o término do Doutorado em 2000, me tornei, em 2002, professor do Departamento de Comunicação da UFMG, iniciando também os primeiros passos como pesquisador de pós-graduação, por isso mesmo, não fui ao primeiro encontro da ABEH. Estive no II Congresso, em Brasília e lembro-me bem de um trecho do “Minhocão” da UnB e especialmente dos corredores do Congresso Nacional, mais especificamente da Câmara dos Deputados, onde Denílson Lopes e Berenice Bento conseguiram abrigar parte do II Congresso.

Foi um ato simbólico estarmos ali, no Congresso Nacional, marcando presença tanto como pesquisadoras e pesquisadores, quanto era o caso de várias e vários de nós como pessoas LGBTQIA+. Naquele momento, o horizonte do reconhecimento legal das parcerias homoafetivas e da criminalização da homofobia era algo muito distante, ainda o seria, a depender do Congresso, aliás, foi ao final desse segundo encontro, que fui eleito presidente da ABEH, com o mandato de 2 anos, referente a 2004-2006.

No início dos anos 2000, havia um grande trabalho de institucionalização das associações acadêmicas brasileiras, ao mesmo tempo que começaram a surgir (e a renascer) algumas outras, num movimento coerente com a diversificação e crescimento da pesquisa no país, uma preocupação comum a quase todas elas era o seu estatuto jurídico, importante para possibilitar, ratificar e legitimar apoios, parcerias e pedidos de financiamento, abrigar ações político-sociais e também como modo a dar segurança e reconhecimento legal. Nascida em meio a esse cenário, a ABEH também tomou para si esse desafio, assim, se a tarefa primeira da nova diretoria era o planejamento e a realização do III Encontro, já bianual, em 2006, parte do tempo foi dedicado a esse processo de institucionalização.

A diretoria da qual fiz parte, é bom destacar, não tinha ninguém do Direito, éramos, e continuamos sendo, pesquisadoras e pesquisadores de Letras, Comunicação, Sociologia, Psicologia, dessa forma, entender esse processo de institucionalização, com seus meandros e implicações, não foi fácil e envolveu

mais de uma reunião, consultas a advogados e muitas dúvidas em relação aos caminhos a seguir, aos poucos, construímos escolhas importantes. A ABEH foi formalmente fundada nesse período, a partir da documentação já elaborada na assembleia final do II Congresso, com sede jurídica em Belo Horizonte, tendo como endereço oficial uma das salas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG.

Através de um contato do pesquisador de memória LGBTQIA+, Luiz Morando, que trabalhou por anos no GAPA-MG, procurei a Contabilidade Arantes, que assumiu a assessoria contábil da Associação, que atualmente continua a prestar serviço à ABEH e sempre que encontro com a Mônica, sua diretora, ela me pede notícias sobre as atividades e ações, a necessidade de uma assessoria contábil me pareceu um cuidado à época, em função do recém-adquirido estatuto jurídico, que trouxe, porém, consequências imprevistas e para as quais a Contabilidade Arantes foi importante. Entre elas, a necessidade de pagamento anual da taxa contra incêndio da Prefeitura de Belo Horizonte.

Passado esse momento de conversas, trocas, consultas jurídicas e letras burocráticas, foi possível focar na organização do congresso, que iria se articular, na UFMG a um conjunto de outras atividades, voltadas às questões LGBTQIA+ que desenvolvíamos, naquele momento, eu e outros colegas tínhamos uma militância institucional forte, no ímpeto de tirar a Universidade do armário, um processo, como sabemos, ainda em curso, e buscando tornar cotidianas questões e temas ligados a gênero e sexualidade, uma dessas atividades foi a disciplina “Crítica de mídia: Introdução aos Estudos sobre Homoerotismo”, na graduação em Comunicação, no segundo semestre de 2004.

Segundo Luiz Mott, que gentilmente nos enviou uma carta nos congratulando pela iniciativa, foi a primeira vez que questões LGBTQIA+ eram tema de uma disciplina específica em um curso de graduação no Brasil, não sei se esse ineditismo é comprovado, mas a disciplina teve uma repercussão inesperada, em mais de um sentido, a sua oferta causou certamente

um rebuliço na Faculdade, a ponto de sermos matéria de capa do segundo caderno de um dos jornais de Belo Horizonte (“O Tempo”), que na época tinha uma rara coluna semanal dedicada aos temas “GLS”.

Foi por essa notícia que Luiz Mott ficou sabendo da disciplina, quando a planejamos, não tínhamos nenhum parâmetro acerca de como seria sua receptividade entre alunas e alunos, como uma atividade optativa, ela poderia até mesmo ser cancelada, caso sua procura fosse baixa, tivemos, para nossa alegria, mais de 20 pessoas matriculadas, ao olharmos o diário de classe, outra surpresa, o alunado era majoritariamente feminino, havia, se não me falha a memória, apenas um aluno inscrito, que, aliás, como ficamos sabendo, não é LGBTQIA+.

Houve outras repercussões da disciplina, como os comentários jocosos e maliciosos por parte de colegas, que, por sua vez, se viram às voltas com outras ações, como o projeto “Encontros sobre homoerotismo”, organizado por mim e por Marco Aurélio Máximo Prado, o projeto de extensão se propunha a trazer, em intervalos regulares, convidadas e convidados para palestras em torno de gênero e sexualidade, isso fazia com que as paredes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG ficassem tomadas, em ritmo mais irregular do que gostaríamos, por cartazes com um enorme “h” (de “homoerotismo”) pelas paredes.

Essas ações e suas repercussões configuravam o ambiente no qual a FAFICH receberia a ABEH em 2006, elas se mostraram também seminiais, creio que a ABEH e o III Congresso foram fundamentais para os desdobramentos que se seguiram, a disciplina “inédita” se tornou regular, “Mídia, Gênero e Sexualidade”, para os cursos de Comunicação, ela se juntou a outras na UFMG que, por sua vez, estimularam, já nos anos 2010, a constituição da formação transversal, para a graduação, em Gênero e Sexualidade: Perspectivas *Queer*/LGBTI. Já o projeto “Encontros sobre Homoerotismo” foi uma das ações que levaram à instituição do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTI, o NUH, até hoje bastante atuante e do qual fui o pri-

meiro coordenador, em parte dada a minha recém-adquirida expertise com letras jurídicas.

O tema central do III Congresso da ABEH, em julho de 2006, foi “Discursos da diversidade sexual: lugares, saberes, linguagens” e foram apresentados quase 300 trabalhos de diferentes áreas, como Letras, Sociologia, Comunicação, Educação, História, entre outros, ao planejarmos o III Congresso, eu e Eliane Beirutti, entre outras e outros, tínhamos a expectativa de um aumento significativo de inscrições e público. Já tinha um crescimento importante na participação do primeiro para o segundo congresso e estávamos todos na ABEH trabalhando para que os números fossem ainda maiores na terceira edição, não foram. Houve um crescimento pequeno e importante sem dúvida, mas aquém da “explosão” que viria acontecer em congressos subsequentes, acredito que o III Congresso foi um momento de consolidação: a ABEH, ali, mostrou que não era um projeto efêmero e sim duradouro, como seu novo estatuto jurídico indicava.

Mesmo não sendo tão grande quanto esperávamos, o congresso exigiu um esforço considerável para organização e estrutura, a proposta era mesmo de ocupar a FAFICH, com as atividades se desenvolvendo em diferentes espaços do prédio da Faculdade, isso começou, aliás, bem antes da abertura do evento, uma vez que meu gabinete, no quarto andar do edifício, se tornou a sede da secretaria do Congresso e da ABEH.

Agradeço até hoje a meu colega, Fábio Martins, com quem dividia o gabinete, a paciência e a solidariedade, uma escolha importante marcou essa “ocupação”: os lanches dos intervalos foram num saguão do primeiro andar, quase em frente à Diretoria da Faculdade e ponto de passagem entre a FAFICH, a Faculdade de Letras e a Escola de Ciência da Informação.

Se não houve um aumento exponencial de participantes, o III Congresso guarda alguns marcos, um deles foi a mesa em que se discutiu religião e sexualidade, com a participação de um dos líderes de uma igreja evangélica inclusiva, foi a primeira vez que a ABEH abrigou essa discussão, num momento em que essa

vertente religiosa estava chegando ao nosso país, outro marco foi a edição dos anais em CD, com ISSN, o que lhes deu *status* de publicação, atualmente anacrônico, o CD com os trabalhos do evento foi uma novidade à época, quando a internet banda larga ainda era um horizonte e não uma realidade.

Outra ação importante, em 2006, foi a atenção ao registro da memória da ABEH que buscava respeitar a trajetória de quase dez anos de trabalho e que também já indiciava a longevidade da Associação. Elaine Beirutti foi decisiva nessas ações, o tom afetivo e memorialístico deste tom se dá, em grande parte, em consonância ao que se buscou iniciar naquele momento, deve-se também ao meu atual interesse e às pesquisas sobre as historicidades dos processos comunicacionais.

A referência à discussão sobre religião e sexualidade, que contou, inclusive com presença de um líder evangélico, reúne duas características importantes dos Encontros e da ABEH: a interdisciplinaridade e o acolhimento, essas qualidades trazem algo do que de melhor foi e é a experiência nesses momentos e espaço, os Encontros em Niterói foram, desde o seu início, marcados por essas duas características, que se estenderam a todos os congressos da ABEH que participei, em Belo Horizonte, a discussão teológica se deu em meio a outras, sobre pornografia, sobre corpos, sobre filmes e obras literárias, sobre experiências gays, lésbicas, trans, vários e várias de nós transitávamos por mesas, trabalhos, temas e debates, que se revelavam momentos de interlocução e descobertas.

Aprendi muito na ABEH e aprendo até hoje com as/os colegas, se quando fui a Niterói não conhecia ninguém, fui aos poucos descobrindo diálogos, afetos e perspectivas até então pouco familiares, agradeço enormemente os momentos de receptividade e estímulo intelectual que vivi nos Encontros, a interdisciplinaridade se concretizava, na ABEH, em algo que me chamava atenção em vários momentos, e que parece forte, potente, um esforço crítico e teórico, uma preocupação reflexiva com a diversidade de experiências LGBTQIA+.

Foi na ABEH que eu descobri abordagens teóricas que eu não conhecia, experiências e realidades sociais que me eram pouco acessíveis. Esses foram alguns dos momentos em que percebi o quanto essas realidades, mais do que informação, forneciam modos de pensar, de deslocar entendimentos, de fazer, produzir, fazer pesquisas, horizontes teóricos, metodológicos e conceituais, creio que isso só é possível pela característica interdisciplinar e acolhedora da ABEH, que, nesse sentido, busca fazer jus à amplitude de reflexões e experiências LGBTQIA+.

Em meio aos debates calorosos, alguns bem intensos, outros amenos e ainda outros em que se sentia uma tensão imprecisa no ar, a ABEH mantém o humor, um humor ora irônico, ora duro, ora carinhoso e muitas vezes bicha, esses momentos são inesquecíveis e complementam a maneira gentil, receptiva, simpática, dos tratamentos pessoais nos corredores, nos cafés e dos bares à noite, porque, afinal de contas, a festa é política.

Se havia debates pesadíssimos, se nos deparávamos com situações muito delicadas, com relatos de exclusões e violências, eles não impediam momentos de afeto e graça, creio ter visto algumas das performances acadêmicas mais deliciosamente *queer* nos encontros da ABEH, em meio às discussões diversas, às diferenças e divergências naturais e necessárias entre as e os participantes, havia sempre espaço para a leveza, o humor, a viadagem, a lesbianidade e outras insubmissões necessárias para os encontros acontecessem de maneira cuidadosa e humana, sendo afetuosamente produtivos.

Como indiquei no início deste texto, a ABEH que evoco aqui é que se inscreve na minha experiência, tenho obviamente consciência de que outras experiências mais ou menos felizes ocorreram e que se darão no futuro, espero, porém, que a ABEH preserve seu caráter interdisciplinar, sua acolhida, sua bichice, sua *queerness* mais que necessárias para a resistência a momentos e situações de desconstrução e ódio, e para a criatividade, a abertura de sentidos e possibilidades, para a alegria afetiva e intelectual do encontro.

REFERÊNCIAS

DERRIDA, Jacques; DEFOURMANTELLE, Anne. **Da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

15

20 ANOS DA ABEH: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Emerson Inácio

Eu estou adorando essa tarde desse nosso encontro aqui tão gostoso, vou reiterar Denilson, eu fico aqui pensando que na condição de mais novinho, eu e o Roberto sempre fomos mais novinhos, e que eu envelheci, mas os meus colegas, não. Ainda bem, todos temos as mesmas caras, pelo jeito também, a mesma paixão pela arte de se encontrar, e aqui, não vou nem entrar nesse detalhe, eu sinto falta de gente o tempo todo sociável como eu sou, todos já sabem.

Quero dar um salve para quem não está aqui nessa mesa, mas talvez estejam nos assistindo, que eu fiz questão de divulgar para a geral, lembrar também de algumas pessoas que estiveram nesse processo com a gente, desde lá de Niterói: Robério Silva, Lindomar, Sérgio Aboudi, Miriam Alves, escritora aí que

agora está recebendo finalmente os grandes louros que sempre mereceu, Cátia Bezerra de quem nunca mais ninguém teve notícia, ninguém mais ouviu falar da Cátia, se alguém souber nos informe, por favor, a irmã Rick também outra desaparecida.

Gente que de certa maneira compôs conosco esse percurso de afetos, vou começar pela parte engraça da coisa toda porque nós de certa maneira disseminamos a confusão de gênero e logo naquela altura veio o, *Can't USA América* em que havia uma fala da *Belieze*, a enfermeira trans que vira anjo, enfim, aquela figura quase demoníaca, monstruosa e deliciosa que falava justamente de um paraíso gay em que a confusão de gênero seria o grande motor.

Lembro que não sabíamos quem a se referir, eu o Sérgio Abudi e o Robério conversando, só estávamos todos por ela, mas lá pelas tantas tinha Miriam, tinha Cátia, tinha uma série de outras pessoas também no evento de Niterói, que eram seres do sexo feminino, do gênero feminino, enfim só que todo mundo era ela, e não sabíamos mais que ela era ela, enfim, e a outra, o pobre do Silvio Renato Jorge que já foi nosso representante de área na CAPES, etc., presidente da ANPOLL essas coisas, que durante muito tempo teve que desmentir que não era gay, que ele andava com Mário César Lugarin, com José Carlos Barcelos, então o universo inteiro compunha uma tríade gay da literatura portuguesa da federal fluminense.

E passando agora para essas três provocações que a Bruna nos mandou, minha relação acadêmica e meu percurso acadêmico com a ABEH, e as memórias que destaco, que de certa maneira vão voltar outras aí e que eu espero dar bem enquanto campo, eu quero inicialmente destacar que um jovem rapaz que naquela altura, tinha uma dissertação de mestrado no gatilho e foi justamente os encontros em Niterói, depois no doutorado novamente isso também volta a acontecer, que motivou justamente uma mudança drástica de curso.

Eu estava pensando teologia e literatura, e vou me embrenhar justamente num livro que me foi mandando pela profes-

sora, já falecida, Nelina Vaz Coelho, professora aqui da USP que manda pelo Zé Carlos um livro para mim: “olha, manda esse livro pro seu aluno ler isso” e aí vim parar onde eu estou nesse momento. Depois no doutorado, que eu jurava que ia estudar Camões, que ia fazer uma coisa bem conservadora, bem clássica novamente, vou para uma das nossas atividades da ABEH, um dos congressos, e saio de lá de novo tendo a certeza de que daria um passo atrás para me dedicar as questões que de fato me interessavam naquela altura, hoje em dia ainda interessam, um pouco menos, primeiro porque eu percebo, de maneira muito chateada, e o Lugarinho, vivemos juntos, trabalhamos juntos, pensamos juntos, já sabe disso, vejo de maneira muito chateada a falta de avanço, e a falta de avanço teórico muitas das vezes sobretudo, em determinadas áreas, nem vou falar da minha, porque eu não posso falar do quintal dos outros, em particular os estudos de literatura que envolve questões LGBTQIA+ que não há um avanço, sempre repito isso para os meus alunos: “Ah, eu quero estudar Caio Fernando Abreu”.

Então vai lá e lê a tese do Bruno, é bem mais tranquilo do que você repisar um chão pisado que já foi muito bem pisado e muito bem trilhado, tem que descobrir outras coisas, ao lado disso também, se percebermos que outras áreas, inclusive nos estudos feministas, muito particular, que é uma área com o qual estou sempre esbarrando, nós temos todo um processo de descolonização teórica, de centramento do pensamento, se voltar para nossas coisas da América latina, para as nossas coisas do Brasil, nós temos essa excessiva importação de teorias que muitas das vezes não nos descrevem, ou que não descrevem as particularidades do que é ser Gay, do que é ser Lésbica, do que é experimentar as possibilidades todas, falo especificamente de estudos de literatura brasileira, e pensando em colonialidade do pensamento, penso que seja perigoso, que estamos no momento que é fulcral mudança epistemológicas, mudanças de paradigmas de pensamento e a gente ainda insiste em determinados recursos, em determinados procedimentos, em determinadas pegadas.

Ainda a respeito desses desafios que penso que o campo vai nos impondo, esses dias, um colega, que já não me lembro mais exatamente quem foi, me disse: “a área de Letras perdeu a hegemonia na ABEH”. Meu bem, nós temos vários problemas nessa história, primeiro que eu não quero hegemonia nenhuma de nada, viu, sou contra isso, não quero isso. Isso talvez tenha ocorrido muito por culpa da própria área de Letras, eu estou fazendo aqui uma metacrítica, uma metareprodução, enfim, mas uma culpa da própria área de Letras em função do seu engessamento em determinadas coisas, para piorar a situação nós temos uma produção literária brasileira que de certa maneira, ela já nasceu para ser canônica, uma produção literária LGBTQIA+.

Eu sempre acho legalíssimo encontrar a colega Amara nas bibliografias dos cursos de literatura brasileira, no que eu quero chegar com essa história? Que não há, por exemplo, em particular, para área de letras no que diz respeito os estudos LGBTQIA+ essa mesma atenção que foi estabelecida, por exemplo, pelos estudos negros brasileiros, ou pelos estudos das mulheres, feministas que sejam. Na verdade, a ruptura nasceu, já nasceu na intencionalidade da tradição, essa hegemonia, essa perda de hegemonia que o colega indicava, apresenta de certa maneira: “ah, não participo mais,” eu acho que ela é muito perigosa na medida também que requer de uma associação como a nossa cada vez mais múltipla, é muito bom que seja múltipla, requer da nossa área em particular, dos estudos literários, repensar também seu papel nisso tudo.

Na sequência, eu peguei aqui, a produção daqui de São Paulo: “Retratos do Brasil Homossexual”, e aí, pensando disso tudo, as produções mais contemporâneas, coletâneas, o quanto que, por exemplo, determinados pontos da nossa discussão não avançaram. Posso parecer repetitivo para alguns aqui, mas não houve de fato, a partir de um pensamento já manifesto eu não sei exatamente quanto pelo Denilson e pelo José Carlos que era a questão da superação dos paradigmas críticos. Nós estamos, de certa maneira, sobretudo, nesse meu campo

mais particular, repetindo sem fazer nenhuma metacrítica a esse respeito.

Agora, é sempre bom a gente lembrar nesse jogo de memórias que vamos reconstruindo aqui que tinha três *modus operandi*, tanto nos eventos de Niterói que permaneceram por algumas ABEH, e depois, claro, algumas pessoas se dispersam, outras morrem. O modo teórico formado pelo Denilson, pelo Mario, pelo Jose Carlos, daqueles das atividades que ele ainda veio participar, e que por exemplo precisamos recuperar de alguma maneira, essa questão que de uma maneira ela é metacrítica, que ela é metateórica, para pensar: “afinal de contas, estamos fazendo o quê? Pensando com que?” Lembrar também desse módulo militância, e entre nós ainda houve, e ainda há, ainda bem. Porque fomos acusados durante muito tempo, de desbaratarmos a relação entre a academia, ou de enfatizarmos a relação entre a academia e militância.

Então a medida em que outras pessoas foram chegando, gente que vinha da militância, como é o caso do Sérgio Aboud, como é o caso do Rick, para falarmos dos antecedentes, e mais recentemente, sobretudo de figuras, por exemplo, como Jacqueline, que vai laçar essas duas dinâmicas, e por último, nesse três pontinho aí do teórico, do militante, o campo das experimentações, e lembro aqui do Wilton e das diversas possibilidades que ele sempre foi abrindo para gente em termos de questões do próprio pensamento, o que pensar sobre a diversidade, o que pensar sobre a homocultura, e experimentarmos em cima disso, e lembrando que talvez nessa práxis do deboche que eu dei um nome para aquela alegria toda, era uma práxis de deboche constante e continua, lembrar que dentro dessa anomia gostosa que a gente sempre viveu na ABEH, experimentar talvez seja, voltar a experimentar.

Denilson propôs um formato de debate, esse formato aqui agora das redes, separados, infelizmente, talvez já prenuncie isso que é de pensar também não apenas a parte teórica, a parte política, a parte dura da coisa, mas também quanto que é

talvez as nossas experiências como pessoas gays, como teóricos que acadêmicos e acadêmicas e acadêmiques gays também nos permita pensar outras possibilidades, passou a incomodar muito, os eventos que falávamos de transgressão, de ruptura, de dissidência, tudo isso é muito dentro do quadrado, enfim, são coisas para gente pensar.

Por último quero lembrar da nossa ABEH daqui de São Paulo, ABEH de 2008, eu, Horácio era nosso presidente mandou recado que não ia participar que ela está *boring* hoje, mas que já tomou a vacina, o Horácio, foi nosso presidente, falo particularmente, ex-presidente, porque a presidente está aqui agora, inclusive me olhando, foi um passo muito interessante que nós demos de certa maneira inaugurado pela ação de Brasília, que foi o fato da ABEH ter se aproximado nos anos subsequentes anteriores, subsequentes ao evento de 2008 que determinadas instituições públicas queriam, àquela altura e tinham muito interesse em nos financiar, eu nunca vi tanto dinheiro na minha vida, eu devo lembrar que as vacas eram gordas e lindas e pastavam no mato sabe, aquela coisa bíblica quase, um Éden, eu e o Wiliam Perez, da UNESP, éramos os tesoureiros e a gente se perguntava: “o quê que a gente vai fazer com tanto dinheiro?”, “Bicha, vamos botar todo mundo para comer naquele restaurante mais caro que tem na USP?”, “Vamos, vai todo mundo comer lá, monitor, coisa e tal, e etc.”.

Ao largo disso, eu acho que houve ações dentro da própria universidade depois, articulações que decorreram, por exemplo, também dos contatos porque a gente começou a estabelecer, porque eram três caras de pau trabalhando juntos. O Horácio não tinha vergonha de receber um não na cara, marcava audiência com Deus e o mundo. Eu quem ia de pajem, só porque o Horácio também não se organiza, então eu ia com o caderninho e ia só fazendo as anotações, coisa e tal, e dizendo: “como é que a coisa ia ser operacionalizada?”. E o Wilton que vinha junto: “irmã, o que a gente faz? O que a gente responde?”. “Horácio, fica quieto, deixa agora a gente falar”. Para tentar transformar aquilo tudo.

Isso, por exemplo, culminou na criação de um antigo programa da pró-reitoria de extensão e cultura, hoje já mudou de nome, era o PET's, programa que já não sei mais o que significa a sigla, mas hoje redundou naquilo que se chama: "Diversidade USP", justamente de um trabalho que mobilizou tanto alunos, quanto outros colegas da Universidade de São Paulo e que redundou na criação de ações dentro da Universidade e que, por exemplo, permitem hoje que você não seja, nenhuma alune nossa tenha que passar pelo desprazer de ter que ter um asterisco do lado do nome e o nome dentro, um nome masculino ou feminino dentro de um parênteses, por exemplo, na lista de chamada.

Para terminar, quero só frisar, que me veio de manhã uma coisa que Denilson falava há muito tempo, estamos discutindo espaço e as memórias vão voltando, apesar da minha estar seriamente contundida por alguns litros de cerveja, da questão de um fluxo gay, ou de um fluxo LGBTQIA+, que talvez, e aí fica uma provocação, talvez uma mesa um dia quando a gente pudesse se encontrar de novo, de que talvez as experiências LGBTQIA+ elas tenham sido, sejam um traço, um dos mais fortes traços, da mundialização cultural, é claro que eu não estou falando aqui de um formato gay, ou de um formato lésbico, um formato qualquer que seja, mas justamente dessa possibilidade que nós temos de seguir/fluir.

Quero dar os parabéns para Bruna que está desde o ano passado nessa guerra, uma guerra boa, do ano passado fez lives, teve até eu de DJ no evento, atividade do ano passado. Agora de novo, parabéns minha linda, adorei essa tatuagem que tem aí não tinha visto ainda, mostra, olha que linda e essa coisa, manter vivo, eu acho que você ganha meu beijo não só por isso porque eu já gostava na verdade de você, prefiro você loira, quero dizer, volta a ser loira, você nasceu loira, mas esse desejo imenso de não deixar morrer de aproximar, de juntar celebrando justamente aquilo que várias figuram já falaram que fizemos continuaremos fazer sempre, uma associação que é de afetos. Obrigado, uma boa tarde a todos.

16

RESISTÊNCIA

Leandro Colling

Qual a relação da ABEH com teu percurso no campo dos estudos de diversidade sexual e de gênero? Destacaria quais memórias do período que esteve mais próximo da gestão (ou presidindo) a ABEH? O que espera/deseja para ABEH (e para o próprio campo de estudos) neste momento atual?

Bruna Irineu nos passou por e-mail essas três perguntas para respondermos nesta mesa, vou falar pouco das duas primeiras porque quero gastar um pouco mais de tempo na terceira, ou seja, o que eu desejo para o nosso campo de estudos neste contexto trágico de nossas vidas.

O primeiro congresso da ABEH que eu participei foi o segundo, realizado em Brasília, em 2004. Naquela época, eu sequer era um pesquisador do campo da diversidade sexual e de gênero. Eu estava na metade do meu doutorado, escrevendo uma tese sobre mídia e eleições, mas desde 1998, pa-

ralelo aos meus estudos em comunicação e política, comecei a ler os estudos *queer*, em especial a obra de Judith Butler. O congresso de Brasília foi organizado pelo Denilson Lopes, que anos antes tinha lançado o livro *O homem que amava rapazes* (Lopes, 2002), eu já tinha lido o livro de Denilson e o conhecia porque frequentávamos os congressos de comunicação.

O congresso da ABEH de Brasília foi decisivo para eu mudar de campo e me dedicar aos estudos da diversidade sexual e de gênero, a palestra de encerramento foi realizada por Guacira Lopes Louro, que lançou no evento o livro *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (Louro, 2004). Foi naquele congresso que eu tive a dimensão da potência de nosso campo, foi ali que conheci pessoas que até hoje fazem parte da minha vida, foi onde me senti acolhido. Esse, a meu ver, foi e continua a ser um dos mais importantes papéis desempenhados pela ABEH.

A partir dos congressos da ABEH, centenas de pessoas, assim como eu, passaram a integrar e ajudar a construir um novo campo de estudos. E hoje, 20 anos depois, podemos dizer que o Brasil é um dos países que mais estuda diversidade sexual e de gênero no mundo, duvido que exista algum país que tenha tantas teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos, revistas, livros, grupos de pesquisa e eventos produzidos nos últimos dez anos sobre os temas da diversidade sexual e de gênero.

Esse novo campo de estudos, que a ABEH ajudou a construir, mas obviamente não fez isso sozinha, produziu muitos impactos na produção de conhecimento e na vida de muitas pessoas, repito apenas um deles, sobre o qual já escrevi em outros momentos (ver Colling, 2018): a ABEH, junto com outros eventos, produziu uma aproximação entre os estudos da sexualidade com os estudos de gênero, que estavam separados.

E nos últimos anos, a ABEH avançou ainda mais, pois desde 2018 os nossos congressos têm por objetivo pensar, de forma interseccional, questões étnico-raciais, de sexualidade e gênero,

observem que transformação gigante, quando eu cheguei na ABEH, o conceito mais utilizado pelos pesquisadores era o de homoerotismo, cunhado por Jurandir Freire Costa, em *A inocência e o vício* (Costa, 1992). Era muito difícil ouvir a apresentação de um trabalho e a pessoa não se referir a esse livro, obra muito importante, sem dúvidas, mas que não fazia nenhuma menção à raça e nem aos estudos feministas.

Os estudos *queer* nos ajudaram a produzir no Brasil uma aproximação entre estudos da sexualidade e os estudos de gênero, mas foram pouco produtivos para pensar nossa aproximação com as questões étnico-raciais. Quem está produzindo esse segundo movimento, a meu ver, são os estudos decoloniais e o feminismo negro americano e brasileiro. Isso está gerando uma outra fase ou onda extraordinária em nosso campo, e aqui arrisco dizer: essa configuração, essa mistura que está sendo criada no Brasil, é singular, é única, ela não está acontecendo em outras partes do mundo da mesma forma como está acontecendo por aqui.

Se os nossos estudos *queer* foram muito mais estudos CUIR, políticas do cu, para fazer referência ao nosso núcleo de pesquisa e extensão na UFBA²⁶, penso que estamos produzindo, em nosso campo, estudos deCUIoniais, a expressão não é minha, é do Daniel Colin, em tese defendida em 2019. Estamos pensando o *queer* e o decolonial no cu do mundo, pelos nossos cus, pelas nossas vidas, por isso que eu tenho dito sempre que posso, quer uma sugestão de prática decolonial em sua vida acadêmica hoje, leia o que colegas brasileiros, brasileiras e brasileiros estão escrevendo. Você vai encontrar aqui coisas que não estão escritas em outros países, inclusive nas obras daquelas pessoas do exterior que nós tanto amamos e respeitamos.

E é nesse sentido que eu gostaria de encaminhar a minha fala para a terceira pergunta feita pela Bruna, vejam quais conceitos e chaves de leitura, nos últimos anos, os autores e

²⁶ Ver <<http://politicasdocus.com/>> - Último acesso 21 jul. 2021

as autoras estrangeiras nos ofereceram para pensar em nosso campo da diversidade sexual e de gênero: abjeção (Butler, 2003), precariedade, vulnerabilidade (Butler, 2006, 2015), necropolítica (Mbembe, 2016) fracasso (Halberstam, 2018) não ao futuro e abraçar a pulsão de morte (Edelman, 2014), arquivo da infelicidade (Ahmed, 2019), norma, norma, norma, disciplina, disciplina, disciplina, todas essas reflexões foram e continuam sendo importantíssimas, eu também sou responsável pelo seu uso e divulgação, mas eu tenho perguntado: elas dizem tudo sobre as nossas vivências? Observem o peso desses conceitos, que afetos e sentimentos eles carregam e produzem, porque nós entendemos teoria como produção e não apenas reprodução. Todos esses conceitos e chaves de leitura trabalham com tristeza, melancolia, luto, paixões tristes.

Não defendo que abandonemos esses conceitos e muito menos que deixemos de ler produções do exterior, quero apenas destacar que nós temos, em nossos estudos no Brasil, criado outras chaves de leitura e conceitos que ainda não estão no mesmo patamar de respeitabilidade dos demais e que têm revelado as suas potências, poderia aqui elencar várias criações e recriações, mas quero destacar apenas algumas que têm ocupado os meus pensamentos e produções mais recentes para dar concretude ao que estou dizendo, falo aqui da chave de leitura da resistência, de uma resistência que se apresenta, inclusive, com alegria, com pulsão de vida, ideia que dialoga diretamente com o oportuno tema deste décimo congresso da ABEH: *Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências*.

Frente ao recente cenário apocalíptico que nós, pessoas LGBT, já denunciávamos em 2011 (já estamos falando ao Brasil sobre esse cenário a 10 anos!), começou a emergir no Brasil aquilo que eu tenho nomeado como a maior novidade política da dissidência sexual e de gênero em nosso país, e que, assim como na proposta da ABEH, produz de forma totalmente interseccional com as questões étnico-raciais e outros marcadores sociais das diferenças (ver Colling, 2019). Estou falando de uma imensa cena artística composta hegemonicamente por

peças pretas, trans, não binárias, bixas travestis, travestis, transexuais, lésbicas, sapatonas e outras tantas identidades que têm questionado e enfrentado as normas, as disciplinas, a abjeção, a precariedade, a vulnerabilidade, a necropolítica, o fracasso, o não ao futuro, a pulsão de morte, a infelicidade.

Mas como esse enfrentamento tem sido feito? *Balançando a raba*, “batendo a bunda na nuca” (QUEBRADA, 2016), festejando, comemorando. Nossa resistência é feita com festa e alegria, e como poderíamos pensar sobre isso? Temos pelo menos três caminhos, que podem e devem se entrecruzar, na verdade, eles já se entrecruzam, são saberes da própria encruzilhada.

Primeiro caminho possível, se quisermos apostar em uma discussão de cunho mais filosófico, podemos recuperar Espinoza e sua ética da alegria e suas reflexões em torno do direito de resistência, hoje não irei por esse caminho, mas ele é muito potente.

Segundo caminho possível, recuperar e reler o nosso passado LGBT para evidenciar como a festa e a alegria do encontro são partes constitutivas de nossa comunidade e de nossas identidades, o que hoje chamamos de movimento LGBT começou onde se não nos inferninhos, nas zonas de pegação, bebendo cervejas e outras *cositas* más, em locais para dançar, lacrar e fexar? Por que boa parte dos nossos estudos abandonaram, ignoraram ou não deram prioridade para a festa e a alegria como formas de resistência? Por que Butler (2019) olha para *Paris is burning* para falar muito mais do peso da heteronormatividade nas famílias e nas performances das *drags* e não da dimensão festiva dos encontros nos bailes?

É óbvio que nem todos os estudos *queer* produzidos nos Estados Unidos fizeram isso, estou falando daqueles estudos, conceitos e categorias que mais se espalharam em nosso campo de estudos no Brasil. José Esteban Muñoz (2020), cubano que era radicado nos Estados Unidos, por exemplo, seguiu em outra direção, ao pensar sobre a *utopia queer por vir*, Muñoz tem sido um autor fundamental em minha vida, em especial após a pandemia, a utopia de Muñoz não é aquela abstrata, mas

aquela que já nos apresenta, nos elementos na atualidade, a potencialidade do futuro, se a ABEH já ajudou a produzir um campo novo de estudos, pensem aí na potencialidade do seu futuro, a própria ABEH já nos mostrou uma *utopia queer por vir*, ou uma *utopia cuir por vir*, ou uma *utopia deCULonial por vir*, ou uma *utopia transviada por vir*.

Um dos estudos brasileiros potentes para se pensar a resistência com alegria é o de Carlos Henrique Lucas Lima (2017), tese que foi publicada em livro pela editora Devires. Carlos defende que as “linguagens pajubeyras” se constituem em uma “re(ex)istência cultural para subverter a heteronormatividade”. Diz ele:

Por dizerem respeito às subjetividades daquelas pessoas que ousam se insurgir contra a heteronormatividade e outros regimes de assujeitamento, de minoração de si, as linguagens pajubeyras se constituem como poéticas, mais especificamente como poéticas queer, necessariamente poéticas de resistência. Não só as palavras pajubeyras, entendidas como formas de “rir das categorias sérias” (BUTLER, 2003, p. 8) – me refiro aos vocábulos, mas também as expressões e toda a performance do corpo envolvida no ato de enunciação de tais linguagens dizem respeito a uma poética queer. **A risada, a gongação da norma, é também uma forma de resistir a ela.** (LIMA, 2017, p.106 – grifos do autor)

Carlos Lima disse que o pajubá tem origem nos dialetos africanos Yorubá e Nagô, utilizados pelo “povo de santo”, praticantes das religiões de matriz afro-brasileira, como o Candomblé e a Umbanda, trata-se de um repertório vocabular utilizado pelas comunidades LGBT. Cito ele:

Mas não só: o Pajubá, para além de uma larga lista de palavras engraçadas e “exóticas”, é reinvenção constante, que produziria ou ensinaria – e esta é

minha hipótese de trabalho – redes de solidariedade entre as guei, que (...) prefiro nomear beesha, assim mesmo, com dois “e” e “sh” pra acompanhar o biquinho da pronúncia. (LIMA, 2017, p.33)

O álbum *Pajubá*, de Linn da Quebrada (2017), está sintonizado com o trabalho de Carlos (2017). *Pajubá* é um manifesto político que, assim como a tese, provoca muitas fissuras. Linn diz, na canção *Talento*, primeira do álbum:

Ser bicha não é só dar o cu
É também poder resistir
Vou te confessar, que às vezes nem eu me aguento
Pra ser tão viado assim, precisa ter muito
Mais, muito talento

Terceiro caminho possível, para pensar a resistência com alegria, é recorrer ao pensamento nagô, nos termos explicados por Muniz Sodré (2017). Sodré escreveu sobre uma lógica propriamente corporal, com outro sistema de pensamento (nagô) em que a alegria é condição de possibilidade de conhecimento auferido na vida prática. Diz ele:

Diferente do amor cristão (sempre abstrato frente a um objeto amado em particular), a alegria é um regime concreto de sentimentos. No entanto, (...) ela é auto potencializadora, coincidindo com a própria realização do real, quer dizer com o fluxo transformador das coisas no espaço-tempo. No pensamento nagô, alegria é condição de possibilidade do conhecimento auferido na vida prática, isto é, a experiência (...) (SODRÉ, 2017, p. 225).

Ele diz mais: “No pensamento nagô, a alegria não é um afeto circunstancial, que nasce e morre ocasionalmente, mas

um regime concreto e estável de relacionamento com o real, é uma potência ativa.” (Sodré, 2017, p. 150), segundo o autor, não existe um sujeito da alegria no pensamento nagô, “há sim o sujeito da emoção, pois a alegria é regência, é algo que possibilita experiências e sujeitos.” (idem, p. 151).

O pesquisador também aponta mais diferenças da alegria nagô com a de outras culturas: “Diferente da calma alegria hindu, que é mais próxima da tranquila felicidade dos sábios orientais, a africana é exuberante.” (ibidem, p. 153). Uma síntese: “A alegria é um princípio ético, de natureza filosófica, empiricamente comprovado na liturgia dos terreiros, onde se encontra inclusive um ancestral da alegria.” (ibidem, p.154), segundo Sodré, esse ancestral seria Babá Ayó, *egun* específico relacionado com Iemanjá.

Outros aspectos do pensamento nagô estudados por Sodré, existe uma ligação visceral entre o sagrado e o erótico; o erótico não se refere apenas à sexualidade reprodutiva; a dança é um elemento central, a música é vibratória; o pesquisador lembra que Nietzsche disse que só acreditaria num deus que soubesse dançar. Sodré emenda: e que risse.

Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2019) escreveram sobre um poema de Ifá que conta como os orixás Ibejis venceram a morte (*iku*). Iku tinha resolvido matar todas as pessoas de um povoado antes do tempo previsto e montou armadilhas para atrair as pessoas até elas, ninguém conseguia deter Iku. Os mais velhos foram perguntar a Orunmilá sobre o que fazer e ele disse que apenas os Ibejis seriam capazes de deter a morte, os Ibejis tinham um tambor enfeitado e foram até Iku e começaram a tocar, quando Iku ouviu o som, achou tão bonito que resolveu não matar o menino que tocava, a morte começou a dançar, cantar e bater palmas, mas não sabia que o tambor tinha o poder de enfeitar os corpos de tal modo que seria impossível parar de dançar enquanto a música estivesse sendo executada, os gêmeos se revezavam para continuar tocando e Iku começou a se sentir exausta, implorou para que os gêmeos

parassem de tocar o tambor. Os Ibejis aí disseram: paramos se você levar as pessoas embora apenas quando realmente for a hora. Simas e Rufino consideram esse poema como uma “potência criativa de caçar soluções diante da ameaça de desencanto” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 45).

Pois que aprendamos com as artistas de nossa cena, com as produções desse campo criado pela ABEH e com o pensamento nagô a resistir com alegria e com dança até que a morte se canse e o desencanto se dissipe.

Para terminar, um trecho da canção interpretada por Emicida, Majur e Pablllo Vittar, em um clipe²⁷ que consiste em uma bela tentativa de intersecção entre gênero, sexualidade e raça e também alerta: “achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes”.

Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar um pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior
dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro

Obrigado! Axé!

²⁷ Ver clipe completo em <<https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>> – Último acesso 21 jul. 2021

REFERÊNCIAS

AHMED, S. **La promesa de la felicidad**. Una crítica cultural al imperativo de la alegría. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Vida precaria**. El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é possível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2019.

COLIN, D. S. **“O sul do corpo é o nosso norte”**: práticas deCOLoniais em corpos de artistas brasileir*s. 2019. Tese (Doutorado em Teatro). Centro de Artes, Programa de Pós-graduação em Teatro, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

COLLING, L. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. In: Green, J. N.; Quinalha, R.; Caetano, M.; Fernandes, M. (Org). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 515-531.

_____. **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDU-FBA, 2019.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

EDELMAN, L. **No al futuro**. La teoría queer y la pulsión de muerte. Madrid: Egales, 2014.

HALBERSTAM, J. **El arte queer del fracaso**. Madrid: Egales, 2018.

LIMA, C. H. L. **Linguagens pajubeyras**: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade. Salvador: Devires, 2017.

LOPES, D. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, número 32, 2016, p. 123-152.

MUÑOZ, J. E. **Utopía queer**. El entonces y allí de la futuridad antinormativa. Buenos Aires: Caja Negra, 2020.

QUEBRADA. L. **Enviadescer** – Clipe Oficial, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=saZywh0FuEY> – Acesso em 15/07/2021.

____. **Pajubá**, 2017. Disponível em <https://linndaquebrada.bandcamp.com/releases> – Acesso em 15/07/2020.

SIMAS, I. A.; RUFINO, I. Traquinagem e morte In: **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019, p.45-50.

SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

17

SEXUALIDADE E GÊNERO SE APRENDEM ENTRE ESTUDOS, CENAS E ENCENAÇÕES

Em Rio Grande uma Grande ABEH latino-americana

Fernando Seffner²⁸

■ TUDO COMEÇA MUITO ANTES DE COMEÇAR

A organização dessa mesa para apresentar as falas de integrantes das diretorias da ABEH ao longo de tantos anos é motivo de muita alegria, agradeço demais ao convite feito, e tudo que vai aqui escrito tem coautoria de Márcio Caetano, na época professor na FURG e atualmente na UFPEL, que foi vice-presidente na gestão, e o grande organizador do congresso, também se envolveram na concepção e organização do evento, bem como nas decisões da gestão, os demais membros

²⁸ Doutor em Educação, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail <fernandoseffner@gmail.com>

da diretoria, Paula Sandrine Machado (atualmente na UFRGS), Eduardo Saraiva (UNISC), André Musskopf (atualmente na UFJF) e Marina Reidel (atualmente no MMFDH do governo federal), para todos nós a experiência de gestão da ABEH foi importante.

O convite para a mesa fez com que eu me ocupasse com lembranças, registros, cenas, embora de modo pouco ordenado, início buscando estabelecer alguns marcos da conexão que se dá entre minha trajetória como pesquisador e docente no campo dos estudos da diversidade sexual e de gênero e a trajetória institucional da ABEH, tal empreendimento implicou buscar memórias ao longo de muitos anos, por vezes mais próximo da ABEH, por vezes mais distante, o foco do texto está no período de gestão na diretoria, e de realização do evento bianual, ao final do artigo, me arrisco a pensar no que representa a ABEH no vasto campo dos estudos e dos movimentos sociais que envolvem a diversidade sexual e de gênero, e de quais traços permitem valorizar sua presença no futuro do campo.

A minha relação com a ABEH começa no evento de Brasília, em 2004, quando participei de mesa redonda, ali percebi a forte presença dos estudos no campo da literatura, trazendo inspiração para os estudos em sexualidade e gênero, o que me agradou, pois eu cursei quase três anos do curso de Letras na UFRGS, sem ter concluído, além do gosto que tenho pela leitura de romances, depois segui à distância os encontros seguintes, e deles também fiquei sabendo por colegas, e alguns alunos e alunas meus apresentaram trabalhos, voltei a participar em 2012 em Salvador quando, de modo surpreendente, e a partir de longa conversa com Leandro Colling, a quem agradeço, fui escolhido presidente, participei com envio de trabalhos no evento de 2016 em Juiz de Fora, e em 2018 presencialmente em Fortaleza, agora em 2021, na modalidade remota, esse nosso normal dos tempos de pandemia, retorno ao evento, não apenas para essa mesa, mas assistindo palestras e debates.

Participar dos eventos da ABEH enriqueceu meu círculo de relações acadêmicas e de amizades, me fez perceber a cen-

tralidade do tema da sexualidade, na articulação com gênero, alargou minha percepção e me fez prestar atenção para muitos caminhos inovadores, trilhados por jovens pesquisadoras e pesquisadores, que ali apresentavam seus trabalhos, faziam performances, viviam e encenavam parte do que estudavam, deixei de ser um tanto “quadrado” em termos de pesquisa e em termos de modos de falar dos temas em diversidade de gênero e sexualidade, certamente por conviver nestes eventos com jeitos ousados de abordagem.

A mesa em modo remoto que estamos hoje seria muito apropriada para uma continuidade presencial, trocando afetos e experiências em um campo de pesquisa que é também muito vital para todos nós, pois diz de nossas dores, alegrias, modos de ser, lutas de afirmação, escolhas pessoais e profissionais, amores, projetos de vida e de estudos, perdas, doenças, já destaco aqui uma marca forte que sinto nos eventos da ABEH, há uma disposição vigorosa em assumir que se pesquisa e se habita os temas de pesquisa, se lê sobre eles e se vive com eles, eles nos subjetivam e nós os estudamos, em conexões muito vigorosas, esse modo de produzir conhecimentos e vidas, em íntima dobradura, não é algo menor, é marca de uma ciência mais humana, de uma vida que se articula com os conhecimentos, tudo de modo muito vital.

■ DA ORGANIZAÇÃO DO CINABEH NA FURG

As primeiras definições acerca do desenho do congresso da ABEH surgiram ainda na assembleia em Salvador em 2012, quando tivemos a troca de diretoria, a composição feita com Marcio Caetano já apontava para o campo da educação, pois eu e ele já éramos credenciados em programas de pós-graduação em Educação, mas foi a assembleia que sugeriu o tema, que ficou registrado na ata como “diversidade sexual e de gênero no interior do campo da educação”, também a assembleia discutiu a questão de levar os congressos da ABEH para cidades que não fossem capitais, mas não apontou isso como uma

questão obrigatória, essas duas diretrizes foram tomadas por nós da diretoria eleita ao pé da letra, elas inclusive nos favoreceriam, e isso explica a realização em Rio Grande, e o título do evento, “Práticas, pedagogias e políticas públicas”, de modo a contemplar uma concepção mais ampla de educação, lidando com as noções de artefatos culturais, pedagogias culturais e pedagogias do gênero, da sexualidade e do corpo.

A proximidade do Rio Grande do Sul, e da própria cidade de Rio Grande, com a fronteira do MERCOSUL, e diversas conexões que nossa diretoria mantinha com pesquisadores no âmbito da América Latina levaram também a pensar em um evento com foco no cenário latino-americano. Tal dimensão ficou marcada na produção dos dois livros originários do evento, intitulados respectivamente “Discurso, discursos e contradiscursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero” (SEFFNER & CAETANO, 2016), com 1.640 páginas, e “Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas”, (SEFFNER & CAETANO, 2015), com 294 páginas.

No conjunto, os livros reúnem todas as conferências e falas das mesas, e os trabalhos apresentados nas sessões de comunicação, ficou também evidenciado o foco no contexto latino-americano nas mesas, e na participação de pesquisadores e pesquisadoras da Argentina, Chile, Uruguay, México e Peru, o congresso foi antecedido de alguns eventos satélites na FURG, e de um curso pós-evento com a pesquisadora mexicana Norma Mogrovejo (Universidad Autónoma de la Ciudad de México – UACM).

Definido que o eixo do congresso se daria na busca de reflexão em torno das questões de diversidade sexual e de gênero, em conexão com processos educacionais, como já referido acima ampliamos o conceito de educação para além dos percursos de escolarização, fizemos isso nos servindo da noção de pedagogias culturais, e da afirmação de que todo artefato cultural é portador de pedagogias, listando como

artefatos culturais desde novelas, filmes, propagandas, até políticas públicas, legislações, bandeiras de movimentos sociais, currículos escolares, regimentos, programas de partidos políticos, etc., conforme discutido em COSTA & WORTMANN (2006) e CAMOZZATO & COSTA (2013) e ANDRADE & COSTA (2017).

Também estabelecemos importantes conexões entre as pedagogias culturais, do gênero, da sexualidade e do corpo, e as estratégias de governo, ancorados aqui especialmente nos conceitos de biopolítica e de governamentalidade, em interlocução com o campo da educação, conforme discutido em SARAIVA & VEIGA-NETO (2011); FOUCAULT (2008) e CASTRO-GÓMEZ (2010).

O solo teórico acima definido nos permitiu ampliar o leque de caminhos pelos quais interessados e interessadas no evento pudessem ancorar suas preocupações de pesquisa, na proposição do evento, esse eixo central foi desdobrado em diversos objetivos concorrentes, em particular para ampliar outro leque, o de possibilidades de obtenção de financiamento: a) promover a interlocução entre pesquisadores/as da área da diversidade sexual e de gênero, oriundos dos mais diferentes campos de conhecimento e lugares; b) difundir e debater estudos desenvolvidos na área da diversidade sexual e de gênero; c) constituir redes de cooperação e de intercâmbio de estudos, bibliografias, pesquisas e pesquisadores/as; d) analisar a viabilidade de trabalhos conjuntos (atividades, estudos, pesquisas); e) ampliar os recursos humanos (formação, capacitação e qualificação) e os recursos financeiros (criação de fundos, ampliação de recursos para formação e estudos) para o trabalho na área da diversidade sexual e de gênero; f) consolidar um fórum permanente de debates políticos e acadêmicos na área da diversidade sexual e de gênero através da organização de encontros bianuais de estudiosos/as; g) colaborar na luta em prol de uma sociedade democrática que promova e respeite a diversidade sexual e de gênero. Os itens acima constaram nos diversos pedidos de financiamento, desde àqueles junto a agências oficiais, bem como junto a parlamentares, organi-

zações não governamentais e instituições privadas, embora chamando para um evento na cidade de Rio Grande, extremo sul do Brasil, país onde os deslocamentos têm custo elevado, chegamos a 1240 participantes cadastrados, pagantes, efetivamente presentes e que receberam certificação, o número mais impressionante é que, deste universo, 930 foram autores e autoras de comunicações aprovadas pelos coordenadores dos simpósios temáticos e ali apresentados, ou seja, fez-se um congresso onde a vasta maioria dos participantes também apresentou seus trabalhos de pesquisa.

Embora boa parte tenha vindo das regiões Sul e Sudeste, um importante contingente veio da região Nordeste, e em número menor das regiões Centro-Oeste e Norte, mesmo reconhecendo a dificuldade de estabelecer marcas gerais para o grande conjunto de trabalhos apresentados, é possível perceber um expressivo número deles que buscou analisar as possibilidades e os entraves para expressão da diversidade sexual e de gênero em contextos educativos, tal foi feito assumindo que tais contextos podem variar de uma sala de aula a uma assembleia de movimento social, de uma propaganda de cerveja ao texto de uma legislação, enfatizando a dureza dos arranjos heteronormativos que sustentam os processos de estigma, preconceito, discriminação e exclusão.

A estrutura principal para debate e troca de experiências do evento foram os simpósios temáticos, em número de 41, ocupando salas de vários prédios da FURG, examinando a lista com os títulos e proponentes desse grande número de STS, percebemos que a expressão diversidade sexual e de gênero foi colocada em diálogo com os temas mais diversos, como práticas desportivas, currículos escolares, meios de comunicação, obras literárias, relações no mundo do trabalho, percursos escolares, mídia e ativismo, formação docente, infâncias, igrejas inclusivas, biotecnologias, famílias, políticas públicas, estudos queer, movimento feminista, movimento LGBTQIA+, reinvenções do corpo.

Todo o visual do congresso foi elaborado pelo artista plástico Sandro Ká, que integrava o grupo SOMOS de Porto Alegre, e que muitos anos depois teve uma de suas obras expostas no Queer Museu no Centro Cultural Santander de Porto Alegre, infelizmente interditado pela censura da própria instituição.

■ CENAS E SITUAÇÕES DO EVENTO

Do muito que se debateu no evento, ficou o registro escrito nos livros já indicados, e de muitos trabalhos que, ali apresentados, foram depois integrar dossiês de revistas, viraram teses e dissertações defendidas, disponíveis em repositórios públicos, ou compõem resumos expandidos de outros congressos, quero aqui destacar algumas cenas e situações do evento, que ajudam a compor o clima daqueles dias. Começo pelo palestrante de abertura, Daniel Borrillo, Université de Paris Ouest-Nanterre/La Défense, desde o primeiro contato e convite, ficou visível sua disposição para vir ao evento, e permanecer ao longo de todos os dias na cidade de Rio Grande, na qual revelou ter parentes já falecidos, para nossa grande surpresa.

O debatedor em sua palestra foi o jurista Roger Raupp Rios (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), com quem Daniel Borrillo mantém relação acadêmica prolongada, em um dos dias do evento, Daniel visitou o Cemitério da Santa Casa de Rio Grande, e após alguns esforços localizou e depositou flores em túmulo de seus antepassados italianos. Alguns dos migrantes de sua família, no deslocamento em navio entre a Europa em direção a Buenos Aires, fizeram uma parada na cidade e porto de Rio Grande, e ali decidiram por se fixar, enquanto os demais seguiam em direção a Argentina, posteriormente, os descendentes nascidos em Rio Grande migraram para a Argentina, mas os mais velhos, já falecidos, ali ficaram sepultados, Daniel Borrillo assistiu grupos de trabalho, circulou pelo evento, acompanhou debates, e depois permaneceu uma semana em Porto Alegre, onde deu algumas conferências.

A palestra de encerramento do evento foi proferida pela Profa. Guacira Lopes Louro (UFRGS), e foi o momento de maior lotação no auditório do CIDECSUL, o Centro de Eventos da FURG, ao longo do congresso, tivemos falas de Roger Raupp Rios, Maria Rita de Assis César, Anderson Ferrari, Leandro Colling, Mário César Lugarinho, Jaqueline Gomes de Jesus, Mario Pecheny, Maria de Lourdes Lose, Bruna Andrade Irineu, Juliana Perucchi, Fátima Lima, Maria do Rosário, Jean Wyllys, Suely Messeder, Hailey Kaas, Anelise Fróes, Cláudio Nascimento, Regina Facchini, e muito mais gente que coordenou os numerosos simpósios temáticos.

A cidade de Rio Grande tem população estimada em torno de 200 mil habitantes, e a FURG um efetivo de 10 mil alunos e alunas, o congresso movimentou de modo muito vigoroso tanto o campus da FURG, quanto a cidade, até a data em que esse texto está sendo escrito, em 2021, o evento realizado em 2014 aconteceu na menor das cidades e na menor das universidades dentre as várias sedes anteriores dos congressos da ABEH, no interior do campus da FURG foi notável o impacto da circulação de pessoas LGBTQIA+, das performances ao ar livre, do grande número de inscritos que desfrutou dos espaços comuns da universidade.

Tivemos alojamento para estudantes inscritos em prédio do próprio campus, e acesso ao refeitório universitário, grande número de servidores da FURG, através de duas associações representativas das categorias profissionais, se envolveu na organização do evento de modo direto, a repercussão do congresso na cidade também foi muito grande, o que se comprovou pela participação em programas de rádio, notas em jornal, noticiário na televisão local, ficou claro para nós que há vantagens em deslocar eventos para cidades de tamanho médio, onde inclusive os custos de refeição e hospedagem são menores.

Os participantes do congresso conviveram intensamente entre si nos dias do evento, os lugares de convívio da comunidade LGBTQIA+ na cidade de Rio Grande, que são pouco nu-

merosos, se viram tomados por muita gente, parte dos e das participantes do congresso se deslocou em alguns momentos para a cidade de Pelotas-RS, que fica a uma distância de 50 km de Rio Grande, e onde foi possível circular pelos lugares de sociabilidade LGBTQIA+, em cidade já historicamente associada à pertença ao mundo gay.

Dentre as várias moções que foram tiradas na assembleia da ABEH no evento, quero destacar duas delas: a primeira enfatizou que o VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero havia defendido a despatologização das identidades trans e o protagonismo transfeminista na política, na academia e nos demais espaços de educação, e a partir dessas considerações fazia a moção de apoiar publicamente o Projeto de Lei nº 5002/2013, conhecido como Lei de Identidade de Gênero/Lei João W. Nery, de autoria dos deputados federais Jean Wyllys e Érika Kokay; a segunda que gostaria de destacar foi a moção que enfatizava que o evento havia abordado a educação e suas interseções com as questões de gênero e sexualidade nas políticas públicas, com o tema “Práticas, pedagogias e políticas públicas”.

E então fazia a moção de reafirmar e apoiar publicamente a discussão das questões relacionadas à identidade de gênero, além do acesso e a permanência qualificada de pessoas trans em todas as Instituições de Ensino, por meio, dentre outros, do respeito ao uso do nome social e à identidade de gênero das pessoas trans. Manifestava ainda que são imprescindíveis ações para a qualificação de toda a comunidade acadêmica (estudantes, técnicos e professores) no tratamento do tema da identidade de gênero, sem estigmatização para travestis, mulheres e homens transexuais e outras pessoas trans.

SOBRE EVENTOS, MEMÓRIAS E ARQUIVOS VIVOS E SOBRE A ABEH

Uma impressão forte que guardei do VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero em Rio Grande foi de um encontro de muita gente, produzindo ativismos e sendo por eles produzida, em muitos lugares do Brasil, e que trouxe para o evento suas experiências e enfrentamentos, mas também categorias e conceitos usados para resistir e criar mundos, o evento, por juntar tanta gente por alguns dias, ajudou a todos, todas e todes a imaginar novos mundos possíveis. Isso se fez trocando experiências, escutando relatos, refinando um aparato conceitual amplo e de uso comum. Os livros produzidos a partir do evento, e as memórias que dele temos ainda, podem ser pensadas como arquivos vivos, tal como foi abordado na conferência de abertura do CINABEH de 2021 (BOURCIER, 2023).

Sam Bourcier, na sua fala, traçou possibilidades para pensar em como criar arquivos vivos de memória LGBTQIA+ e transfeministas, fazendo deles instrumentos de luta, ferramentas que nos possibilitem resistir a subjetivação neoliberal autoritária e conservadora em curso. Se por um lado o evento foi um momento de celebrar a diversidade sexual e de gênero, expressa de muitos modos e por vezes na sigla LGBTQIA+, foi também um momento de estudos, embates teóricos, negociação de pontos de vista.

A explosão identitária que verificamos no campo do gênero e da sexualidade, com a multiplicação de posições de sujeito, revela potência de vida e traz necessidade de criação de teorias, também aponta para um campo de complexas negociações, entre não binários e outros que se apontam como não binaries, sujeitos que se reconhecem como queer enquanto outros não tomam o queer como uma identidade, entre travestis e transexuais, entre gays e lésbicas, entre bissexuais e poliamorosos, entre quem celebra o sexo como realização pessoal e sujeitos que se percebem assexuais, entre pessoas intersex e aquelas

que, mesmo com enfrentamentos, se reconhecem nas posições de gênero e sexualidade em que foram designadas ao nascer, é um campo de disputas e de criação de políticas pela vida, os trabalhos teóricos e as experiências de movimentos sociais e de sujeitos individuais constituem um arquivo vivo, que a cada instante precisa ser mobilizado para pensar novos modos de resistir criando mundos.

Embora possa parecer que essas duas palavras são opostas, afirmo que o encontro foi momento de partilha e de disputa, partilhamos objetivos comuns, experiências que, mesmo pessoais, são reconhecidamente sociais, e disputamos uma infinidade de pontos de vista em termos conceituais, políticos, estratégicos, acadêmicos, e de projetos de felicidade, lembro do encontro como muitos dias em que muito se falou, e muito se escutou, os três dias oficiais do encontro, de 7 a 9 de maio de 2014, não esgotam os momentos de diálogo, foram frequentes ao longo destes três dias relatos sobre tudo que se conversou na viagem até Rio Grande, para alguns muito longa, e no que se conversaria no inevitável retorno, com outro leque de temas para discutir.

Tivemos até mesmo, de público, uma pergunta dirigida aos palestrantes de uma mesa, em que ficou dito que tal questão tinha ocorrido nas duas horas em que ficaram retidos na estrada, porque o ônibus da linha Porto Alegre Rio Grande havia sofrido avarias, e descobriram que dentro do veículo estava muito gente que ia ao encontro, e já se puseram a conversar, tendo então se originado tal questão, depois transmitida ao plenário.

Se por um lado foi um momento em que as muitas posições no campo da diversidade sexual e de gênero se encontraram e se elogiaram, o que é sempre bom, também foi momento de escutar e debater críticas, em uma sociedade que faz esforços para que não se fale acerca da diversidade sexual e de gênero, passar três dias debatendo o tema e, mais ainda, fazendo performances, números musicais, declamações, fechações, cenas, encenações, é algo que efetivamente desafia o conjunto de

poderes dominantes, foram dias de oxigênio necessário para viver, e todos, todas e todes respirando juntos, se produziram alianças, outra marca de arquivos vivos. Voltamos novamente as palavras de Sam Bourcier:

A primeira coisa a fazer talvez para mudar nossa visão sobre o arquivo é perceber sua dimensão biopolítica e vê-la como um continuum. Se não partimos da onipresença do arquivo em nossas vidas, não entendemos seu alcance, a divisão de seu fluxo, a vontade de controle que ele alimenta e sua fibra biopolítica. (BOURCIER, 2023, p. 23)

É a conexão com esse arquivo vivo que nos permite construir estratégias efetivas contra o conjunto de marcas muito agressivas do mundo em que se vive: racismo, sexismo, modos coloniais de tratar a população, desprezo pela vida dos vulneráveis, pouco espaço para inventar modos de viver, conjunto enorme de preconceitos, produção de estigma e discriminação por todo lado. Nos eventos da ABEH vemos um jeito de ser academia que traz pouco daquilo que criticamos na academia, e anuncia muito do novo em termos de mundo e de modos de ser academia.

A ABEH é soma de produção acadêmica e movimento social, o que me faz pensar que ela tem lugar assegurado no campo dos eventos em termos de diversidade de gênero e sexualidade, a resistência pode ser ato pontual, e pode ser algo que se prolonga no tempo, assume muitas formas, atravessa idades e captura pessoas de diferentes gerações, aí eu acho que ela se revela uma resistência criativa, não é apenas o contra-ataque ao que acontece em um momento, é um espaço que incomoda a academia, e incomoda o ativismo, mas não deixa de se comprometer com esses dois campos, tal como por vezes se define a pedagogia, talvez a ABEH seja essa tensão entre campos, e não exatamente um lugar em um desses campos, saindo da

noção de campo, e usando outra metáfora geográfica, a ABEH não se reconhece exatamente nem em uma margem e nem na outra, mas não deixa de dialogar com as duas margens, e talvez possamos pensar, acompanhando Guimarães Rosa, que ela é essa terceira margem do rio. Vida longa à ABEH.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Deporte de & COSTA, Marisa Vorraber. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e usos. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.33, e157950, 2017

BOURCIER, Sam. As políticas do arquivo vivo. In: IRINEU, Bruna A.; et. al. Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências. Salvador: Devires, 2023.

CAMOZZATO, Viviane Castro; COSTA Marisa Vorraber. Vontade de pedagogia – pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 44, p. 22-44, jan./abr., 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Historia de la gubernamentalidad. Bogotá: Siglo del hombre, 2010.

COSTA, Marisa Vorraber & WORTMANN, Maria Lúcia. Estudos Culturais e Educação: experimentando possibilidades para compreender a dimensão educativa. In: LISBOA FILHO, Flavia Ferreira; BAPTISTA, Maria Manuel (Orgs.). Estudos Culturais e interfaces: objetos, metodologias e desenhos de investigação. Aveiro: Universidade de Aveiro. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2006. P. 335-352.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Educar como arte de governar. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, pp.5-13, Jan/Jun 2011.

SEFFNER, Fernando & CAETANO, Márcio R. V. (Orgs.). Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

Disponível em <<http://abeh.net.br/wp-content/uploads/2019/12/VII-CINABEH-Discurso-discursos-e-contra-discursos-latino-americanos.pdf>>

SEFFNER, Fernando & CAETANO, Márcio R. V. (Orgs.). Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande / RS: Editora da FURG, 2015.

Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/289129794_CENAS_LATINO-AMERICANAS_DA_DIVERSIDADE_SEXUAL_E_DE_GENERO_PRATICAS_PEDAGOGIAS_E_POLITICAS_PUBLICAS>

18

RASTROS, MEMÓRIAS E AMIZADES NOS 20 ANOS DE ABEH

Anderson Ferrari²⁹

O convite para compor uma mesa em comemoração aos 20 anos da ABEH se transformou, também, no convite para acionar minhas memórias de constituição de pesquisador no campo das relações de gênero, sexualidade e educação, digo isso porque grande parte das minhas pesquisas, da minha trajetória de formação, das minhas perspectivas de investigação e dos resultados dos meus estudos foram construídos e apresentados nos congressos da ABEH, antes mesmo da sua origem em Vitória – ES em 2002, um envolvimento que foi se fortalecendo até culminar na minha eleição como presidente

²⁹ Professor permanente do PPGE/UFJF, professor da Faculdade de Educação da UFJF, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED/UFJF). Doutor em Educação pela Unicamp e pós doutor em Educação e Cultura Visual pela Universidade de Barcelona.

da Associação para o mandato de 2014 a 2016, que dividi com o professor Roney Polato de Castro, é esse recorte temporal que quero recuperar neste texto, ou seja, do meu encontro com um grupo de pesquisadores e pesquisadoras interessados e interessadas na discussão da homocultura até o surgimento da ABEH e o meu período na gestão da Associação.

A pretensão em traçar esse caminho está situada no tempo e no espaço. Trata-se de pensar a minha circulação e o meu envolvimento num espaço específico de produção do conhecimento, a ABEH, em um tempo específico, ou seja, de 1999 a 2016, do Seminário Homoerotismo e Literatura, realizado na UFF em 1999 a 2016 na realização e organização do VIII Congresso Internacional sobre diversidade sexual e de gênero da ABEH, tempo e espaço são dois eixos importantes para o processo de subjetivação, o que me faz pensar que a ABEH não está presente na minha história e memória, isoladamente, ela dialoga com outros espaços de formação como a ANPED, a UFJF, a UNICAMP, a Universidade de Belas Artes em Barcelona, enfim, espaços que também me constituíram como pesquisador e que dialogam com ela, mas lembrar e resignificar a ABEH como parte do meu processo de subjetivação me aproxima de tantos outros pesquisadores e pesquisadoras que também passaram pelos eventos da associação e reforçaram o papel da entidade na formação dos sujeitos.

O trabalho com a memória tem relações com a subjetividade, de tal maneira que “a memória é vida, sempre carregada de grupos vivos e em permanente evolução”, como nos lembra Pierre Norá (1993, p. 9), ela diz da “dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável aos usos e manipulações”, inspirado em Norá é possível pensar que a memória é parte constitutiva da subjetividade, uma vez que a constituição dos sujeitos é afetada pela memória, por aquilo que somos capazes de lembrar e esquecer, de tal maneira que a constituição dos sujeitos se dá nos discursos e na história a partir das afetações da memória, são as memórias que alimentam e dão materialidade as narrativas das

nossas experiências. Se somos sujeitos de experiências como argumenta Michel Foucault (1988), somos também sujeitos de memórias, que constituem nossas experiências e nossas subjetividades numa certa temporalidade.

Memória e experiência foram se constituindo como categorias de análises teóricas em diversos campos do conhecimento das Ciências Sociais e Humanas em função da sua contribuição nos estudos que se dedicavam aos processos de constituição dos sujeitos. Estudos que problematizavam a relação passado-presente, a ressignificação a partir do presente, a história pessoal como eterna reconstrução, enfim, que afirmavam a memória como um “fenômeno atual, um elo vivido no presente” (NORÁ, 1993, p. 9).

A memória também é parte constitutiva das minhas pesquisas, de maneira que poderia afirmar que as minhas pesquisas com as homossexualidades masculinas nas escolas e na educação de forma geral são um acerto de contas com a minha história pessoal e com a minha constituição como homossexual, como professor homossexual, como pesquisador homossexual, esse pertencimento a homossexualidade também contribuiu para minha aproximação com a ABEH.

Neste sentido, o convite para a mesa de comemoração dos 20 anos me fez voltar no tempo e no espaço, mais precisamente me fez reviver os encontros com a ABEH nos seus variados momentos de construção, um primeiro encontro me fez ressignificar as angústias, medos e incertezas do período de Mestrado em Educação em que pesquisava um tema pouco ou nada explorado na Educação: a homossexualidade masculina nas escolas, em 1998 ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF com o propósito de investigar como os professores e professoras lidavam com a homossexualidade masculina na sala de aula? A angústia se concretizava na dificuldade de encontrar bibliografia na Educação que me amparasse teoricamente, na inexistência dessa discussão nos eventos da Educação que me impossibilitava a troca com outros pesquisa-

dores e pesquisadoras. No entanto, o sentimento de estar no mestrado e de pesquisar algo novo também me fazia entrar em contato com a euforia, com o prazer e com a determinação em pesquisar um tema inédito, foi nesta mistura que me deparei com o anúncio de um evento na UFF em 1999 intitulado “Seminário Homoerotismo e Literatura”, um evento que trazia no título um conceito que eu já havia encontrado e me encantado a partir das obras de Jurandir Freire Costa (1994), principalmente o texto “Homoerotismo: a palavra e a coisa”.

Um evento focado na literatura, mas que me possibilitou conhecer pesquisadores e pesquisadoras dos estudos gays e lésbicos de diferentes universidades, com processos de investigação em diferentes níveis e que me ajudaram a pensar e ampliar as noções e premissas teóricas em torno da homocultura. Um conceito presente na origem da associação, entendida como uma noção que “emerge de uma dinâmica discursiva ao imbricar homoerotismo e cultura como uma rede de conversações que comporta a maleabilidade dos argumentos acerca das minorias sexuais” (SANTOS, GARCIA, 2002, p. 7).

Um primeiro encontro em que pude pautar as questões da educação, estabelecer diálogos entre as apresentações e as questões da minha pesquisa e onde fui fazendo amizades que me acompanharam nos demais eventos, especialmente Sérgio Aboud, Lindomar Expedito, Wilton Garcia, Rick Santos, Emerson Cruz, Mário Lugarinho, Marko Monteiro, João Góis, Willian Siqueira. Evento que foi se renovando e fortalecendo a necessidade da criação de uma associação que “orientasse os destinos do grupo e da pesquisa sobre homoerotismo e a cultura no Brasil” (SANTOS, GARCIA, 2002, p. 11), assim, nasceu em 2002 a ABEH no I Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura na UFES.

Um segundo encontro que eu queria destacar nesse exercício de memória da ABEH e minha constituição como pesquisador ocorreu ainda quando o evento estava na UFF, mas não mais restrito a literatura, assumindo uma denominação

mais ampliada “Homoerotismo e Cultrura”. Foi nesse evento que conheci Érica Renata de Souza, antropóloga da UFMG e amiga, depois de uma apresentação da minha pesquisa de Mestrado que Érica se aproximou interessada pela minha fala e me questionando sobre a possibilidade de continuar minhas investigações na Unicamp, se colocando à disposição de me apresentar o GEISH e Joaquim Brasil Fontes Júnior quem seria meu orientador de doutorado.

Durante todo doutorado, era na ABEH que eu retornava com os dados da pesquisa para discutir e ampliar minhas análises, e foi num desses encontros da ABEH, mais exatamente no evento de criação da Associação em Vitória que o professor Luiz Melo me convidou a ampliar o meu olhar e acabou me trazendo para o trabalho com os grupos gays no Brasil nos seus processos educativos na constituição dos sujeitos homossexuais, a minha tese de doutorado nasceu e se desenvolveu nos encontros da ABEH.

Por último meu encontro com a gestão da Associação em 2014, na ABEH eu passei por todas as etapas, da apresentação de trabalhos a presidência da ABEH, em 2014 um conjunto de professores e professoras montamos a gestão para o biênio 2014-2016, com a responsabilidade de construir o evento em 2016, de imediato havia o desafio de pensar a temática central para o evento, desafio porque o evento anterior já havia assumido o campo da educação como foco, o que colocava uma certa tensão para a minha formação que era pensar numa temática que não fosse aquela em que me sentia mais à vontade.

Imediatamente o que me veio à mente foi pensar na história de constituição da ABEH uma vez que ela havia assumido uma dimensão muito distinta da sua configuração inicial, de tal maneira que pensar a história da ABEH, afirmar que a ABEH tinha uma história era em certo sentido colocar em evidência os marcos teóricos que haviam constituído sua origem, ou seja, o foco nos estudos da homocultura, o ponto que distinguia a

ABEH de outros tantos eventos nacionais e internacionais que investiam nas discussões de gênero e sexualidade.

Assim, construímos o VIII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero, realizado na Faculdade de Educação (FACED) da UFJF em novembro de 2016. Com o tema “ABEH e a construção de um campo de Pesquisa e Conhecimento: Desafios e Potencialidades de nos (re) inventarmos”, buscamos pensar que os estudos da homocultura envolvem uma discussão e produção discursiva, de imagem e de representação em torno da diversidade sexual que podem ser pensadas como uma das marcas da contemporaneidade da população LGBTTI.

A história do campo de estudos das relações de gênero, das sexualidades e da homocultura é curta, se os questionamentos sobre a construção social e cultural das questões de gênero e sexualidade podem ser datados a partir da década de 1960, colocando sob suspeita as ideias de naturalidade e de essência, esse debate acadêmico e político só tomou forma como campo de estudos no Brasil a partir dos anos 70, em um olhar retrospectivo, podemos dizer que a origem desse campo das relações de gênero e sexualidade foi marcado pelas perspectivas feministas, pelos estudos gays e lésbicos, pela teoria *queer*.

Mas no seu desenvolvimento e consolidação fomos dando outra direção na medida em que nós, pesquisadores e pesquisadoras da comunidade LGBTTQIA+, fomos entrando nos programas de pós-graduação e nos constituindo como professores e professoras das Universidades públicas, coordenadores e coordenadoras de grupos de pesquisas e estudos, orientadores e orientadoras de outras tantas pesquisas, essa nova produção de conhecimento nacional foi se caracterizando como reflexões importantes que acessavam as experiências pessoais, os envolvimento com os movimentos sociais, de maneira que foi se constituindo como problematizações ricas, a partir de uma atuação política e acadêmica atual.

No evento de 2016, com a provocação de (re) inventarmos, queríamos colocar sob foco essas trajetórias do campo para apontar novos desafios, a ideia de reinvenção foi proposital para apontar para uma característica que nos parecia marcante na ABEH, que era a sua capacidade de se renovar, de se reinventar, de tal forma que o que nos chamava atenção naquele momento era essa força diante de um cenário que não era dos melhores.

Os 20 anos da ABEH parecem demonstrar isso, logo na abertura Richard Parker assumiu essa proposta e nos provocou a pensar esse início do campo nos anos 1960 com o questionamento sobre a construção social e cultural que pensa as questões de sexualidade e gênero como naturais; passando pelas décadas de 80 e 90 com a investigação da diversidade para um projeto de transformação social e política; até a emergência e o aprofundamento da teoria *Queer*, no que diz respeito a sua relação com a rua e os movimentos sociais, esse foi o tom do evento, ou seja, uma oportunidade de traçar os caminhos do campo para produzirmos outros saberes, assim como outros sujeitos.

Esse parece ser o desafio que temos pela frente, ou seja, nos fortalecer no coletivo e, neste sentido, fiquei especialmente feliz por esse evento em que comemoramos os 20 anos da ABEH, a sua realização, que não deve ter sido fácil, representa uma resistência, uma demonstração que o campo dos estudos da homocultura está consolidado e forte e que temos condições de continuar a produzir conhecimento como resistência criativa diante desse governo que investe no desmonte das conquistas das comunidades LGBTQIA+, que vigia, persegue e ataca as pesquisas, os pesquisadores e pesquisadoras LGBTQIA+ e que mata pela negligência, descuido, descaso. Sigamos em frente como resistência.

REFERÊNCIAS

COSTA, Jurandir Freire. Homoerotismo: a palavra e a coisa. In: COSTA, Jurandir Freire. **A Ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1988.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993.

SANTOS, Rick; GARCIA, Wilton. **A escrita de adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil**. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.

19

NOSSO TEMPO É AGORA³⁰! ENTRE LUTAS E COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: 20 ANOS DE ABEH

Bruna Andrade Irineu

Estou muito honrada de estar aqui, ouvindo as pessoas que falam nesta mesa, me sinto afetada por todas as memórias aqui compartilhadas, é muito interessante ver que nesta mesa que temos no mínimo duas ou três gerações de pesquisadoras(as) representados(as), e quando menciono geração, estou pensando menos em idade, e mais na entrada no campo em si. Não estou falando necessariamente em ciclo de vida, mas na temporalidade da entrada no campo de estudos de diversidade sexual e de gênero, então isso nos coloca memórias

³⁰ Me inspiro na obra de Mãe Stella de Oxóssi, intitulada *Meu tempo é agora* para nomear esta fala, que também reflete sobre a importância do passado e do futuro, assim como o livro imprescindível da yalorixá.

muito interessantes e produz a partir dessa mesa³¹ um acervo oral que não temos preservado de maneira documentada na Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

Retomar acontecimentos é sempre um exercício de relatar e narrar um pouco de si. Walter Benjamin (1994, p. 220) aponta que a narração não é um produto único da voz, pois a “mão intervém decisivamente, com seus gestos”, sustentando o fluxo do que se diz. Meu exercício aqui é narrar não apenas o período de 2 anos em que presidi a ABEH, mas sobretudo os 20 anos de ABEH na forma como ela impacta gerações de pesquisadoras(es), narrar a ABEH é relatar e tecer memórias da minha trajetória como pesquisadora e ativista lésbica, cuja carreira docente se iniciou no ápice da formulação das primeiras ações de políticas públicas LGBTI+.

Algumas pessoas se lembram de mim como professora da Universidade Federal de Tocantins (UFT), onde lecionei entre os anos de 2009 e 2018, hoje eu sou professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), para onde vim redistribuída. Foi também aqui quem me graduei e onde iniciei minha imersão no campo de estudos de diversidade sexual e de gênero, sou de uma geração que teve o privilégio de poder entrar no campo já na iniciação científica. Eu fui bolsista PIBIC na área de educação, em um grupo de pesquisa onde se estudava juventude e democracia, meu orientador não era do campo da diversidade sexual e de gênero, mas estava interessado em pensar a juventude (lésbica) a partir da minha proposta de pesquisa.

Neste mesmo momento, as paradas do orgulho estavam se interiorizando no Brasil e se percebia o surgimento dos grupos universitários de diversidade sexual especialmente em universidades públicas. Esses grupos vão se congregam nos

³¹ Acho importante destacar que nesse painel tivemos duas lacunas, por motivos de saúde, que se dão na ausência da Berenice Bento, que iria nos rememorar as experiências de Natal, mas também se entrecruzando com a fala Emerson no período do evento de São Paulo; e temos a ausência da Luma Andrade, que foi nossa primeira presidenta travesti, e realizou um Congresso com enfoque Brasil x África que é um marco na história de 20 anos da ABEH.

encontros nacionais universitários de diversidade sexual – os ENUDS – que depois se tornaram ENUDSG. Considero esse espaço como o lugar que me formou intelectualmente. É nesse lugar que eu me formo e é a partir dele que eu também vou chegar na ABEH, mais especificamente no Congresso da ABEH em São Paulo.

Os congressos da ABEH marcaram minha trajetória (assim como os Fazendo Gênero) a possibilidade de congregar a partir de nosso campo de estudos, era uma forma mais madura de circular pelo campo. São nos congressos da ABEH que eu também vou poder ver meus primeiros orientandos indo para um evento como foi o de Rio Grande³², acompanhando-os encantados com a presença da Guacira Louro ali no meio da performance artística.

Me lembro deles um dia dizendo: “nossa, eu queria muito perguntar o que ela lê nos finais de semana, assim qual tipo de romance”. A ABEH produz em mim memória afetiva pessoal, mas também me remete ao início da minha atividade na docência. Do mesmo modo, ao ouvir cada um de vocês nessa mesa, penso em momentos que os conheci e como eles estão ligados a ABEH e ao campo de estudos de diversidade sexual e de gênero, são elos que imagino perpassarem também as memórias de muitas que nos ouvem agora, estando a primeira vez em um congresso da ABEH ou sendo um *habitué* nos eventos da associação.

Parto agora em minha fala, ao período cuja vivência pretendo compartilhar, como toda gestão em uma entidade política e acadêmica, a cada tempo se herda tensões de gestões anteriores a esta que presidi entre 2019-2021, uma delas se relaciona ao impasse do termo homocultura, ele dá conta ou não dá conta do que estamos produzindo hoje? Alterar a sigla

³² Neste período lectionei em Miracema do Tocantins, campus de interior no Tocantins, e fomos em um grupo para o congresso da ABEH em Rio Grande – RS. Essa edição possibilitou hospedagem em acampamento, proporcionando acesso a um número significativo de estudantes de graduação.

ABEH nos coloca perdas históricas? Como solucionar essas tensões? São questões que lidamos cotidianamente.

Conversava com a nossa recém-eleita presidente, a professora Jaqueline Gomes de Jesus, que compôs a gestão que presidi, durante esses mais de dois anos. Nós tivemos muitas conversas sobre esses limites, a pandemia e a ausência de uma receita anual nos impediram de avançar efetivamente na alteração de estatuto, mas isso segue como uma tarefa para a futura gestão, já que os saldos desse evento que estamos será positivo para arcar com os custos dessas mudanças.

Como mencionei, nossa gestão herda muitas coisas das anteriores, uma dessas heranças envolveu a cadeira no Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD – LGBT) – Conselho Nacional LGBT. A entrada no CNCD LGBT é do período da gestão presidida por Leandro Colling, tendo o assento da ABEH sido renovado na gestão presidida por Fernando Sefner, e, posteriormente por Luma Andrade. Luma assume o assento no CNCD-LGBT já em um período pós-*impeachment*, com a presidência de Temer, quando mesmo com cortes se garantiu fomento ao Congresso da ABEH por diversas fontes, como CAPES, SEPPIR e SDH.

A gestão da Luma é decisiva para que em 2018 eu me candidatasse a presidência da ABEH, neste mesmo ano, a gestão de Luma cria a REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, que é a revista da ABEH, um passo importante para associação e ao mesmo tempo desafiador, porque não é fácil manter uma revista trimestral, estive com a Luma nesse processo, editorando os primeiros números e foi a maneira em que me aproximei daquela gestão, isso também foi um motivador para a candidatura que culmina com a eleição da primeira pesquisadora lésbica a presidir a ABEH.

Há uma dimensão coletiva na vinda da ABEH para a UFMT e esse passo coletivo é fruto também de uma compreensão de todo grupo que compôs a diretoria da ABEH, de que há um campo de estudos consolidado em Mato Grosso, que possui vasta

produção teórica e muitos pesquisadores e pesquisadoras na instituição formando novos pesquisadores(as), um movimento um pouco distinto do que é contado pelos que compuseram as primeiras gestões da ABEH que ratificam o quanto a ABEH foi fundamental para consolidar os grupos institucionalmente, ao conversar com os colegas da UFMT fizemos um processo de convencimento, a adesão dos colegas foi fundamental para que este evento esteja acontecendo.

Percebo como que em 20 anos a gente também vai se movimentando enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, se observamos os cinco primeiros anos da ABEH, ele coincide com o início das primeiras políticas específicas para a população LGBT, como o “Brasil sem homofobia” que estava nascendo. No segundo quinquênio, as políticas já estão mais fomentadas e um pouco mais capilarizadas, pelo menos na região sul e sudeste. Enquanto nos últimos dez anos, veremos algumas outras iniciativas, fora do Sudeste especialmente no Nordeste, e algumas ações e programas pontuais no centro-oeste, quando assumo a presidência estamos iniciando o momento de retrocessos e regressões orçamentárias.

Se daqui 20 anos alguém me chamar para contar essa experiência, o que poderei dizer é que assumimos a gestão da ABEH durante o primeiro mês do governo Bolsonaro, então todas as notas, às cartas que a gente publicou, elas têm um tom muito explícito de enfrentamento a esse governo e de combate a política de extermínio, ao genocídio, a necropolítica etc. De certa forma, todas as comunicações que a gente fez, que estão nas redes sociais da associação e na revista, tem essa mesma característica, desde a primeira nota, que a gente solta nos 15 primeiros dias do governo Bolsonaro.

Então, isso é muito marcante, isso vai impactar inclusive no formato do congresso. Fiquei ouvindo Fernando Seffner falar da quantidade de financiamento que tiveram na edição na FURG. Ouvindo também o Emerson lembrando de como chegou em algumas secretarias. A gestão que presido vai ocorrer em um

momento em que a educação está sendo atacada, os cortes orçamentários estão gritantes e a regressão de direitos está batendo na nossa porta, com maior aprofundamento, especialmente após *impeachment*.

Além disso, tivemos que lidar com a pandemia, programamos um congresso presencial e a gente teve que avaliar e construir alternativas para o que havíamos planejado coisas, prorrogamos o mandato por seis meses, reorganizamos o congresso para ocorrer virtualmente em etapas e aprendemos a utilizar as TICS, especialmente as redes sociais para visibilizar a associação. Como exemplo, para tentar marcar presença e vincular mais pessoas, especialmente jovens pesquisadores e pesquisadoras chegando no campo da diversidade, durante o ano de 2020, a gente fez 24 *lives no instagram*, fizemos 2 mesas redondas no *youtube* para inaugurar o canal.

Construímos um website para ABEH, porque sempre foi um dilema a página da ABEH, a gente perde a memória, então estamos buscando quem tem material para nos enviar, é uma forma fundamental para preservar essa memória, no sentido que Sam Bourcier nos apontou ali na conferência de abertura quando ele vai problematizar a autonomia do arquivo, ainda que consideremos que o arquivo é subordinado às grandes corporações, pelo nosso uso da tecnologia digital.

Conseguimos manter a revista com os quatro números por ano, publicando dossiês temáticos de distintos temas. Vale destacar aqui o dossiê de saúde mental, que foi um dos mais acessados, a revista está na sua primeira avaliação, naquele documento que circulou há pouco mais de um ano atrás, ela estaria com qualis B3³³, a gente vai precisar esperar final dessa quadrienal para poder ver que nota de fato ela teve. Para uma revista que está iniciando, que só tinha um ano de existência

³³ No ano de 2022, a CAPES publicou as avaliações dos periódicos, referente ao quadriênio 2017-2020, onde a REBEH foi avaliada com o Qualis CAPES A2, estando no extrato superior em sua primeira avaliação. Esse resultado é fruto do trabalho de editoras, pareceristas, revisoras, leitoras e autoras.

quando foi avaliada é uma nota razoável, com os recursos desse evento, a partir da emenda parlamentar da Deputada Rosa Neide (PT), é que se conseguiu comprar os primeiros DOI da revista, passamos do portal da UNILAB para o portal da UFMT por ser uma OJS mais atualizado.

Tentamos produzir a ABEH, fazer a Associação acontecer para além do congresso, que entendo como o nosso grande desafio, muitas vezes a gente fica refém da organização do congresso, a conjuntura do governo Bolsonaro e da conjuntura da pandemia nos empenharam a sair dessa agenda exclusiva do congresso, porque o congresso acabou se tornando uma incerteza para nós durante um tempo, chamamos um recredenciamento de filiados, que está ativo, e temos boas expectativas para os dois dias de abril e os dias de maio, que o evento vai continuar acontecendo. Dividimos em três momentos, tanto para que tivéssemos fôlego de fazer um bom evento, quanto para que tivéssemos condições de agregar mais público.

Uma das heranças que a gente traz da gestão da Luma, é o prêmio de teses e dissertações. Faremos a segunda edição em parceria com a Editora Devires, que se dispôs a publicar os premiados, e já fica aqui o nosso agradecimento. Os apoios foram determinantes já que não temos recurso, CNPq aprovou o nosso projeto e disse que não tinha recurso. Aprova, mas não entra no recurso, a gente não conseguiu recurso da fundação local, e conseguimos apoio de uma emenda pequena, em parceria com outros setores da própria universidade, e, conseguimos com a arrecadação do evento dar conta de arcar com a estrutura tecnológica do evento.

Foi muito bom poder ouvir o Anderson Ferrari e Fernando Seffner sobre as dificuldades em pensarmos o que que faz com conta bancária e a legalidade dos procedimentos instituídos. Fiquei feliz de ouvir o Bruno Leal contando um pouco sobre o escritório Arantes, que a gente tem contato a distância, então cada detalhe fala muito de nós, fala muito da associação, mas fala especialmente da consolidação do campo de estudos de

diversidade sexual e de gênero, ao mesmo tempo que a gente tem aqui entre vocês pessoas, que precisaram se encorajar a desnudar esse tema, no tempo em que nas universidades isso era visto da pior forma possível, não que se tenha mudado completamente, mas vemos outras gerações, que vão encontrar muitos de nós já colhendo esses trabalhos, nos processos de orientação da graduação e pós-graduação.

Acredito que as próximas gerações, eu espero pelo menos, consigam ver cada vez mais na nossa ABEH, uma presença maior de pessoas trans, de pessoas negras, que a gente consiga dar conta de representar a diversidade do campo. Sou muito grata ao ENUDS, comecei falando disso, porque eu acho que ali no início dos anos 2000, eu aprendi tanta coisa, quando a gente nem tinha o próprio conceito de interseccionalidade maturado entre nós, o ENUDS fazia uma ponte muito grande com o debate de gênero, sexualidade e raça. Por isso, sou muito grata a muitos companheiros e companheiras que compartilharam ali conosco, muitos professores e professoras também estavam conosco ali naquele momento, resistindo, produzindo e coproduzindo esse campo. Precisamos da força potente da coprodução entre professores, alunos de graduação, pós-graduação, ativistas, artistas, parlamentares, gestores e gestoras, para fomentar políticas educacionais implicadas com a diversidade.

Eu sou uma pesquisadora de Política Pública, venho do Serviço Social, estudo Estado. E essa associação nasce na discussão da Literatura, vai passando para o debate da Cultura e da Comunicação, depois vai chegando na Educação. E chegamos à uma presidenta com perfil de uma pesquisadora, de Estado e Políticas Públicas, originária de formação no Serviço Social, então isso mostra como a gente vai pluralizando a associação, o que considero extremamente potente nesses 20 anos.

E essa mesa dos 20 anos da ABEH, é um exemplo de arquivo vivo também, nos termos do Sam Bourcier. Com certeza, a gente está aqui em um sábado, com tantas falas tocantes, arrebatadoras, cada qual a sua maneira, contando para nós

como é que se entrecruzam o pessoal e o político. Como nos ensinaram as companheiras feministas e tantas histórias interessantes, e fica com o desejo de que chegue logo o próximo evento, para que a gente possa ver os nossos alunos, os nossos companheiros e companheiras, montadas e montados, no salto, na saia, nos corredores, fazendo caminhoneirice, viadagem, bichice, travestices e tantas outras coisas que aqui a gente não vai conseguir ver da forma que veríamos, se tivéssemos no presencial. Convidamos a todas as pessoas para seguir a gente no *instagram*, se inscrever no nosso canal no *youtube*, conhecer as outras redes sociais e o site da ABEH.

Muito obrigada Denilson, Anderson, Leandro, Emerson, Bruno, Mário, Fernando, por terem se disposto a estar aqui conosco nesta tarde, que a gente permaneça firmes, em rede, compartilhando resistência, coproduzindo saberes, e resistindo a dureza desse governo, porque o fervo também é luta. Um beijo grande em todas as pessoas, muito obrigada.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas, v.1) 7ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OXÓSSI, Mãe Stella. *Meu tempo é agora*. 2ª ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA E OS ORGANIZADORES DESSE LIVRO

■ Bruna Andrade Irineu

Pesquisadora Produtividade PQ-2 do CNPq. Possui Pós-doutorado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Assistente Social bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professora do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Coordenadora do NUEPOM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) entre os anos de 2019 e 2021. E-mail: bruna.irineu@ufmt.br

■ Pablo Cardozo Rocon

Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Educação [Linha: Educação, Formação Humana e Políticas Públicas], Mestre em Saúde Coletiva [Área: Política e Gestão em Saúde], pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Foi Primeiro Secretário Financeiro da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) entre os anos de 2019 e 2021. E-mail: pablo.rocon@ufmt.br

■ **Moisés Alessandro Lopes**

Professor Associado do Departamento de Antropologia, Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Mato Grosso. Graduado (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2002). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2005). Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (2010). Pós-doutorado em Antropologia Social (2018) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o Instituto Brasil Plural /INCT/PPGAS/UFSC/UFAM; Coordenador do NAPLus - Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi Primeiro Secretário da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), biênio 2019-2020. E-mail: moises.lopes@ufmt.br

■ **Marcos Aurélio da Silva**

Professor Adjunto do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMT, onde também é coordenador do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPLus), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Possui graduação em Comunicação Social (1997), pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde também realizou mestrado e doutorado em Antropologia Social (2003 e 2012) e integra o Instituto Brasil Plural (IBP) e o Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (TRANSES). Foi Segundo Secretário Financeiro da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) entre os anos de 2019 e 2021. E-mail: marcos.silva1@ufmt.br

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES DESSE LIVRO

■ Alexandro Rodrigues

Pós Doutor em Psicologia. Doutor em Educação. Professor Associado III do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo na disciplina: Currículo e Formação docente. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/UFES). Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS/UFES) e do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade (NEPS/UFES).

■ Anderson Ferrari

Possui graduação em Licenciatura Em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991) e graduação em Bacharelado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é professor associado de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFJF. É professor permanente do PPGE/UFJF (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre 2014 e 2016 ocupou o cargo de presidente da ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura.

■ Bruna Andrade Irineu

Pesquisadora Produtividade PQ-2 do CNPq. Possui Pós-doutorado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mestrado em Sociologia pela Universidade Fe-

deral de Goiás – UFG. Assistente Social bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professora do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Coordenadora do NUEPOM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) entre os anos de 2019 e 2021. Foi Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) pela Região Norte entre os anos de 2017-2018.

■ **Bruno Souza Leal**

Professor titular do Departamento de Comunicação/Fafich/UFMG e pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG. Possui graduação em Comunicação Social, mestrado e doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Integra a Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura - ABEH (2004/2006). Coordena atualmente o Selo Editorial PPGCOM/UFMG.

■ **Carolina Iara**

Eleita CoDeputada Estadual por São Paulo na Bancada Feminista do PSOL, com 259.771 votos em 2022. Foi CoVereadora de São Paulo entre 2020-2022. É escritora, mulher intersexo negra, travesti e positHIVa. Servidora pública concursada da saúde municipal de São Paulo. É fundadora da Associação Brasileira de Pessoas Intersexo (ABRAI) e Mestranda em Ciências Humanas e Sociais no programa de pós-graduação na Universidade Federal do ABC - UFABC.

■ Dean Spade

É um advogado americano, escritor, ativista trans e professor associado de direito na Faculdade de Direito da Universidade de Seattle, onde ensina Direito Administrativo, Direito da Pobreza, Gênero e Direito, Policiamento e Prisão, Responsabilidade Profissional e Direito e Movimentos Sociais. Antes de ingressar na faculdade da Universidade de Seattle, Dean foi bolsista de Ensino de Direito do Instituto Williams na UCLA Law School e na *Harvard Law School*. Spade se formou *summa cum laude* no *Barnard College* da Universidade de Columbia com um diploma de Bacharel em Ciências Políticas e Estudos da Mulher, e depois se formou na Faculdade de Direito da UCLA em 2001. Em 2002, ele fundou o *Sylvia Rivera Law Project*, um coletivo jurídico sem fins lucrativos na cidade de Nova York que fornece serviços jurídicos gratuitos para pessoas transgêneros, intersexuais e não conformes de gênero que são de baixa renda e/ou negros/as.

■ Denilson Lopes

É Bolsista Produtividade em Pesquisa PQ-2 do CNPq. Possui graduação em Comunicação Jornalismo pela Universidade de Brasília (1989), mestrado em Literatura pela Universidade de Brasília (1992), doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1997) e pós-doutoramento na *New York University* (2006). Atualmente é professor titular na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador da FAPERJ, e coordenador da área de Comunicação na FAPERJ. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura – ABEH e presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e do Audiovisual - SOCINE.

■ Emerson Inácio

Professor Associado I da área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, desde 2006. Livre

Docente pela mesma IES (2016), com a tese “Do corpo o canto, perfumada presença: o corpo, Fluxo-Floema e Novas Cartas Portuguesas”. Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2006). Mestre em Letras e Graduado em Português-Literaturas pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

■ **Fernando Seffner**

Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS no Departamento de Ensino e Currículo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) e no Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA na UFRGS. É líder do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero GEERGE. Foi coordenador do GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação da ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (2017-2021). Foi Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH.

■ **Jaqueline Gomes de Jesus**

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (UFRJ/UFF/UERJ/FIOCRUZ). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq). Agraciada com a Medalha Chiquinha Gonzaga (2017), concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por indicação da Vereadora Marielle Franco.

Atualmente é Presidenta da ABETH - Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura.

■ João Manoel Oliveira

Licenciatura (1999), mestrado (2003) e doutoramento (2009) em Psicologia Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE. Fez trabalhos de pós-doutoramento na Universidade do Minho (2010-2012), Universidade do Porto (2013-2014), ISCTE-IUL (2015-2016) e foi pesquisador visitante no *Birkbeck College* da Universidade de Londres (Reino Unido, 2010-2015) e no grupo Cultura e Sexualidade (CUS) da Universidade Federal da Bahia (2016). Entre 2017-2021 foi professor visitante associado na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista Marie Curie na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris em 2003. Atualmente, é investigador integrado no Centro de Investigação e Intervenção Social, CIS-ISCTE.

■ Leandro Colling

É graduado em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996), mestre (2000) e doutor (2006) em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. É professor associado III do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) Professor Milton Santos, professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia. É um dos criadores e integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS) e um dos criadores e editores da revista acadêmica *Periódicus*. Presidiu a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) na gestão de 2011-2012.

■ Mário Lugarinho

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1-C do CNPq. Professor Associado III da Universidade de São Paulo na área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. É bolsista de produtividade em pesquisa (nível 2) do CNPq. É investigador do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, e colaborador do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Universidade do Porto. Foi Professor Visitante na Universidade de Lisboa (2013; 2019-2020; 2021-2022) e na Universidade de Macau (2015-2016). Possui licenciatura em Letras (1989) e especialização em Teoria Literária (1989) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado (1993) e doutorado (1997) em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fez estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (2002-2003) e no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (2012-2013). Prestou concurso de Livre-docência, para a área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2012). Foi Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Com outros pesquisadores, fundou em junho de 2001 a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

■ Marisa Ruiz Trejo

É antropóloga feminista, escritora, jornalista e ativista transfeminista de Chiapas, México. Professora em tempo integral na *Universidad Autónoma de Chiapas* (UNACH). Foi coordenadora do Programa de Mestrado em Estudos de Diversidade Cultural e Espaços Sociais (2017-2019) no IEI-UNACH. É bolsista visitante da *Fulbright* na *NYU CLACS* e no Departamento de Antropologia da NYU. Doutora em Antropologia e Estudos Latino-Americanos, na Universidad Autónoma de Madrid. Foi bolsista visitante no Departamento de Antropologia da Universidade de Nova York (2014 e 2019) e no Departamento de Estudos Étnicos da Califórnia, Berkeley (2012).

■ **Mauro Cabral Grinspan**

Ativista Intersexual e Trans argentino atua como Diretor Sênior na *Gender, Justice and Equity, Global Philanthropy Project*. Diretor Executivo na *GATE – Global Action for Trans Equality*. Foi Co-Diretor da Cátedra de Estudos Trans na *Universidad de Buenos Aires* (2019-2020). Licenciado em História pela *Universidad nacional de Córdoba*, Argentina. Em 2006 participou da elaboração dos Princípios de Yogyakarta e de seus 29 signatários iniciais. Também foi membro do Comitê de redação e signatário dos Princípios de Yogyakarta +10.

■ **Megg Rayara Gomes de Oliveira**

Possui graduação em Licenciatura em Desenho e Especialização em História da Arte pela Escola de Música e Belas do Paraná. Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestrado em Educação e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora adjunta no setor de educação e professora no Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Federal do Paraná. Está coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná desde 2019. Está coordenadora de Políticas Afirmativas na Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) e coordenadora da Comissão de Políticas Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná desde 2020.

■ **Pablo Pérez Navarro**

Professor visitante de Estudos Queer e LGBTI – Gênero e Sexualidade do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra - Portugal enquadrado no núcleo DECIDE - Democracia, Cidadania e Direito. É doutor em Filosofia pela Universidade de La Laguna (Espanha). Durante seus estudos de doutoramento,

foi investigador visitante do *Center of Lesbian and Gay Studies* (CLAGS), na Universidade de Nova Iorque. Realizou investigação pós-doutoral na Universidade Carlos III de Madrid.

■ Sam Bourcier

É ativista queer, escritore transfeminista e fundadore do coletivo *Le Zoo*. Doutore em Sociologia pela *Haute École em Étude Sociales* (França). Docente permanente da *Charles de Gaulle Université* - Universidade Lille III e visitante em diversas universidades na Europa e Estados Unidos. Em 2002, Bourcier fundou o grupo *Archilesb*, que defende a inclusão da história lésbica no planeja-do centro de arquivos de história gay de Paris. E em 2018 funda *Collectif Archives LGBTQI* em Paris.

■ Sônia Correa

É arquiteta com Pós-Graduação em Antropologia. Coordena com Richard Parker o *Sexuality Policy Watch* (SPW) sediado na Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Em 2006 integrou o grupo que elaborou os Princípios de Yogyakarta para Aplicação das Normas Internacionais de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Tem participado de atividades acadêmicas no NEPO/UNICAMP, no CLAM/IMS/UERJ, no Colégio do México, no *Center for Population and Development* na *Harvard University* e, mais recentemente, no *Gender Department* da *London School of Economics*.

SOBRE A EQUIPE DE TRADUÇÃO DE LINGUA ESTRANGEIRA

FRANCÊS PARA PORTUGUÊS

■ Tradução: Igor Leonardo de Santana Torres

Doutorando em Antropologia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Antropologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Estudos de Gênero, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2018, ganhou uma bolsa de estudo do *Programme des Futurs Leaders dans les Amériques* (PFLA) para atuar como pesquisador visitante na *Chaire de Recherche sur l'Homophobie* (CRH) da *Université du Québec à Montréal* (UQÀM).

■ Revisão: Flávio Luiz Tarnovski

É Bolsista Produtividade em Pesquisa PQ-2 do CNPq. Possui doutorado e pós-doutorado em Antropologia Social pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. É Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso e atua como docente permanente no Doutorado e no Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea e no Mestrado em Antropologia Social. Foi *Directeur d'Études Associé* da *Fondation Maison des Sciences de l'Homme* (FMSH) e pesquisador visitante na *Aix-Marseille Université*.

INGLÊS PARA PORTUGUÊS

■ Tradução: Antônio Augusto Lemos Rausch

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pesquisador do NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG.

■ Revisão: Marco Aurélio Máximo Prado

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1-C do CNPq. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com experiência pós-Doutoral na Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de *Massachusetts/Amherst* pela Fundação *Fulbright*. É professor associado IV da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ (NUH/UFMG).

■ Revisão: Júlia Silva Vidal

Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora substituta de Direito Penal e Processual Penal na Universidade Federal de Juiz de Fora (Campus GV). Graduada em Direito pela UFMG (2013 - 2017). Pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh/UFMG). Orientadora do programa de pesquisa e extensão Clínica de Direitos Humanos da UFMG (CdH/UFMG). Coordenadora jurídica do projeto Transpasse: apoio jurídico a travestis e transexuais. Integrante do grupo de pesquisa Candango de Criminologia da Universidade de Brasília (UnB).

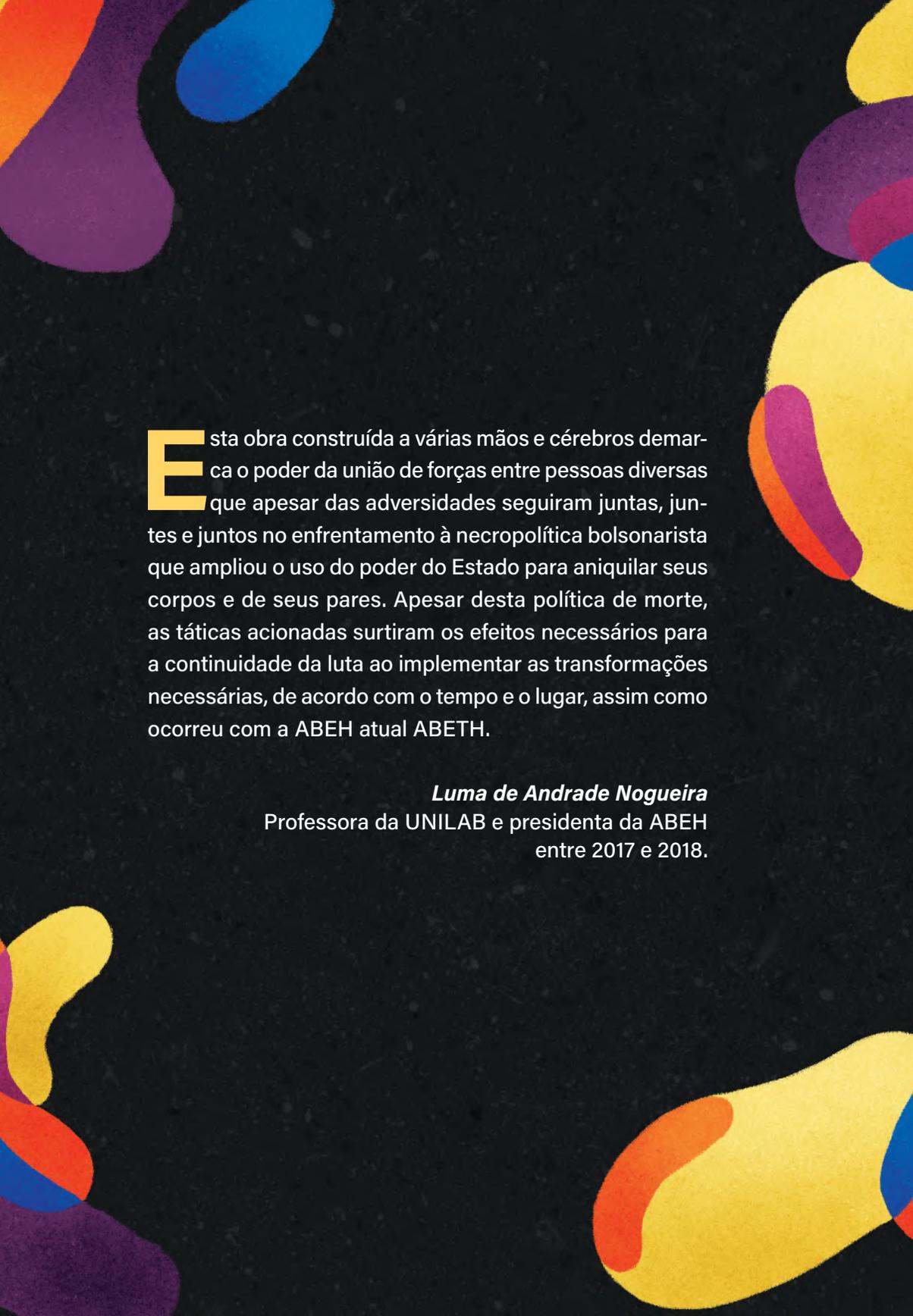
ESPAÑHOL PARA PORTUGUÊS

■ Tradução: Alexei Padilla Herrera

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Comunicação pela UFMG. Bolsista do PEC-PG/CNPq (2014-2016). Graduado em Comunicação Social pela *Universidad de La Habana* (2009).

■ Revisão: Bruna Andrade Irineu

Pesquisadora Produtividade PQ-2 do CNPq. Possui Pós-doutorado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Assistente Social bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professora do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Coordenadora do NUEPOM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) entre os anos de 2019 e 2021.



Esta obra construída a várias mãos e cérebros demarca o poder da união de forças entre pessoas diversas que apesar das adversidades seguiram juntas, juntas e juntos no enfrentamento à necropolítica bolsonarista que ampliou o uso do poder do Estado para aniquilar seus corpos e de seus pares. Apesar desta política de morte, as táticas acionadas surtiram os efeitos necessários para a continuidade da luta ao implementar as transformações necessárias, de acordo com o tempo e o lugar, assim como ocorreu com a ABEH atual ABETH.

Luma de Andrade Nogueira

Professora da UNILAB e presidenta da ABEH
entre 2017 e 2018.



FUNDAÇÃO UNISELVA



editora DEVIRES